

VALMIR ALVES FERREIRA DA SILVA

**GASTOS PÚBLICOS: ESTUDO SOBRE AS DESPESAS PÚBLICAS REALIZADAS
PELO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DE SEUS REFLEXOS NO
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE – PERÍODO DE 1991 ATÉ 2005**

Dissertação submetida à aprovação, no Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino.

Co-orientador: Prof. Josenildo dos Santos, PhD.

RECIFE,

2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586g

Silva, Valmir Alves Ferreira da

Gastos públicos: estudo sobre as despesas públicas realizadas pelo Governo do Estado de Pernambuco e de seus reflexos no desenvolvimento da sociedade – Período de 1991 até 2005 / Valmir Alves Ferreira da Silva .
- Recife : O Autor, 2012.

140 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Vergolino e co-orientador Prof. PhD. Josenildo dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, 2012.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Gastos públicos. 2. Desenvolvimento da sociedade. 3. Contabilidade pública. 4. Indicadores econômicos e sociais. I. Vergolino, José Raimundo de Oliveira (Orientador). II. Santos, Josenildo (Co-orientador). III. Título.

351 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2013 – 086)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Reitor:

Prof. Dr. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado.

Vice – Reitor:

Prof. Dr. Silvio Romero de Barros Marques.

Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Francisco de Sousa Ramos.

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA:

Prof. Dr. Jeronymo José Libonati.

Coordenadora do Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

MGP:

Prof^a. Dra. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura.

**Vice Coordenadora Acadêmica do Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento
do Nordeste – MGP:**

Prof.^a Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

VALMIR ALVES FERREIRA DA SILVA

Gastos públicos: estudo sobre as despesas públicas realizadas pelo Governo do Estado de Pernambuco e de seus reflexos no desenvolvimento da sociedade - período de 1991 até 2005.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional

Dissertação submetida como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, pelo Mestrado Profissional em Gestão Pública – MGP, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, orientada pelo Professor José Raimundo de Oliveira Vergolino, e aprovada pela Banca Examinadora, composta pelos professores doutores:

José Raimundo de Oliveira Vergolino, PhD.
Presidente

Josenildo dos Santos, PhD.
Examinador Externo

Prof^a Dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar.
Examinador Interno

Prof^a Dr^a Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura.
Coordenadora do Mestrado

Recife, 23 de agosto de 2012.

Aos meus pais Genival Alves da Silva e Ilma Alves Ferreira da Silva;

À minha querida esposa Ângela Márcia;

E aos meus amados filhos Matheus Ítalo, Milena Márcia e Rodrigo Vinícius;

A todos vocês declaro que são minha fonte inspiradora e a razão maior de todos os meus
esforços.

Agradeço a Deus pelo privilégio de tê-los em meu convívio.

AGRADECIMENTOS

A obtenção do título de mestre era um sonho, um objetivo que sempre busquei, não só por acreditar que seria um gratificante desafio, mas por saber que nesse caminho eu poderia contar com pessoas muito especiais, às quais tive o privilégio de conviver, e gostaria de apresentá-las e agradecer.

Ao meu orientador, Professor José Raimundo Vergolino, que, como professor da disciplina Análise Regional, com sua “dose semanal” de conhecimento e bom humor, trouxe tranquilidade e confiança para toda a turma. Na orientação, acreditou e me aceitou como seu orientando. Seu apoio, dedicação e incentivo ao longo deste trabalho foram fundamentais para sua conclusão. Pessoas como ele fazem da profissão uma nobre arte, e do ato de ensinar, uma doação.

Aos Membros da Banca Examinadora, pela gentileza da participação.

A todos os professores e professoras do Mestrado, pelos ensinamentos indispensáveis à execução e conclusão desse trabalho, e por servirem de incentivo a minha busca pelo conhecimento. Em especial aos Professores: Francisco Ribeiro (in memoriam), Jorge Jatobá, Josenildo dos Santos e Rogério Assunção.

Aos meus novos amigos da Secretaria da Fazenda de Pernambuco: Carlos Alberto Medeiros (Contador Geral do Estado); Astier Cavalcanti (Gerente de Contabilidade) e Ricardo Guimarães (Coordenador da Dívida Pública); e também do IBGE: Dinílson Pedroza e Jáinton Pereira, aos quais estarei sempre grato.

Aos consultores do PNUD e ao pessoal do Departamento de Comunicação do IPEADATA, todos de Brasília - DF.

Aos funcionários da Coordenação do Mestrado, em especial: Lilian, Michelle, Deise e Edson, pela presteza, paciência e carinho demonstrados.

Ao amigo Jorge Tiago da UFPE, que muito colaborou na formatação desse trabalho.

A todos vocês que fazem parte de minha vida, minha mais sincera e profunda gratidão.

Muito obrigado por essa maravilhosa experiência de vida, meu Deus! O Onipresente que representa a minha fonte de esperança, a minha melhor perspectiva!

"Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantare) não seria quebrada por nenhum conjunto de Quadros. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de Quadros sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano."

Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999.

RESUMO

A presente dissertação concentra-se nos aspectos fiscais, financeiros, econômicos e sociais do Estado de Pernambuco, com foco nas ações da Administração Pública inerentes ao desenvolvimento local. O propósito foi analisar a relação existente entre os gastos do governo estadual e os principais índices econômicos e sociais – PIB, PIB Per Capita, IDH e GINI. A pesquisa iniciou-se com uma análise sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, trazendo-o a uma abordagem contemporânea, onde se identificou, à luz do paradigma da complexidade e do critério de justiça social, que o termo desenvolvimento representa mais do que o simples crescimento econômico, abarcando as melhorias sociais da população. O procedimento metodológico principal consistiu da agregação das despesas públicas não-financeiras, realizadas no período de 1991 até 2005, por natureza e por função, que foram comparadas estatisticamente, através das técnicas de correlação e regressão, com os índices econômicos e sociais do estado de Pernambuco. Observou-se a existência de correlação positiva e significativa entre os indicadores econômicos e sociais do Estado e as despesas públicas, classificadas por grupo de despesa e agrupamento por função. Para os indicadores econômicos, destacaram-se: Educação, Previdência Social, Segurança Pública, Trabalho e Pessoal e Encargos. Com relação ao IDH, destacaram-se Outras Despesas Correntes, Pessoal e Encargos Sociais, Segurança Pública e Previdência Social. O índice de GINI não apresentou correlação significativa e os modelos de regressão foram invalidados por problemas de ajustamento. Acredita-se que este trabalho significou mais um passo na busca pelo melhor conceito de desenvolvimento da sociedade; bem como, que contribuiu para demonstrar a possibilidade da utilização de métodos quantitativos, aliado a informações contábeis, econômicas e sociais, na análise da efetividade dos gastos públicos, buscando fornecer aos gestores e a sociedade em geral diretrizes eficazes e úteis na aplicação dos recursos públicos.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Desenvolvimento da Sociedade. Contabilidade Pública. Indicadores Econômicos e Sociais.

ABSTRACT

This dissertation focuses on fiscal aspects, financial, economic and social State of Pernambuco, with focus on the actions of the public administration involved in local development. The purpose was to analyze the relationship between State Government spending and the main economic and social indices-GDP, per Capita GDP, HDI and GINI. The search began with an analysis of the evolution of the concept of development, bringing it to a contemporary approach, where identified, in the light of the paradigm of complexity and the criterion of social justice, that the term development represents more than simple economic growth, embracing the social improvements of the population. A theoretical framework was drawn up soon after, focusing on the role of the State in development, the evolution of thought political-economic regional, regional disparities in Brazil, the dynamics of the State of Pernambuco and the fiscal transfers in the Brazilian Federation. The main methodological procedure consisted of aggregation of non-financial, public expenditure made during the period from 1991 until 2005, by nature and by function, which were compared statistically through the techniques of correlation and regression, with the social and economic indices of the State of Pernambuco. A large part of the accounting data was extracted and treated in the General Accounting of the State, due to the fact that during this period were not reflected in the database, and the form of classification has been changed in several financial years. The economic and social indicators were obtained in the Department of information disclosure of IBGE, UNDP consultancy area and site of the IPEA. It was observed the existence of significant and positive correlation between economic and social indicators of the State and public spending, classified by expenditure group and group functions. For economic indicators, were: education, Social Security, public safety, work and personal charges. With respect to the HDI, stood out other current expenditure, personnel and social charges, public security and Social Security. The GINI index has not presented significant correlation and regression models were invalidated by adjustment problems. It is believed that this meant another step in the search for the best concept of development of society; as well, which contributed to demonstrate the possibility of the use of quantitative methods, coupled with accounting information, economic and social, in the analysis of the effectiveness of public spending, seeking to provide managers and society in General effective guidelines for the application of resources.

Keywords: Public Spending. Social Development. Public Accounting. Economic and Social Indicators.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SEFAZ/PE - Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação das Despesas Públicas por Categoria Econômica e por Grupo de Despesa	082
Quadro 2: Funções do Governo	082
Quadro 3: Resumo da Composição dos Cenários	088
Quadro 4: Resumo da Correlação para Cenários Ímpares	94
Quadro 5: Resumo da Correlação para Cenários Pares	94
Quadro 6: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 1	99
Quadro 7: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 3	99
Quadro 8: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 5	100
Quadro 9: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 7	100
Quadro 10: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 2	100
Quadro 11: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 4	101
Quadro 12: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 6	101
Quadro 13: Resumo da Análise de Regressão para o Cenário 8	102
Quadro 14: Índices Econômicos e Financeiros e Totais das Despesas Não-Financeiras	112
Quadro 15: Receita Total do Estado de Pernambuco	112
Quadro 16: Receita Total do Estado de Pernambuco	113
Quadro 17: Receita Corrente do Estado de Pernambuco	113
Quadro 18: Transferências Correntes do Estado de Pernambuco	114
Quadro 19: Outras Receitas Correntes do Estado de Pernambuco	114
Quadro 20: Receitas de Capital do Estado de Pernambuco	115
Quadro 21: Despesa Total do Estado de Pernambuco por Categoria Econômica	115
Quadro 22: Despesa Corrente Não-Financeira do Estado de Pernambuco	116
Quadro 23: Despesa de Capital Não-Financeira do Estado de Pernambuco	116
Quadro 24: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco por Função	117
Quadro 25: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco por Função	117
Quadro 26: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco por Função	118
Quadro 27: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco por Função	118
Quadro 28: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco por Função	119
Quadro 29: Matriz de Correlação para o Cenário 1	119

Quadro 30: Matriz de Correlação para o Cenário 2	119
Quadro 31: Matriz de Correlação para o Cenário 3	123
Quadro 32: Matriz de Correlação para o Cenário 4	123
Quadro 33: Matriz de Correlação para o Cenário 5	126
Quadro 34: Matriz de Correlação para o Cenário 6	126
Quadro 35: Matriz de Correlação para o Cenário 7	130
Quadro 36: Matriz de Correlação para o Cenário 8	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do PIB per Capita - 1991 até 2005	21
Gráfico 2: Evolução do IDH - 1991 até 2005	21
Gráfico 3: Evolução do Índice de GINI - 1991 até 2005	22
Gráfico 4: Evolução do PIB e Despesas Públicas Não-Financeiras	22
Gráfico 5: Receita Total do Estado de Pernambuco	43
Gráfico 6: Receita Total do Estado de Pernambuco por Categoria	44
Gráfico 7: Receita Corrente	44
Gráfico 8: Receita de Capital	45
Gráfico 9: Receitas Correntes de Estado de Pernambuco, Exceto Transferências e Outras Correntes	45
Gráfico 10: Receita Tributária do Estado de Pernambuco	46
Gráfico 11: Receita de Contribuições do Estado de Pernambuco	46
Gráfico 12: Receita Patrimoniais do Estado de Pernambuco	47
Gráfico 13: Receita Agropecuária do Estado de Pernambuco	47
Gráfico 14: Receita Indústrias do Estado de Pernambuco	48
Gráfico 15: Receita de Serviços do Estado de Pernambuco	48
Gráfico 16: Transferências Corretes	49
Gráfico 17: Transferências da União	49
Gráfico 18: Transferências dos Estados	50
Gráfico 19: Transferências dos Municípios	50
Gráfico 20: Transferências de Instituições Privadas	51
Gráfico 21: Transferências do Exterior	51
Gráfico 22: Transferências de Pessoas Física	52
Gráfico 23: Transferências de Convênios	52
Gráfico 24: Outras Receitas Correntes	53
Gráfico 25: Receitas de Multas e Juros	53
Gráfico 26: Receitas de Dívidas Ativas	54
Gráfico 27: Receitas de Indenização e Restituição	54
Gráfico 28: Outras Receitas	55
Gráfico 29: Receitas de Operações de Crédito	55
Gráfico 30: Receitas de Alienação de Bens	56
Gráfico 31: Receitas de Amortização de Empresas	56

Gráfico 32: Receitas de Transferência de Capital	57
Gráfico 33: Outras Receitas de Capital	57
Gráfico 34: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco	59
Gráfico 35: Despesa por Categoria Econômica do Estado de Pernambuco	60
Gráfico 36: Total Despesas Correntes Não-Financeiras	60
Gráfico 37: Total Despesas de Capital Não-Financeiras	61
Gráfico 38: Despesas Correntes Não-Financeiras do Estado de Pernambuco	62
Gráfico 39: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	62
Gráfico 40: Outras Despesas Correntes	63
Gráfico 41: Despesas de Capital Não-Financeira do Estado de Pernambuco	63
Gráfico 42: Despesas com Investimento	64
Gráfico 43: Despesas com Inversões Financeiras	64
Gráfico 44: Despesas Legislativa	66
Gráfico 45: Despesas Judiciária	66
Gráfico 46: Despesas Administração	67
Gráfico 47: Despesas Segurança Pública	67
Gráfico 48: Despesas Assistência Social	68
Gráfico 49: Despesas Previdência Social	68
Gráfico 50: Despesas Saúde	69
Gráfico 51: Despesas Trabalho	69
Gráfico 52: Despesas Educação	70
Gráfico 53: Despesas Cultura	70
Gráfico 54: Despesas Direito da Cidadania	71
Gráfico 55: Despesas Urbanismo	71
Gráfico 56: Despesas Habitação	72
Gráfico 57: Despesas Saneamento	72
Gráfico 58: Despesas Gestão Ambiental	73
Gráfico 59: Despesas Ciência e Tecnologia	73
Gráfico 60: Despesas Agricultura	74
Gráfico 61: Despesas Organização Agrária	74
Gráfico 62: Despesas Indústria	75
Gráfico 63: Despesas Comércio e Serviço	75
Gráfico 64: Despesas Comunicações	76

Gráfico 65: Despesas Energia e Minas	76
Gráfico 66: Despesas Transporte	77
Gráfico 67: Despesas Desporto e Lazer	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma das Receitas Estaduais	042
Figura 2: Estrutura da Pesquisa	079
Figura 3: Representação Gráfica do Coeficiente de Gini	086
Figura 4: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 1	093
Figura 5: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 2	135
Figura 6: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 3	136
Figura 7: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 4	137
Figura 8: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 5	138
Figura 9: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 6	139
Figura 10: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 7	140
Figura 11: Matriz de Dispersão com Histograma para o Cenário 8	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	20
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	23
1.2.1 OBJETIVO GERAL	23
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	24
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	25
1.5 HIPÓTESES	26
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO - ENFOQUE CONTEMPORÂNEO	28
2.1.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO	28
2.1.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	30
2.1.3 PENSAMENTO COMPLEXO E A CRISE DA CIÊNCIA MODERNA	30
2.1.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – DESENVOLVIMENTO - ENFOQUE CONTEMPORÂNEO	32
2.2 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO	33
2.3 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO-REGIONAL	35
2.4 DISPARIDADES REGIONAIS NO BRASIL	37
2.5 DINÂMICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	38
2.6 TRANSFERÊNCIAS FISCAIS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	39
3 INGRESSOS DE RECURSOS FINANCEIROS E DISPÊNDIOS DO ESTADO	41
3.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	41
3.1.1 RECEITA CORRENTE	45
3.1.1.1 Receitas correntes, exceto transferências correntes e outras receitas correntes	45
3.1.1.2 Transferências correntes	48
3.1.1.3 Outras receitas correntes	52
3.1.2 RECEITA DE CAPITAL	55
3.2 APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	57
3.2.1 DESPESAS CORRENTES	61
3.2.2 DESPESAS DE CAPITAL	63
3.2.3 DESPESAS POR FUNÇÃO	64
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	78
4.1 OBTENÇÃO DOS DADOS	80
4.1.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – CONTABILIDADE PÚBLICA	80
4.1.2 ÍNDICES ECONÔMICOS E SOCIAIS	84
4.1.2.1 Produto Interno Bruto (PIB) e PIB Per Capita	84
4.1.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de GINI	85
4.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS	87
4.2.1 MÉTODOS QUANTITATIVOS E TÉCNICAS DE TI PARA ANÁLISE DE DADOS	87
5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	92

5.1 ANÁLISE DO GRAU DE CORRELAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS E DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS	92
5.2 ANÁLISE DAS REGRESSÕES DAS DESPESAS PÚBLICAS E DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS	98
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>103</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>106</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>112</u>

1 INTRODUÇÃO

Os gastos governamentais têm crescido progressivamente ao longo das últimas décadas em, praticamente, todos os países do mundo. Sendo que, para esse fenômeno, há diversas justificativas, apresentadas pelos especialistas do assunto, tais como as expostas por Musgrave e Musgrave (1980), que atribuem como causa desse crescimento o aumento da renda *per capita* e a composição do produto, as mudanças tecnológicas e populacionais, os custos relativos dos serviços públicos e as alterações no alcance das transferências, as disponibilidades de alternativas para a tributação e o efeito limite das finanças de guerra e, ainda, a fatores políticos e sociais.

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, os gastos públicos passaram a ser demandados de forma exponencial. Segundo Nóbrega e Figueiredo (2008), o novo ordenamento jurídico impôs, ao Estado, maiores gastos com a sociedade. Os autores sustentam, ainda, que o Brasil vem convivendo há tempos com um profundo desajuste fiscal, caracterizado pela presença, entre outras, de uma poupança negativa e de déficits públicos reiterados; colapso do modelo de substituição de importação; e, por fim, uma crise da forma e dos métodos de administrar o Estado.

As finanças do estado de Pernambuco acompanharam o trajeto feito pelo governo federal, com o agravante de ter as receitas públicas diminuídas, com a centralização dos recursos na União, através das contribuições sociais, e obrigatoriedade de reduzir a dívida federal, evitando-se o procedimento recorrente da rolagem da dívida.

Analisando-se por outro prisma, alguns autores colocam as despesas do Estado como essenciais ao Desenvolvimento. Para Musgrave e Musgrave (1980), pela grandiosidade da sua estrutura, pelo alto volume de arrecadação de recursos financeiros, e pela grande quantidade de atribuições perante a sociedade, o Estado possui significativa importância no desenvolvimento econômico de uma nação.

Através da análise dos gastos públicos no estado de Pernambuco e do Nordeste, a partir da década de 90, Vergolino e Neto (2002) sustentam a importância do consumo estatal para o desenvolvimento econômico, considerando que as despesas de consumo impactam positivamente a demanda agregada e atraem investimento privados, enquanto que as despesas de capital, além de colaborarem com a demanda agregada, colaboram com o aumento da capacidade produtiva local.

Essas ideias harmonizam-se às de Keynes (2010), que previa a intervenção do Estado, sem ferir totalmente a autonomia da empresa privada, mediante a adoção de políticas, no todo ou em parte, constantes da sua principal obra: a teoria geral do emprego, do juro e da moeda.

Faz-se necessário, portanto, uma análise apurada da despesa pública do estado de Pernambuco, utilizando-se as informações contábeis e de desempenho econômico e social, em prol da melhor forma de utilização dos recursos públicos.

1.1 Definição do problema

Muito se tem discutido, na área acadêmica e na administração pública, sobre a importância de se avaliar a eficiência e eficácia das despesas públicas, bem como sobre a sua influência no desenvolvimento (efetividade). Cândido Júnior (2001, p.244) propõe que sejam comparadas, nas suas habituais classificações, com indicadores levantados por órgãos de pesquisa e organizações sociais. A esse respeito o autor comenta:

Que uma política de avaliação da eficiência microeconômica dos gastos públicos requer uma base estatística apropriada. Os dados devem ser abrangentes, incluindo-se aí a totalidade das esferas de governo, as instituições extra-orçamentárias e as operações quase-fiscais. As séries devem ter continuidade no tempo e é fundamental que os dispêndios sejam assim classificados: por categorias econômicas e por programas e funções de governo. O cruzamento dessas informações com os indicadores sociais e de benefícios formará a base inicial para uma política efetiva de avaliação dos gastos públicos.

Depreende-se das observações citadas anteriormente que uma aplicação dos gastos públicos pressupõe uma boa relação dos custos e dos benefícios. Logo, uma boa combinação dos diversos tipos de despesas públicas pode trazer resultados satisfatórios; e, nesse intento, mostra-se importante a identificação de possíveis pontos de ineficiência.

Numa análise preliminar da evolução dos índices econômicos e sociais do Estado de Pernambuco, no período de 2001 até 2009, pode-se observar uma trajetória comum com as despesas públicas, conforme gráficos abaixo:

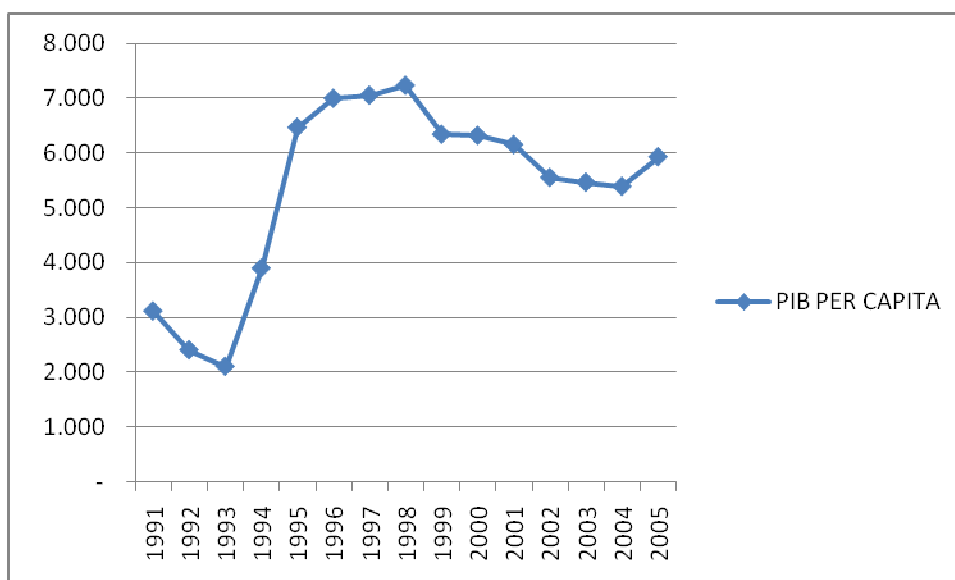


Gráfico 1: Evolução do PIB per Capita - 1991 até 2005 (em valor constante)

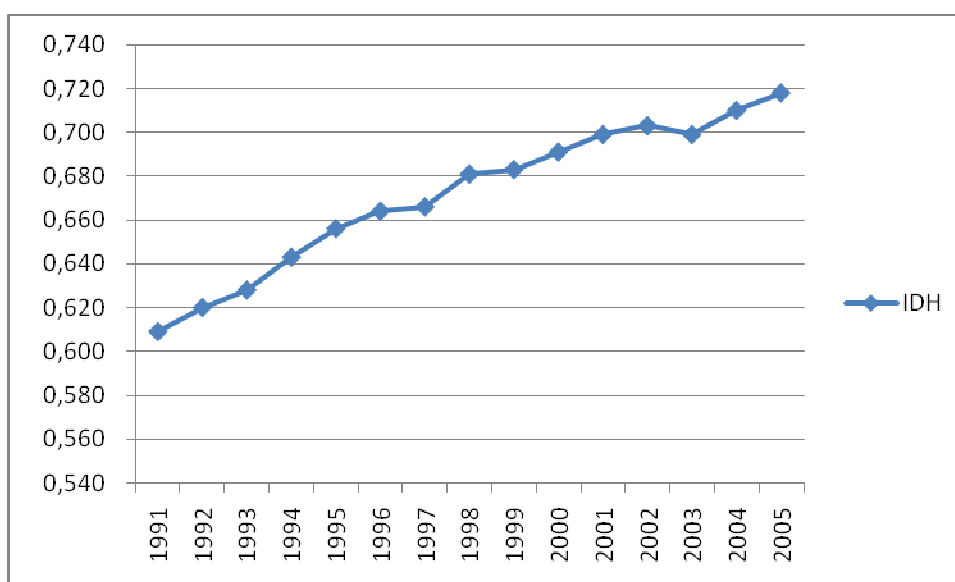


Gráfico 2: Evolução do IDH - 1991 até 2005

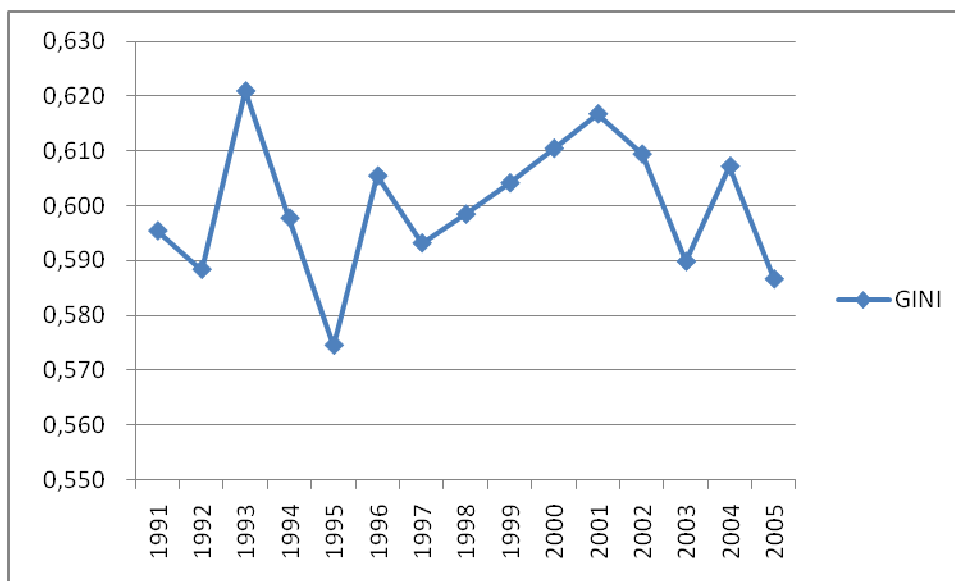


Gráfico 3: Evolução do índice de GINI - 1991 até 2005

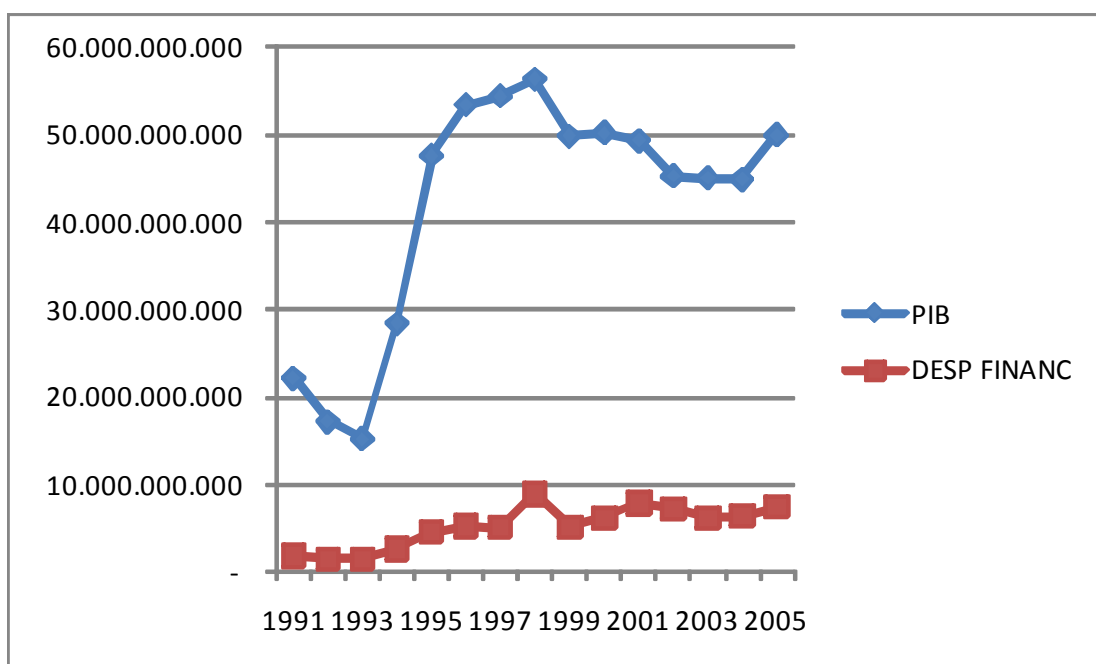


Gráfico 4: Evolução do PIB e Despesas Públicas não Financeiras

Conforme se observa, os indicadores citados percorrem uma trajetória bastante parecida com a trajetória das despesas públicas, com exceção do índice de GINI que apresenta o sentido oposto. Esse fato reflete a característica desse indicador, que, ao contrário dos outros utilizados, represente melhoria na medida em que for se aproximando de zero. Portanto, todos os indicadores demonstrados nos gráficos aparentam ter relação com as despesas públicas.

A questão que se observa é que, através da simples análise de gráficos de dispersão, não é possível identificar com segurança o tipo de gasto realizado no período que mais contribuiu para o desenvolvimento local. É necessário, portanto, que seja feita uma análise mais detalhada, desagregando-se as variáveis contábeis (independentes) no aspecto qualitativo, bem como as variáveis dependentes (PIB, PIB Per Capita, IDH e GINI), objetivando-se identificar o nível de correlação existente.

A partir disso, surge um problema que deve ser analisado e diagnosticado. Sob esse aspecto, Lakatos e Marconi (2010, p.144) afirmam que o problema da pesquisa científica responde as seguintes perguntas: “O quê?”, “Como?” e antes de ser considerado apropriado, deve ser analisado sob o aspecto de sua valorização, como mostra a seguir:

- a) viabilidade: pode ser eficazmente resolvido através de pesquisa;
- b) relevância: deve ser capaz de trazer conhecimentos novos;
- c) novidade: está adequado ao estágio atual da evolução científica;
- d) exequibilidade: pode chegar a uma conclusão válida;
- e) oportunidade: atende a interesses particulares e gerais.

Gil (2006, p. 29-33) mostra que: “um problema deve ser formulado como pergunta, deve ser claro, preciso e de natureza empírica, deve ser susceptível de solução e delimitado a uma dimensão viável.”

Diante do exposto e tendo em vista a grande importância da utilização de método quantitativo de avaliação da gestão dos gastos públicos surge o seguinte questionamento:

Em que medida e de que forma os gastos públicos realizados pelo governo estadual, no período de 1991 até 2005, influenciaram no desenvolvimento do Estado de Pernambuco?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Alguns autores de Metodologia de Pesquisa utilizam as terminologias objetivo final e objetivos intermediários da pesquisa. Vergara (2010) afirma que o objetivo final equivale a um resultado a alcançar; e, sendo esse resultado alcançado, dá-se a resposta ao problema de pesquisa. Para Lakatos (2010), analisando no sentido contrário, o objetivo deixa mais claro o problema e aumenta o conhecimento sobre o assunto. Considerando a opinião dos autores sobre o assunto, esta pesquisa tem como objetivo verificar o comportamento do gasto público

realizado pelo Governo do Estado de Pernambuco, no período de 1991 até 2005, período no qual foi realizado levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano IDH, em nível estadual, pelos organismos internacionais Organização Internacional do Trabalho – OIT, CEPAL e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, buscando identificar quais foram as despesas que mais influenciaram os indicadores econômicos e sociais, ou seja, atestar se cada grupo de despesa, classificadas por natureza e por função, teve influência significativa sobre os indicadores, bem como se essa influência foi positiva ou negativa.

1.2.2 Objetivos específicos

No intento de alcançar o objetivo geral proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar na literatura científica a evolução conceitual dos objetivos essenciais do Estado, como provedor de serviços públicos, bem como da amplitude da expressão desenvolvimento;
2. Avaliar o grau de relação entre o gasto público, classificado conforme sua natureza e função, e os indicadores econômicos e sociais mais utilizados em pesquisas científicas;
3. Analisar a composição dos gastos públicos realizados no período de 1991 até 2005, identificando a função produtiva que melhor represente a combinação dos tipos de despesas realizadas, conforme a relevância em relação aos índices econômicos e sociais utilizados.

1.3 Delimitação do estudo

De acordo com Gil (2006, p. 42) delineamento do estudo “refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados”. A partir disso, percebe-se que a necessidade de limitar a pesquisa é importante para o pesquisador direcionar de forma mais precisa seu foco de trabalho.

Esta pesquisa está direcionada ao estudo das relações existentes entre a despesa pública realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco, no período de 1991 até 2005, e os indicadores PIB, PIB Per Capita, IDH e GINI do Estado.

O estudo pretende focar o período citado, devido à limitação dos dados do IDH. De acordo com o PNUD, esse indicador foi publicado para os estados, em intervalo anual, apenas no período 1991 até 2005. Foi divulgado novamente em 1991 e 2000 pelas informações extraídas dos censos realizados pelo IBGE. A partir de 2013 os dados serão coletados e disponibilizados para pesquisas.

Quanto às despesas por função, houve algumas dificuldades para desagregá-las, pois, apenas a partir do exercício 2001, as despesas passaram a ser classificadas em todas as funções relacionadas na Portaria 42 do Ministério do Planejamento. Nos exercícios de 1991 até 1999 muitos gastos foram alocados na conta Desenvolvimento Regional, e também precisaram ser estimados. Com o procedimento de análise dos programas e técnicas estatísticas, entretanto, acredita-se que os valores alcançaram um padrão satisfatório para esse trabalho.

1.4 Justificativa e relevância da pesquisa

Apesar dos avanços observados, a procura pela melhoria da gestão dos gastos públicos precisa ser intensificada. O Estado, para cumprir o seu papel perante a sociedade, deve aperfeiçoar a forma de aplicação dos recursos. Logo, as informações relativas ao desempenho dos gastos, em relação aos benefícios trazidos para a população e o próprio Estado, devem estar à disposição da população e dos gestores para nortear as aplicações futuras.

Existe, também, um especial interesse em se avaliar a gestão dos recursos financeiros nos estados, baseado na constatação de Rodrigues e Teixeira (2010) de que o gasto público na esfera estadual apresenta-se mais importante para o crescimento econômico brasileiro. Os autores afirmam no trabalho que “Os resultados indicam que o investimento é o gasto mais relevante e a esfera estadual a que apresenta maior capacidade de impulsionar o crescimento econômico”.

A pesquisa pode permitir que sejam testadas as teorias que atribuem com a boa gestão dos recursos públicos nos estados, a causa principal das melhorias econômicas e sociais da população; bem como, que se viabilize a elaboração de metodologias científicas para avaliar e/ou nortear as ações dos gestores públicos. O sucesso desta pesquisa poderá permitir o aprofundamento a ponto de viabilizar a comparação entre os gastos dos estados e municípios do Nordeste, ou entre períodos do mesmo Ente Federativo. Fato esse que pode ser entendido como um campo fértil para novas pesquisas.

Diante do exposto, a finalidade precípua desse estudo é contribuir na elaboração de um critério de análise das ações de governo e da gestão dos recursos públicos; em uma abordagem contábil, financeira, econômica e social, com foco no desenvolvimento da população.

Do ponto de vista pessoal, esse trabalho pode proporcionar conhecimentos a serem difundidos através de aulas, ministradas pelo signatário, e trabalhos realizados no âmbito do Tribunal de Contas de Pernambuco.

1.5 Hipóteses

Com o intuito de responder à questão-problema e de atingir os objetivos propostos, serão testadas as seguintes hipóteses, relativas ao comportamento dos gastos correntes e de capital realizados pelo governo local no período de 1991 até 2005:

1. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB estadual;
2. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB per Capita estadual;
3. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o IDH estadual;
4. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e negativa entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o Índice de GINI estadual;

1.6 Estrutura do trabalho

O trabalho está dividido em seis capítulos mais referências e anexos, estruturados da seguinte forma:

No Capítulo 1 – Introdução: apresentam-se as considerações iniciais que norteiam o problema de pesquisa; bem como, a sua definição, com a pergunta de pesquisa, os objetivos, delimitação, e justificativa do estudo; além da estrutura do trabalho.

No Capítulo 2 – Referencial teórico: diz respeito ao arcabouço teórico que oferece sustentação à pesquisa com um estudo da evolução do conceito de desenvolvimento, o papel do Estado no desenvolvimento, a evolução do pensamento político-econômico regional, as disparidades regionais no Brasil, a dinâmica do Estado de Pernambuco e as transferências fiscais na Federação Brasileira.

No Capítulo 3 – Ingressos de Recursos Financeiros e Dispendios do Estado: é feita uma digressão sobre as receitas e despesas realizadas no período, apresentadas nos itens captação de recursos públicos e aplicação de recursos públicos.

No Capítulo 4 – Procedimento Metodológico: demonstram-se todos os detalhes da pesquisa, inclusive as variáveis, métodos e técnicas utilizados em todo o estudo.

No Capítulo 5 – Análise dos Resultados: evidencia o tratamento e análise dos dados, bem como os resultados da aplicação das técnicas e métodos propostos.

No Capítulo 6 – Considerações Finais: trata da resposta ao problema de pesquisa e dos objetivos do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução do conceito de desenvolvimento - enfoque contemporâneo

No contexto das atividades econômicas realizadas pelo homem, na sua busca pelo seu sustento e da família, emerge a necessidade da utilização dos conhecimentos científicos como ferramenta para solução dos problemas da sociedade. Analisando as épocas mais remotas até os dias atuais, e através da comparação da opinião de alguns autores das áreas econômica e social, à luz do pensamento complexo e da crítica à ciência moderna, pode-se compreender a intenção implícita nas expressões: crescimento econômico e desenvolvimento econômico, tentando entender as principais diferenças nesses dois enfoques, e a importância da utilização de um ou outro na melhor conceituação de desenvolvimento humano.

2.1.1 Crescimento econômico

Desde o início das civilizações organizadas, onde existia a prática do escambo, o crescimento econômico é perseguido pelas sociedades, como meio de suprir as necessidades da população, sempre crescente. Inicialmente, era imperioso o aumento dos recursos apenas para sustentar a família e garantir o mínimo de provisões para os tempos difíceis. O homem precisava contar, então, com a sua inteligência, disposição para trabalhar e com os recursos naturais abundantes. Num segundo momento, novas necessidades despontariam, exigindo maior quantidade de recursos e trabalho para satisfazê-las.

Nesse exercício de busca pela satisfação das suas necessidades e garantia de um futuro próspero, o homem criou a moeda, a firma e o Estado. Novas técnicas passariam a auxiliá-lo, potencializando o *crescimento econômico*. O consequente aumento da riqueza passaria a compor o patrimônio das famílias e das Nações, que geraria mais e mais crescimento.

Segundo Smith (1996), a demanda de assalariados necessariamente cresce com o aumento da renda e do capital de um país, não sendo possível o aumento sem isso. O aumento da renda e de capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, naturalmente aumenta com o crescimento da riqueza nacional, sendo simplesmente impossível quando isso não ocorre.

Myrdal (1972) batizou o crescimento como processo de “causalidade circular cumulativa” e, em seus traços essenciais, consiste no seguinte: o crescimento da

produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento.

Algumas disfunções podem, entretanto, acontecer no comportamento das pessoas quando ocorre um crescimento econômico, sem que o Estado providencie formas de distribuição de renda para a população. Na obra “A Riqueza das Nações”, Smith (1996, p.198) comenta sobre o poder que a riqueza obtida com a utilização da mão-de-obra alheia traria:

Esse excedente maior sempre poderia manter um contingente maior de mão-de-obra, e conseqüentemente possibilitaria ao dono da terra a compra dum contingente maior de trabalho. Necessariamente seriam muito maiores o valor real de sua renda, seu poder e autoridade reais, seu controle sobre os artigos necessários e convenientes para a vida, que o trabalho de outras pessoas poderia proporcionar-lhe.

Esse poder trazido pelo aumento da riqueza incentiva a usurpação por parte dos patrões em detrimento dos direitos dos empregados. Alguns autores colocam essa concentração de capital como vital para o processo de crescimento econômico, porque permitiria reunir todos os fatores produtivos, possibilitando a produção em grande escala. Schumpeter (1982) afirma que:

Se a produção aumentar no futuro ao nível que aumentou no passado, todos os sonhos dos reformadores sociais poderão dar certo. Entretanto, se a política se dirigir à redistribuição imediata, não se realizarão nem os desígnios dos reformistas, nem o aumento da produção

Observa-se que Schumpeter se preocupava em manter certo nível de concentração de capital para estimular o *crescimento econômico*. Para Rodrik (2002), entretanto, o crescimento econômico permite que as pessoas possam consumir mais, devido ao aumento de renda dos empregados, mas não resolve os problemas sociais da população de forma consistente e duradoura. Esse autor cita como exemplo o caso da América Latina, no período de 1950-1980, onde alguns países tiveram crescimento expressivo, mas não conseguiram manter esse crescimento; as antigas economias socialistas, cuja produção real está abaixo dos níveis de 1990; e os países do Leste Europeu, como a Polônia, que apresentam índices de

pobreza mais altos do que em 1990. Alega, também, que “esse histórico de crescimento tem sido acompanhado por um agravamento das desigualdades de renda e por uma profunda insegurança econômica”.

Por tudo isso, observa-se que o crescimento econômico é importante para os países, mas que esse, por si só, revela-se um acontecimento pontual, que não traz benefícios concretos para toda a sociedade.

2.1.2 Desenvolvimento econômico

O processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo é conhecido como desenvolvimento econômico. Nesse caso, a renda nacional real refere-se ao produto total do país de bens e serviços finais, expresso não em termos monetários, mas sim em termos reais: a expressão monetária da renda nacional deve ser corrigida por um índice apropriado de preço de bens e consumo e bens de capital. E, se o ritmo de desenvolvimento é superior ao da população, então a renda real per capita aumentará.

Esse processo implica na atuação de certas forças, que operam durante um longo período de tempo e representam modificações em determinadas variáveis. Os detalhes do processo variam sob condições diversas no espaço e no tempo, mas, não obstante, há algumas características comuns básicas, e o resultado geral do processo é o crescimento do produto nacional de uma economia que, em si própria, é uma variação particular a longo prazo.

Para Bresser-Pereira (2008, p.1):

O desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um Estado-Nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um Estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora.

2.1.3 Pensamento complexo e a crise da ciência moderna

Vários autores passaram a criticar os paradigmas basilares da modernidade. Uma abordagem simplista, autoritária e endógena era identificada, como consequência da disjunção de filosofia e ciência. Para Morin (2000), a partir das ideias de Descartes, no século 17, a ciência perdeu a sua parte reflexiva, quando se separou da filosofia, e afirma que “a filosofia é importante para fecundar a ciência que é, por sua vez, impotente para conceber-se”.

Morin (1999, p.21) sustenta que a “ideia de nossa atividade cognitiva, nossa pesquisa de conhecimento, é, no fundo, uma procura de certeza, seja em filosofia, seja em ciência”, ligando a busca do fundamento garantido para desenvolver o conhecimento e o pensamento.

Ao referir-se aos problemas ligados ao progresso do conhecimento, Morin (2000, p.95) argumenta que a noção de progresso precisa ser mais bem discutida, e discorre:

O progresso é noção aparentemente evidente; sendo por natureza cumulativa e linear, traduz-se de forma simultaneamente quantitativa (crescimento) e qualitativa (isto é, por um “melhor”). Vivemos durante dezenas de anos com a evidência de que o crescimento econômico, por exemplo, traz ao desenvolvimento social e humano aumento da qualidade de vida e de que tudo isso constitui o progresso.

Questiona, porém, que a ideia de progresso pode não ser tão clara, pois o que se percebe é que a quantidade de bens pode estar dissociada da qualidade de vida; e que, em alguns casos, “o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornarem-se os produtos principais”.

O autor tenta mostrar, com essa argumentação, que a noção de progresso deve comportar autocritica e reflexividade, pois ao associarmos habitualmente a ideia de progresso à de racionalidade, ordem e organização, estamos simplificando algo que é por natureza complexo. Deixamos de considerar a complexidade dos fenômenos, conforme questiona Morin (2000, p.96) “se o universo se decompõe, se a vida morre e a humanidade se afunda no caos, é evidente que a ideia de progresso de dar lugar à de regressão”.

Na opinião de Santos (2000) a ciência é abordada de uma forma míope, onde toda nova representação somente é considerada conhecimento se plenamente adequada aos padrões previamente definidos. Essa postura de adequação cerimonial, ou normativa, que nem sempre permite visualizar os fatos reais, constitui um atraso na produção do conhecimento, qualitativa e quantitativamente. Santos (2000, p. 228) centra o foco nas ciências econômicas, quando afirma que “De todas as ciências sociais, a economia é a ciência que mais tem reivindicado o privilégio de regular cientificamente a sociedade”. Ele propõe uma nova postura epistemológica que transforme a ciência num novo censo comum, mais emancipatório.

Com base nessa nova postura epistemológica, que pressupõe a consciência da nossa cegueira diante dos fatos reais, Santos (2000, p.226) convida a:

(1) uma movimentação prudente, uma vez que não pode garantir que todas as movimentações sejam na direção pretendida; (2) uma pluralidade de conhecimentos e práticas, já que nenhum deles isoladamente garante orientação fiável; (3) uma aplicação da ciência edificante e socialmente responsável, em vez de técnica, já que as consequências das ações científicas tendem a ser menos científicas que as ações em si.

O autor revela, com isso, a necessidade de uma postura científica que traga benefícios reais para a humanidade, uma ciência útil e emancipadora, em vez de apenas reguladora. Na economia, pretende-se uma produção de conhecimento que venha para buscar a solução dos problemas da sociedade como um todo.

2.1.4 Desenvolvimento econômico – Desenvolvimento - Enfoque contemporâneo

Diante das crescentes necessidades humanas, a busca por melhoria baseada no enfoque do crescimento econômico e desenvolvimento econômico, como aumento de produção e renda em ciclos longos e instáveis, não seria suficiente para atender toda a população. A carência da maioria pobre e desprotegida evolui ao mesmo tempo em que as outras categorias de pessoas sentem-se inseguras e sem boas perspectivas de futuro para si, e para seus descendentes. Sen (2000, p.) corrobora com essa opinião quando comenta:

Desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Seria razoável, então, definir *desenvolvimento econômico* como a criação de condições tendentes à produção do ser humano em sua integridade. Esse termo, em “nova roupagem”, representaria a emancipação do homem, que seria colocado numa posição privilegiada – de cidadão.

Perante essa nova forma de ver o desenvolvimento econômico, buscam-se meios para identificar os obstáculos ao desenvolvimento humano. A criação de indicadores sociais seria o primeiro passo para a consecução desse objetivo, citando-se com exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Para Scarpin (2006, pag. 01) a construção desse indicador de desenvolvimento reflete a estreita relação com os debates em torno da mensuração da qualidade de vida. A rigor, um indicador sobre esse tema se baseia na admissão de que a qualidade de vida não se resume à esfera econômica da experiência humana. A grande questão que se coloca quando se pretende avaliar o nível de prosperidade ou qualidade de vida de um país, região ou município é como fazê-lo e quais os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano.

Essa ideia se baseia no pressuposto de que o progresso de um país ou município não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que possuem (ou carecem) seus cidadãos, mas também em sua saúde, na qualidade dos serviços médicos e em sua educação. Essas medidas deverão ser consideradas não só pela disponibilidade, mas também pela qualidade. Da mesma forma é necessário conhecer as condições de trabalho, quais direitos legais e políticos usufruem seus cidadãos, que liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como estas estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana.

Com essa nova visão, depreende-se que a busca pelo desenvolvimento da sociedade, como fenômeno propiciador do bem estar e garantia de um futuro melhor para população, precisa ser intensificada e colocada com premência entre as prioridades do Estado.

2.2 O papel do Estado no desenvolvimento

Pela grandiosidade da sua estrutura, pelo alto volume de arrecadação de recursos financeiros, e pela grande quantidade de atribuições perante a sociedade, o estado possui significativa importância no desenvolvimento econômico de uma nação. Musgrave e Musgrave (1980, p.3) afirmam que:

Na economia dos Estados Unidos, mais de 20% do produto total é adquirido pelo governo através do orçamento público, e aproximadamente um terço da renda total é coletado em impostos. Esses níveis não atingem os de outras economias altamente desenvolvidas como o Canadá e as da Europa Ocidental, onde a participação das atividades orçamentárias na economia é até maior.

Os gastos governamentais têm crescido progressivamente ao longo das últimas décadas em, praticamente, todos os países do mundo. Sendo que, para esse fenômeno, há diversas justificativas, apresentadas pelos especialistas do assunto, tais como as expostas por Musgrave e Musgrave (1980) que atribuem, como causa desse crescimento; o aumento da renda *per capita* e a composição do produto, as mudanças tecnológicas e populacionais, os custos relativos dos serviços públicos e as alterações no alcance das transferências, as disponibilidades de alternativas para a tributação e o efeito limite das finanças de guerra e, ainda, a fatores políticos e sociais.

As afirmações mostram o poder do estado para influenciar a economia, através do seu consumo de bens e serviços oferecidos pelo mercado. Há de se considerar também as medidas a serem tomadas pelo estado, tais como as monetárias e das leis de regulação da economia, e nas suas principais funções econômicas.

De acordo com Giambiagi (1999), a ação do governo abrange três funções básicas, que são colocadas em prática através da política fiscal: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. A primeira refere-se ao fornecimento de bens públicos, quando o mercado não consegue oferecer a preços razoáveis. O governo trata da renda justa na sociedade, através da função distributiva. A função estabilizadora demanda o uso da política econômica para alcançar alto nível de emprego, crescimento econômico e estabilidade dos preços.

Resende (2007) afirma que as funções do governo na economia expandiram-se consideravelmente nos três primeiros quartéis do século passado, refletindo uma evolução dos princípios teóricos que recomendavam a necessidade de intervenção governamental no sistema econômico, assim como modificações nas preferências da coletividade quanto à intervenção do governo em atividades relacionadas à distribuição da Renda Nacional.

A importância do Estado, bem como das políticas de governo, reflete-se até mesmo de forma direta no mercado financeiro. Segundo PEROBELI et al (2000), no Brasil, a estabilidade econômica e a capacidade do governo em comprometer-se na sua manutenção aumentou a confiança dos investidores no mercado financeiro brasileiro. Esta confiabilidade, aliada à estrutura e dinamismo desse setor, auxilia no processo de difusão das informações sobre as expectativas dos agentes econômicos com relação ao mercado.

O Estado, portanto, representa a ferramenta necessária e suficiente para agir na promoção do desenvolvimento, que alie eficiência econômica, justiça social e prudência no trato com o meio ambiente.

Através da análise dos gastos públicos no estado de Pernambuco e do Nordeste, a partir da década de 90, Vergolino e Neto (2001, p. 251/252) sustentam a importância do consumo estatal para o desenvolvimento do Estado, considerando que as despesas de consumo impactam positivamente a demanda agregada e atraem investimento privados, enquanto que as despesas de capital, além de colaborarem com a demanda agregada, colaboram com o aumento da capacidade produtiva local. Os autores observam que:

Quando vistos conjuntamente, os dois tipos de despesas têm representado uma fração de importância considerável no PIB estadual: de 30,6% em 1991; 52,7% em 1993; 42,7% em 1995 e 47,4% em 1997. Embora, sem apresentar um padrão de regularidade ao longo dos quatro anos referidos, o conjunto dos gastos do setor público em Pernambuco tem atingido níveis bastante significativos do seu produto. [...] o que está claro, e constitui-se em um fato preocupante, é que a despesa governamental em Pernambuco tem se dirigido menos ao investimento produtivo – que tem o poder de aumentar a capacidade de produção de riquezas das gerações presente e futuras – e mais ao gasto em consumo; que apenas garante a manutenção

do nível de produto no momento presente, mas não apresenta o caráter de sustentabilidade intergeracional.

De certo, a participação do Estado através das políticas de gastos vem impulsionando o desenvolvimento de Pernambuco, mas numa proporção menor que a do Nordeste.

2.3 Evolução do pensamento político-econômico-regional

A necessidade de entender melhor as características regionais aconteceu em simultâneo com a expansão do comércio internacional. O pensamento econômico que considera a dimensão espacial evoluiu ao status de Ciência Social. De acordo com Diniz (2002), foi a partir do século XIX, na Alemanha, que foram iniciados os estudos regionais; e, somente após a Segunda Guerra Mundial, foi criada uma associação internacional de ciências regionais. O mesmo autor discorre sobre a evolução do pensamento regional, citando estudos realizados na área como: a teoria da localização e o papel dos transportes (Isard, 1956), da escola americana, e os desequilíbrios regionais ou da polarização (Perroux, 1960), da escola francesa; além dos trabalhos de Myrdal (1957) e Hirschmann (1958).

No entendimento de Lopes (2001), o estudo da variável espaço no contexto do desenvolvimento é sobremaneira importante, haja vista que os benefícios buscados referem-se aos indivíduos de determinada área e que as atividades e os recursos naturais e humanos devem ser bem localizados para propiciar o melhor aproveitamento desses recursos. O mesmo autor afirma que a evolução das preocupações sobre a organização da sociedade em termos espaciais teve inicialmente como causa o interesse de crescimento econômico, e que, posteriormente, os estudos vieram para resolver diferentes necessidades econômico-sociais dos países.

Estudos regionais foram realizados também na Itália, onde Roberto Putnam(2006), aproveitando a decisão do governo italiano de estabelecer governos regionais a partir do ano de 1970, pesquisou durante duas décadas a performance institucional dessas áreas, com o objetivo de solucionar o questionamento que considerava ser de grande importância para o Mundo Americano Contemporâneo: “Por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?”. Putnam (2006) demonstrou, através dos estudos, que as regiões localizadas no norte apresentavam desempenho institucional bem acima do desempenho das regiões do norte. Apontou como causas principais: a modernidade sócio-econômica, os padrões de participação cívica e solidariedade social da população, a estabilidade social, o

nível de educação, a forma de urbanização, a estabilidade de pessoal nas instituições e a estabilidade política.

A política regional dispõe de diversos instrumentos de desenvolvimento regional e analisa vários modelos teóricos de desenvolvimento, conforme cita Diniz (2002): modelos de retorno crescente (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999); instrumentais quantitativos e analíticos, através dos novos modelos da relação insumo/produto e de recursos computacionais (ISARD, 1999); modelos de desenvolvimento endógeno ou local, como distritos industriais, incubadoras, clusters; e a linha institucionalista, mostrando o papel das instituições públicas e da sociedade civil (HODGSON, 1996).

De acordo com Armstrong e Taylor (1993), as economias regionais são muito mais abertas que as nacionais, nas quais estão localizadas. O comércio interregional é muito mais livre às transações comerciais (mesma moeda, livre circulação, sem barreiras, mobilidade maior da força de trabalho). Barreiras legais, políticas e de língua operam mais fortemente como fator na migração internacional do que na interregional. O alto nível de interdependência econômica que existe entre regiões, dentro de um país, desempenha um papel particularmente importante na análise da economia regional. Surge desse pressuposto, então, a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento de maneira regionalizada, através de políticas econômicas e sociais.

Quanto aos instrumentos de política de desenvolvimento regional, Armstrong e Taylor (1993), sugerem classificá-los em três grandes grupos de políticas: 1) das macro-políticas; 2) da coordenação de políticas governamentais; e 3) das micro-políticas.

No primeiro grupo, identificam-se duas opções básicas: a descentralização desde a instância central de governo das políticas comercial, fiscal e monetária ou o controle central das macropolíticas, porém com aceitação de diferenciações regionais. A primeira opção foi até aqui bastante incomum, sobretudo no que tange às políticas: comercial e monetária. A segunda foi utilizada com frequência no período clássico das políticas de desenvolvimento regional nas décadas de 50 e 60, com o uso de mecanismos de favorecimento das regiões periféricas. Nesta opção enquadravam-se, por exemplo, tradicionais sistemas de incentivos fiscais ou taxas diferenciadas de juros na provisão de crédito de longo prazo para as regiões.

No segundo grupo, identificam-se opções que fazem parte de tarefas usuais do governo na implementação de ações deste tipo. Destacam-se aí a necessidade de coordenar ações entre instâncias de governo e entre macro e micro-políticas, tarefas bastante usuais, sobretudo em regimes federativos como nos casos da UE e do Brasil.

No terceiro grupo, das micro-políticas, divisam-se duas opções essenciais: políticas para patrocinar a mudança de localização do trabalho e políticas para incentivar a deslocalização do capital. De longe, este último grupo corresponde ao que mais esforços têm canalizado nos exemplos concretos de políticas de desenvolvimento regional recentes. Estes instrumentos se diferenciam das macro-políticas porque, ao contrário daqueles, focam determinados empreendimentos e se voltam para premiar condutas particulares dos agentes.

2.4 Disparidades Regionais no Brasil

A origem e a evolução das desigualdades espaciais no Brasil já foram historicamente identificadas; e as principais variáveis que explicam as disparidades atuais têm a ver com o processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma urbano-industrial, concentrada nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por suas dotações de recursos naturais e humanos, nível tecnológico e situação geográfica privilegiada (Nasser, 2000). Essa desigualdade inicial de recursos constituiu o primeiro estímulo para o desenvolvimento espacial desequilibrado no Brasil e terminou por converter-se num círculo virtuoso para as regiões prósperas e vicioso para as demais, já que o aumento do crescimento econômico atrai mais capital e mão de obra qualificada, aumentando a iniquidade. Outro fator que influi no grau da desigualdade regional é a extensão territorial: grandes superfícies debilitam o ajuste entre regiões, favorecem o forte peso cultural dos interesses locais e aumentam a diversidade dos recursos humanos e do capital social.

O processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo é conhecido como desenvolvimento econômico. E, se o ritmo de desenvolvimento é superior ao da população, então a renda real per capita aumentará. Essa situação vinha ocorrendo no Brasil num ritmo muito lento até o final dos anos 20, com a política econômica dominante e liberal dos economistas clássicos. A partir de 1930, iniciou-se a etapa desenvolvimentista de crescimento da economia brasileira, com a participação efetiva do Estado. Para alguns autores do problema regional, essa etapa perdurou até o final dos anos 80 e apresentou oscilações quanto ao problema das disparidades regionais. Furtado (1978, p.19/20) argumenta que, entre 1939 e 1949, a disparidade de níveis de renda entre as regiões centro-oeste e nordeste aumentou, e que, no período entre 1948 e 1956, a produção real do nordeste e centro-oeste cresceu à taxa anual de 4,0% e 5,3%, respectivamente, enquanto que, paradoxalmente, a renda per capita do centro-oeste cresceu 3,5% contra apenas 1,5% da região nordeste.

Durante o governo militar, o país continuou crescendo em ritmo forte, mas a situação de desigualdade intensificou-se, conforme relata Almeida (2009, p. 2):

Novas forças tecnocráticas ao poder a partir de 1964, as quais imprimiram uma maior racionalização em favor da acumulação privada de capital e contribuíram para acelerar o crescimento econômico em novas bases. Por outro lado, argumenta que a base da pirâmide social manteve-se à margem das políticas públicas e o crescimento se fez à custa de um endividamento externo galopante, combinado com uma compressão dos salários e um aumento exponencial das desigualdades sociais.

Com relação à Região Nordeste, grandes disparidades também são encontradas no nível de sub-regiões. Gomes e Vergolino (1995, p.125) comentam sobre as dificuldades encontradas no Semi-Árido nordestino, onde ocorrem estiagens prolongadas, com extremas consequências à agricultura: “A principal atividade econômica da região Semi-Árida é a agricultura de subsistência, de baixa produtividade, combinada com a pecuária extensiva”.

Para a grande maioria dos estudiosos regionais, a gritante diferença das condições econômicas e sociais nas diversas regiões do Brasil, e entre as sub-regiões, constitui entrave significativo ao desenvolvimento nacional.

2.5 Dinâmica do Estado de Pernambuco

A pouca diversificação dos negócios econômicos, ou melhor dizendo, a hegemonia desenfreada de poucos segmentos econômicos pode ser interpretada como a causa principal do início do declínio do estado de Pernambuco, no limiar do século XX. A exuberância do ciclo da cana de açúcar permitiu o surgimento de classes político-econômicas tão fortes na defesa dos seus interesses particulares, a ponto de inibir o crescimento de novas atividades. A dependência econômica do Estado, em relação a um único negócio, inviabilizou a rápida recuperação necessária com o declínio no negócio do açúcar.

Conforme Vergolino e Neto (2001), a produção do açúcar pernambucano manteve-se em escala decrescente até final da década de 10, ocorrendo posteriormente um aumento desse negócio, devido ao aumento da demanda interna, ocasionado pelo crescimento econômico da Região Centro-Oeste. Em seguida, Pernambuco e o Nordeste experimentariam novo declínio, com a diminuição da participação no mercado do açúcar, pela concorrência dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que conseguiam produzir com menores custos.

A partir da década de 30, o estado de Pernambuco acompanha o ritmo de crescimento nacional, com um parque industrial bastante diversificado, como consequência principal de

capital e empresas estrangeiras instaladas na Região; não deixando, porém, de ter a base da economia atrelada à cana de açúcar. A batalha por recursos financeiros viria a ser muito difícil para o Estado, durante todo o período seguinte, até a década de 90.

A partir do estágio de grande expansão econômica nacional, década de 50, e com a criação da SUDENE, a Região Nordeste obteve melhores condições para o desenvolvimento. Existia, entretanto a concorrência, pelos recursos federais, dos estados da Bahia e Ceará. O resultado da batalha por esses recursos e as características dos parques industriais, bem como o período do ciclo de expansão econômica que aconteceram nesses três estados, definiria a situação econômica em que se encontravam no início da década de 90. Vergolino e Neto (2001, p. 48) observam que a economia de Pernambuco foi suplantada por Ceará e Bahia, nessa época, e arrematam:

O ciclo expansivo de investimento em Pernambuco é, temporalmente, o mais antigo, tendo ocorrido nos anos 1960 e, portanto com seus efeitos sobre o conjunto da economia visivelmente fracos. A tentativa pernambucana de alongar seu ciclo expansivo via a implantação de SUAPE foi frustrada pelas condições vigentes na economia brasileira a partir dos anos 80 (crise da dívida externa). [...] De modo conclusivo, as características microeconômicas do perfil produtivo da economia de Pernambuco sugere que a presença de um quadro produtivo caracterizado pela ampla diversificação em setores de baixa intensidade de capital e tecnológica não tem sido positiva em termos de geração de efeitos de dinâmica expansiva sustentada na economia estadual.

Numa análise das condições de desenvolvimento do estado de Pernambuco, elaborada por Sampaio et al (1975), que considerou fatores como: urbanização, população e emprego, ocupação e renda, e infraestrutura social; observou-se crescimento desproporcional dos setores econômicos, políticas equivocadas de repartição do produto e absorção da força de trabalho de forma improdutivo. Com a diminuição do segmento industrial, a mão de obra migra para o setor terciário, ocasionando a urbanização e suas consequências negativas: falta força de trabalho no setor primário, devido à migração para as grandes cidades, criando-se bolsões de pobreza na periferia, aumentando a demanda por serviços públicos, como esgotos, saúde, segurança e educação, com o agravante da concentração de renda.

2.6 Transferências fiscais na federação brasileira

Para SANTOS (2006), o efeito distributivo resultante da descentralização fiscal deve ser considerado um tema de real interesse para os Estados Federais, em particular para aqueles com grandes desigualdades sociais e econômicas. O Brasil é um país que se caracteriza pela iniquidade que existe entre suas regiões, estados e municípios, o que se mantém e, em alguns

casos, se aprofunda devido à diferente capacidade fiscal dos entes da federação e à consequente dessemelhança do gasto público subnacional.

A origem e a evolução das desigualdades espaciais no Brasil já foram historicamente identificadas; e as principais variáveis que explicam as disparidades atuais têm a ver com o processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma urbano-industrial, concentrada nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por suas dotações de recursos naturais e humanos, nível tecnológico e situação geográfica privilegiada (Nasser, 2000). Essa desigualdade inicial de recursos constituiu o primeiro estímulo para o desenvolvimento espacial desequilibrado no Brasil e terminou por converter-se num círculo virtuoso para as regiões prósperas e vicioso para as demais, já que o aumento do crescimento econômico atrai mais capital e mão de obra qualificada, aumentando a iniquidade. Outro fator que influi no grau da desigualdade regional é a extensão territorial: grandes superfícies debilitam o ajuste entre regiões, favorecem o forte peso cultural dos interesses locais e aumentam a diversidade dos recursos humanos e do capital social.

3 INGRESSOS DE RECURSOS FINANCEIROS E DISPÊNDIOS DO ESTADO

O Estado, para cumprir com o seu papel constitucional e operacionalizar suas atividades, tais como: legislação, justiça, regulação, segurança pública, saúde e educação, entre outras, necessita obter e aplicar recursos; o volume demandado, entretanto, pode ser considerado “astronômico”. Segundo Musgrave & Musgrave (1980), da produção total dos Estados Unidos, a quinta parte é consumida pelo governo, provocando a necessidade de recursos na monta de, aproximadamente, um terço da renda gerada. Essa interação financeira e econômica entre o setor público e privado resulta em um sistema complexo de propulsão da economia nacional, por vezes questionado quanto até que ponto é benéfico à sociedade.

A questão que se coloca nesse trabalho diz respeito à eficiência na gestão dos recursos públicos, já que o tamanho do Estado, representado pelo volume de recursos demandados da sociedade, é um questão de escolha pública, definido na seara política. As questões relativas à atividade financeira do Estado, entretanto, se aproxima mais das atribuições dos quadros técnicos e gestores da administração pública.

3.1 Captação de recursos públicos no Estado de Pernambuco

Na administração pública todo ingresso de recursos financeiros é considerado receitas. Sobre o tema Slomski (2005, p.97) discorre:

A expressão receita pública refere-se a todo recebimento de impostos, taxas e transferências correntes e de capital. Nesta visão, receita pública caracteriza-se como toda entrada de recursos na entidade, independentemente da contraprestação de serviços ou de entrega de produto diferentemente do conceito de receita para as empresas privadas.

Angélico (1994, p.44) afirma que “Receita pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens aos cofres públicos. Ingresso, entrada ou receita pública são, na verdade, expressões sinônimas na terminologia de finanças públicas.”

As fontes de receitas dos entes, no Brasil, são idênticas e, em geral, definidas na Constituição da República. A Carta Magna, promulgado em 1988 e a Lei 4.320 de 1964, além das constituições estaduais e leis federais, estaduais e municipais que tratam de tributação e finanças públicas, compreendem o arcabouço jurídico que oferece sustentação às atividades de arrecadação de recursos financeiros da administração pública.

Sobre as principais ópticas de classificação das receitas orçamentárias, Resende (2007) comenta:

Do ponto de vista da captação, as receitas são consideradas próprias ou de transferências. Receitas próprias são as arrecadas pelas próprias entidades encarregadas de sua aplicação – por exemplo, o Imposto de Renda é uma receita própria da União, e o ICMS é uma receita própria dos estados –, enquanto que as Receitas de transferências são as provenientes do repasse de recursos captados por outras instituições.

Sobre a óptica da origem dos recursos, o autor apresenta as principais categorias: tributária, de contribuições, patrimonial, industrial, agropecuária e de serviços. Considerando as classificações sugeridas pelo autor, o diagrama abaixo apresenta as formas de ingressos de recursos públicos nos entes estaduais, sob as ópticas da captação de recursos e da origem desses recursos.

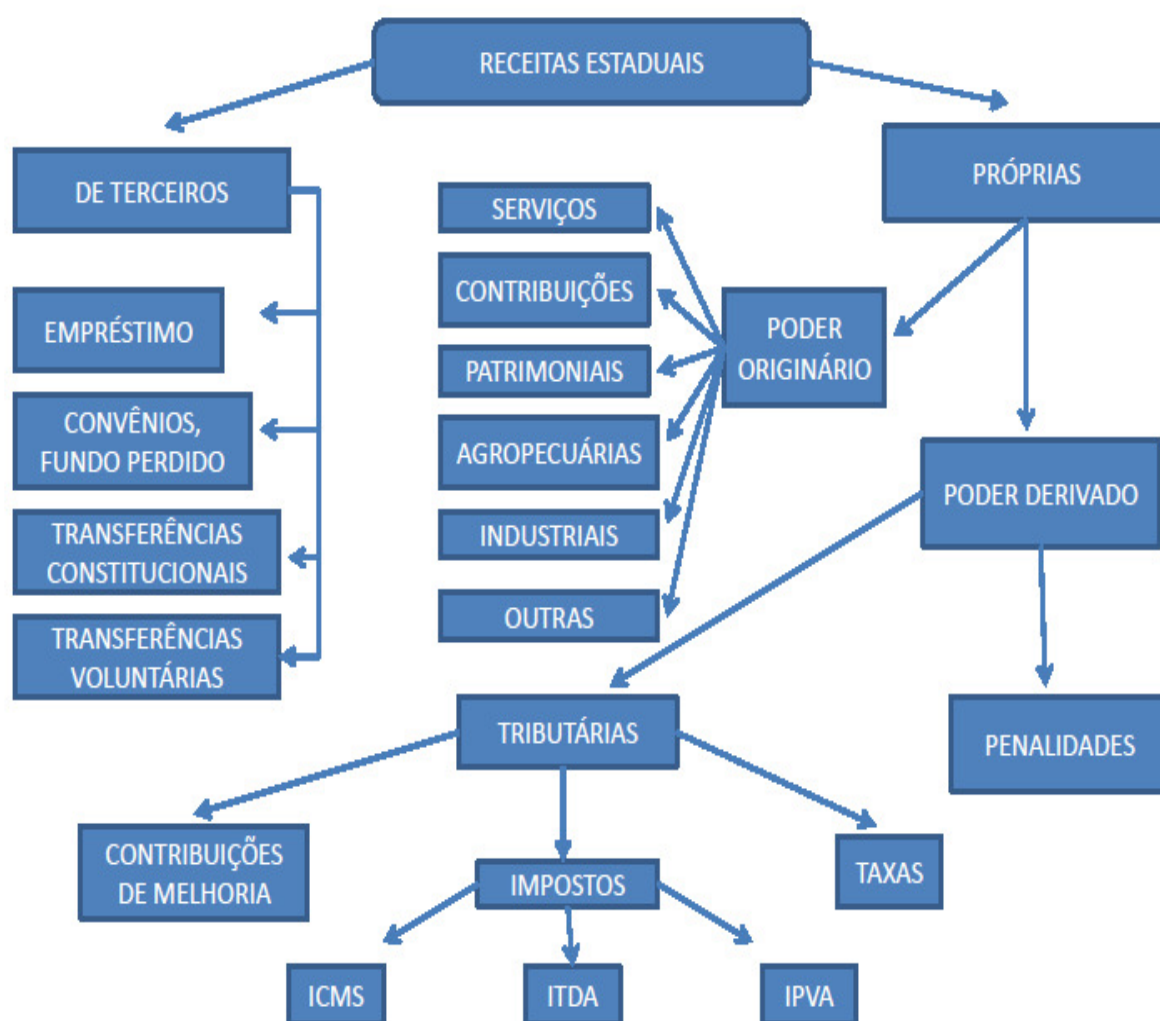


Figura 1: Organograma das receitas estaduais

Fonte: Adaptação de Borba (2003)

Na figura acima é possível observar que as receitas tributárias, na classificação quanto à origem dos recursos, são também próprias do ente estadual, conforme a captação dos recursos, oriundas da autoridade do Estado para tributar (Poder Derivado). Essas receitas constituem-se na maior fonte de arrecadação dos estados.

Ainda, quanto à captação de recursos, a figura apresenta as receitas de transferências, de convênios e a fundo perdido. Todas compreendendo os recursos estaduais oriundos de terceiros, que podem ser classificados, ainda, em receitas correntes e receitas de capital. A rubrica empréstimos, entretanto, somente é admitida como receita de capital.

Durante o período de 1991 até 2005, a arrecadação total do Governo do Estado de Pernambuco oscilou bastante nos diversos exercícios, conforme gráfico apresentado abaixo:

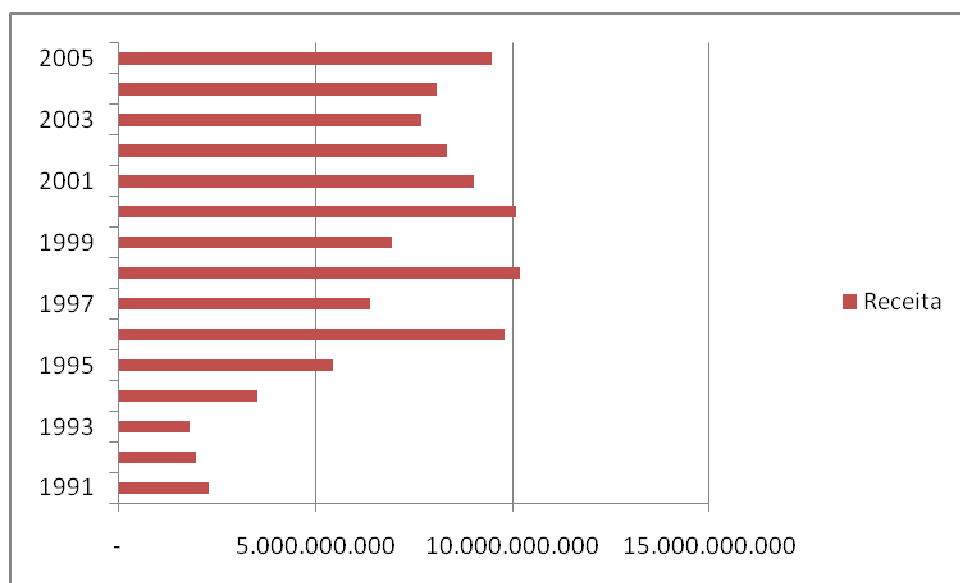


Gráfico 5: Receita Total do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP-M).

No gráfico 6 é possível verificar que, apesar das oscilações, a tendência foi de alta. Fica claro, também, que a tendência de alta foi influenciada pelas receitas correntes (gráfico 7), considerando-se que as receitas de capital indicou diminuição no final do período (gráfico 8).

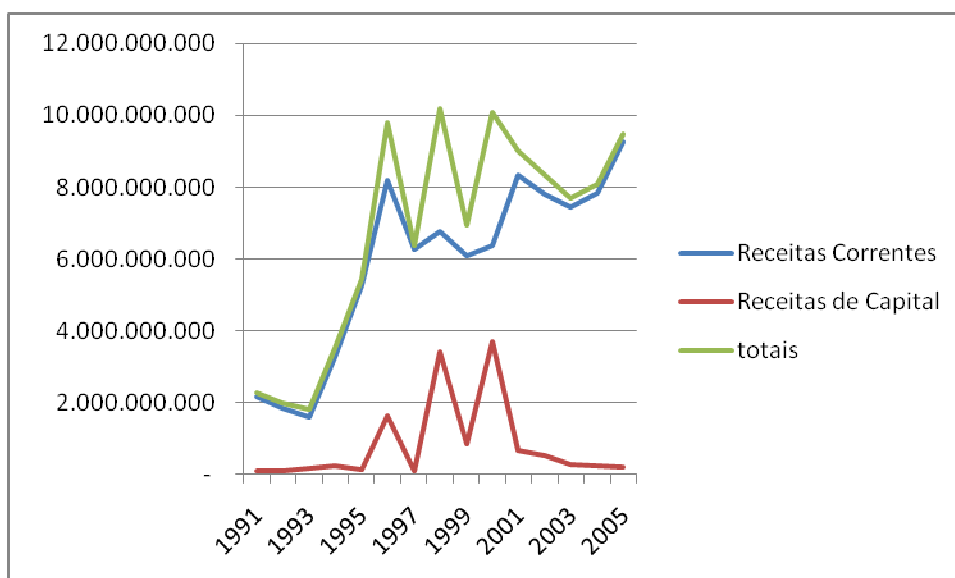


Gráfico 6: Receita Total do Estado de Pernambuco por Categoria (Em valores constantes – IGP – M).

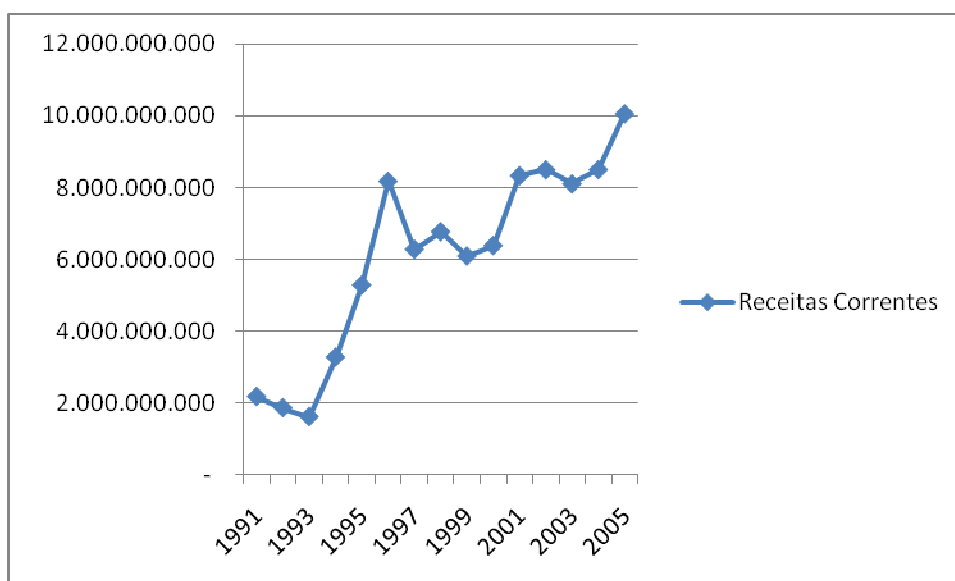


Gráfico 7: Receita Corrente (Em valores constantes – IGP – M).

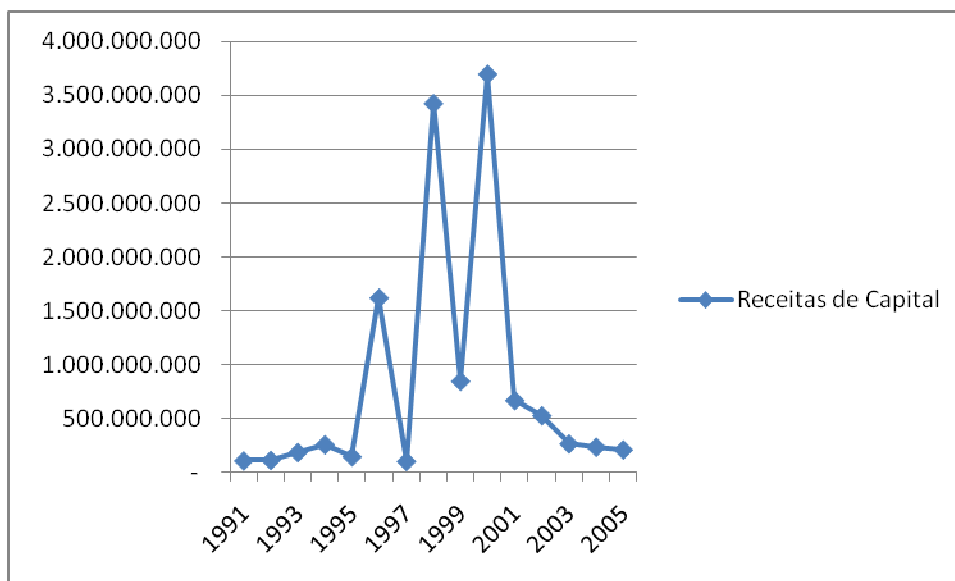


Gráfico 8: Receita de Capital (Em valores constantes – IGP –M).

3.1.1 Receita corrente

3.1.1.1 Receitas correntes, exceto transferências correntes e outras receitas correntes

Nesse caso são apresentadas as receitas auferidas sob a óptica da origem dos recursos. Observe-se que as receitas tributárias se destacam, perfazendo uma trajetória de alta até o os dois primeiros anos do Plano Real. Após esse período, manteve-se em um patamar mais baixo.

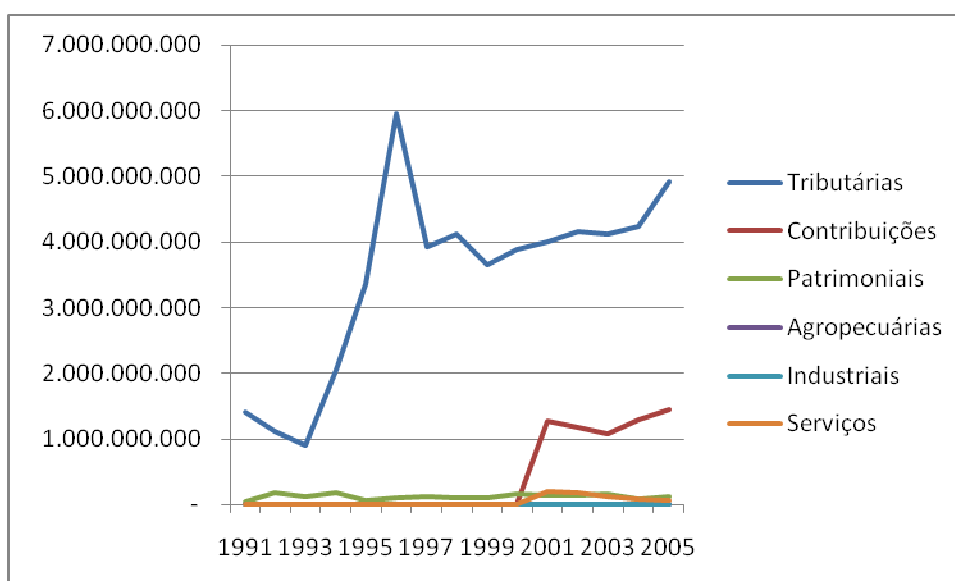


Gráfico 9: Receitas correntes do Estado de Pernambuco, exceto transferências e outras correntes (Em valores constantes – IGP –M).

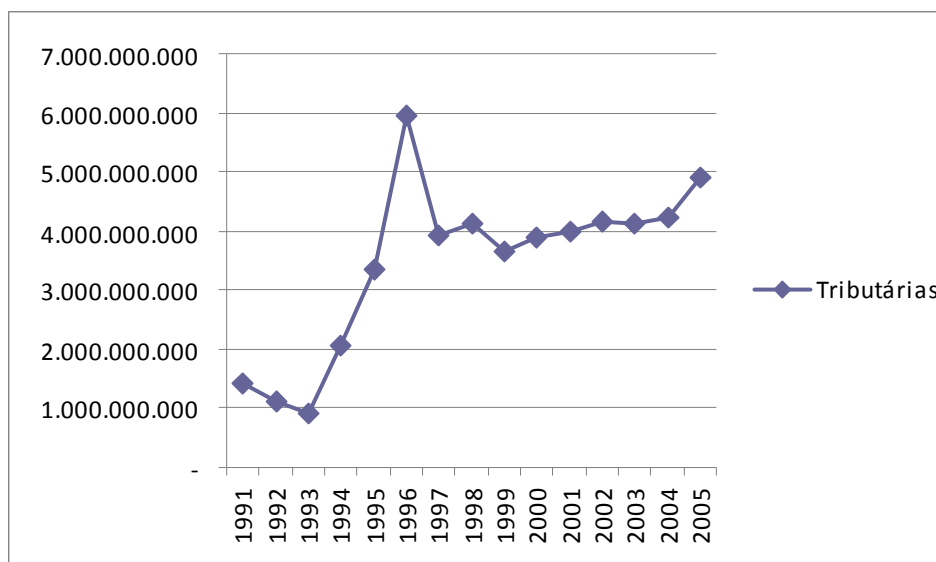


Gráfico 10: Receita Tributária do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP-M).

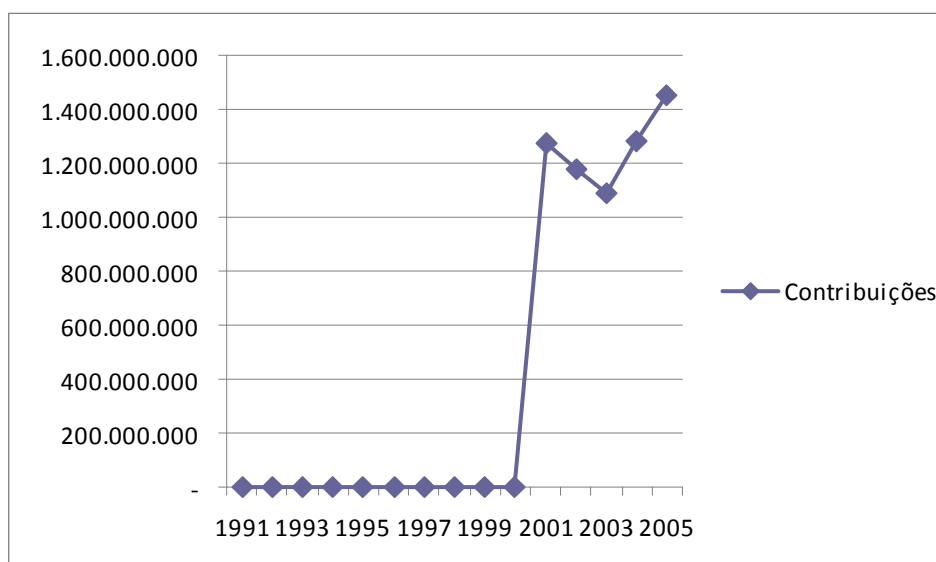


Gráfico 11: Receita de contribuições do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP – M).

As receitas de contribuições foram alavancadas a partir do exercício 2001: passou de uma média de 0,03% da receita total para mais de 10%.

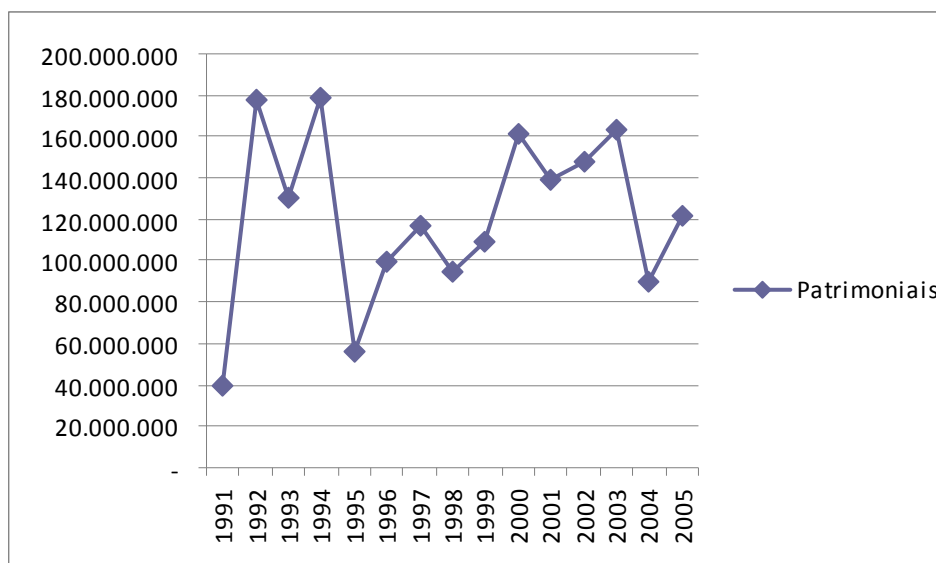


Gráfico 12: Receitas Patrimoniais do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP – M).

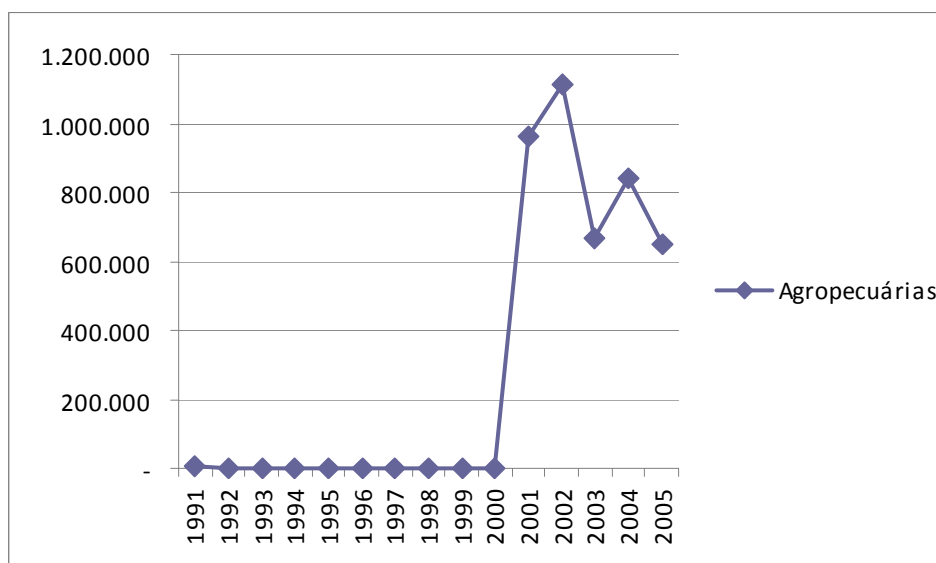


Gráfico 13: Receita Agropecuária do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP – M).

De 1991 até o exercício de 2000, não houve arrecadação de receitas agropecuárias, conforme os registros contábeis do Estado. As mesmas tiveram trajetória ascendente nos exercícios 2001 e 2002, recuando a partir de 2003 até 2005. Fato idêntico ocorreu com as receitas industriais e de serviços, conforme gráficos 14 e 15 abaixo.

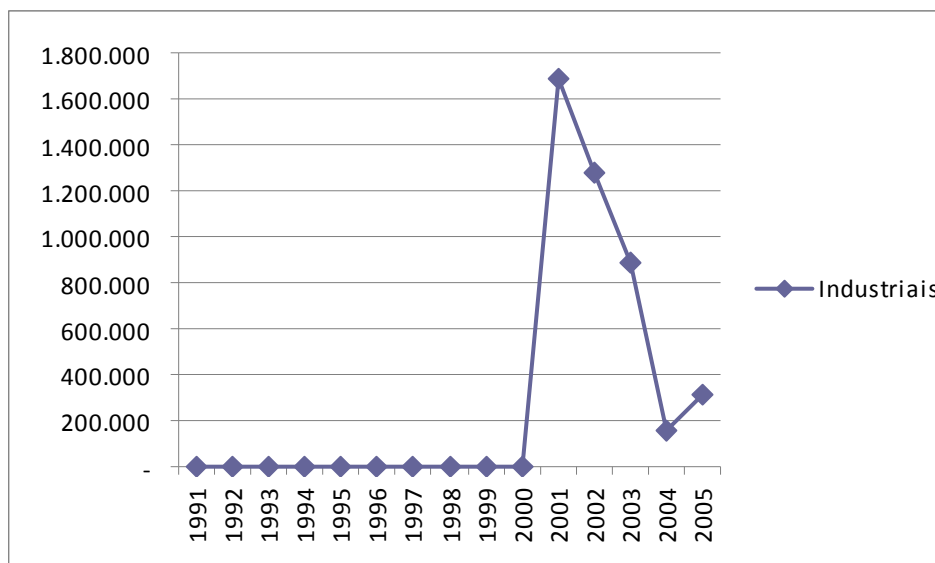


Gráfico 14: Receitas de Indústrias do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP – M).

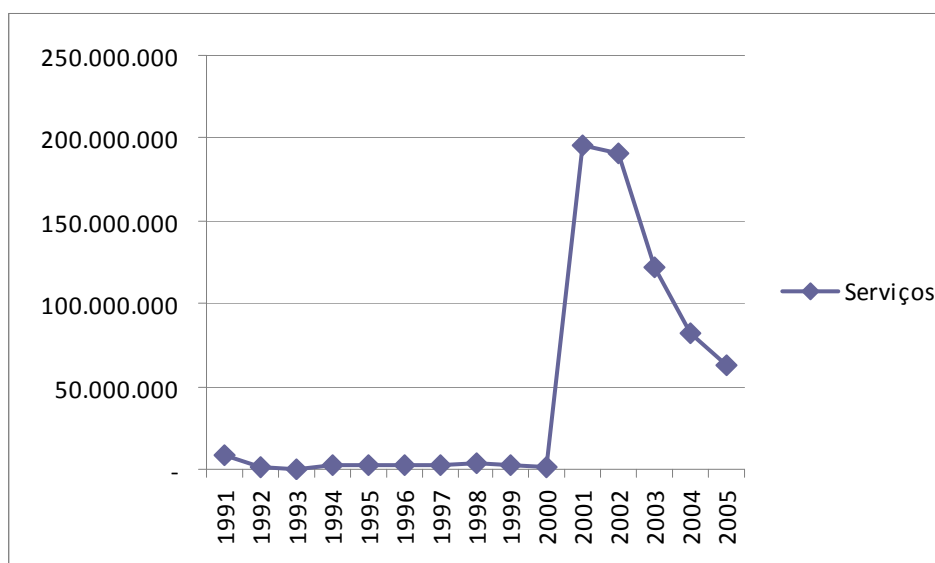


Gráfico 15: Receita de Serviços do Estado de Pernambuco (Em valores constantes – IGP – M).

3.1.1.2 Transferências correntes

Em relação às receitas de transferências, nota-se predominância dos valores transferidos pela União, e em escala ascendente. Sobre as outras transferências há de se destacar os valores transferidos por instituições privadas e pessoas físicas, com forte aumento a partir do exercício 2000 (gráficos: 20 e 22).

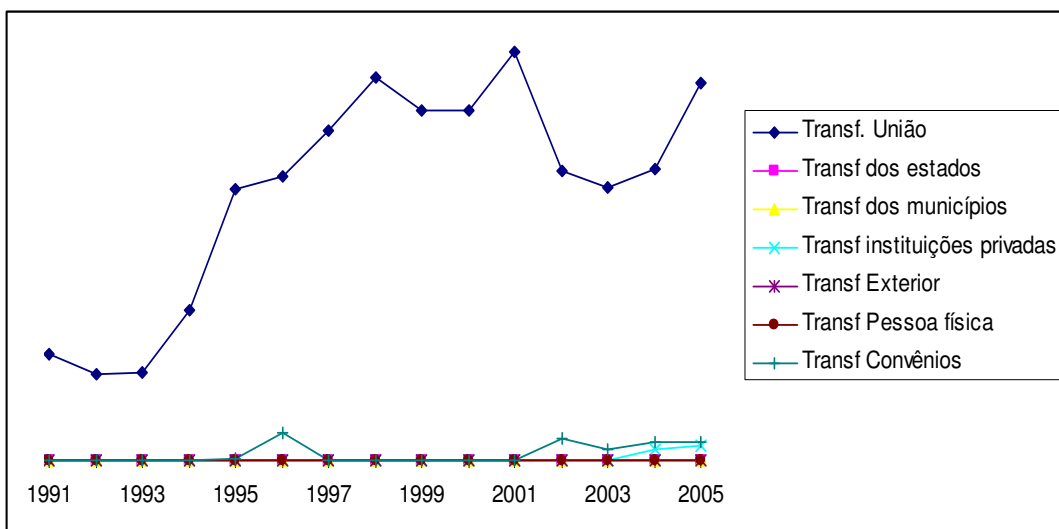


Gráfico 16: Transferências Correntes (Em valores constantes – IGP – M).

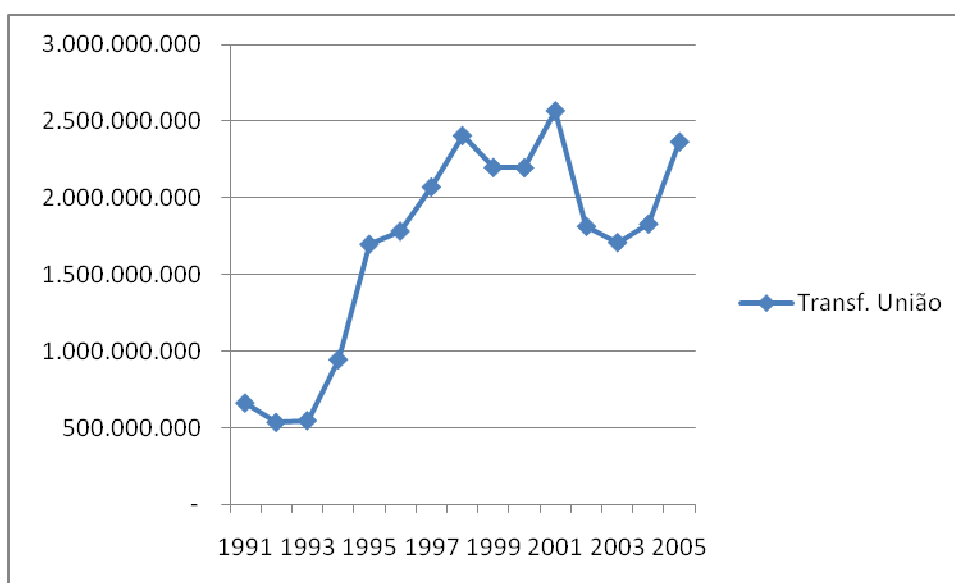


Gráfico 17: Transferências da União (Em valores constantes – IGP – M).

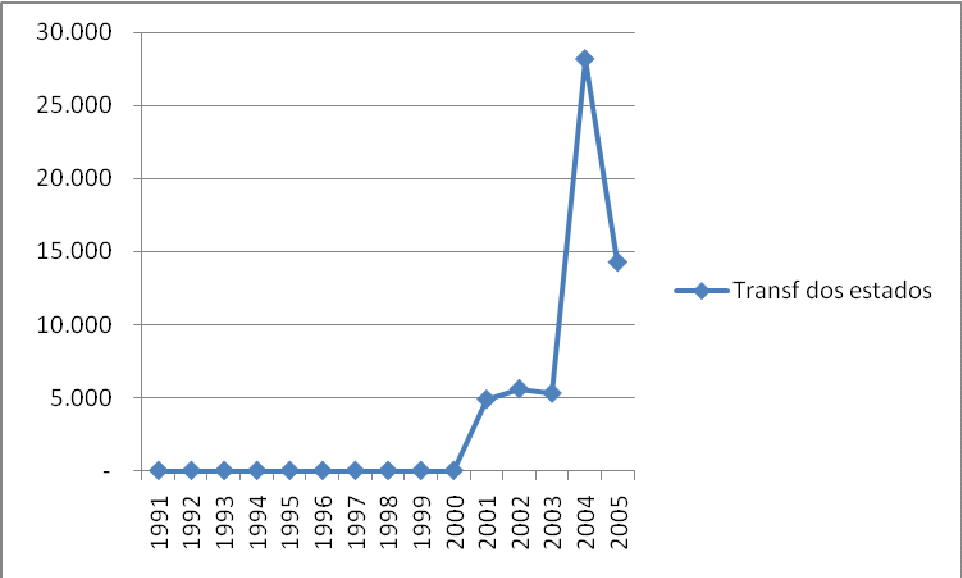


Gráfico 18: Transferências dos Estados (Em valores constantes – IGP –M).

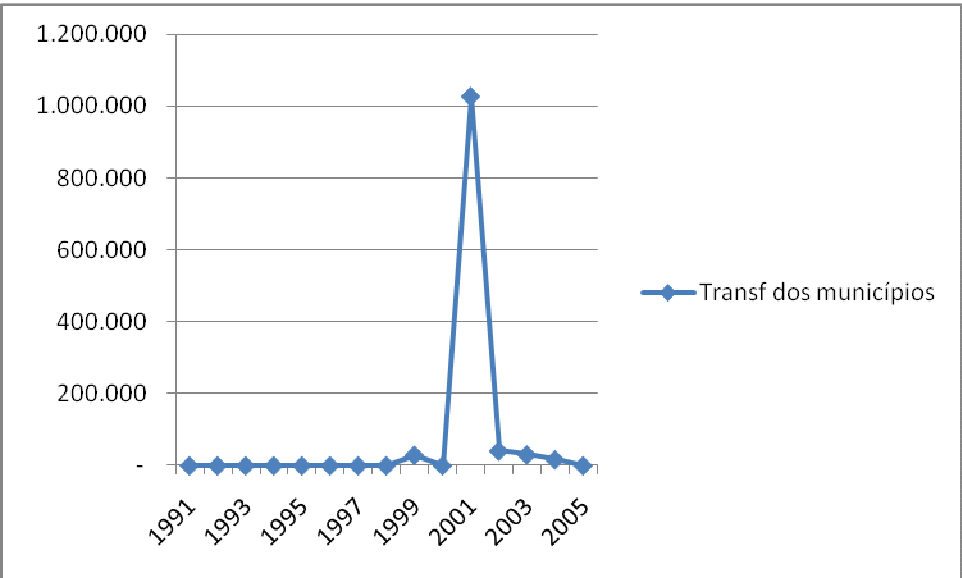


Gráfico 19: Transferências dos Municípios (Em valores constantes – IGP –M).

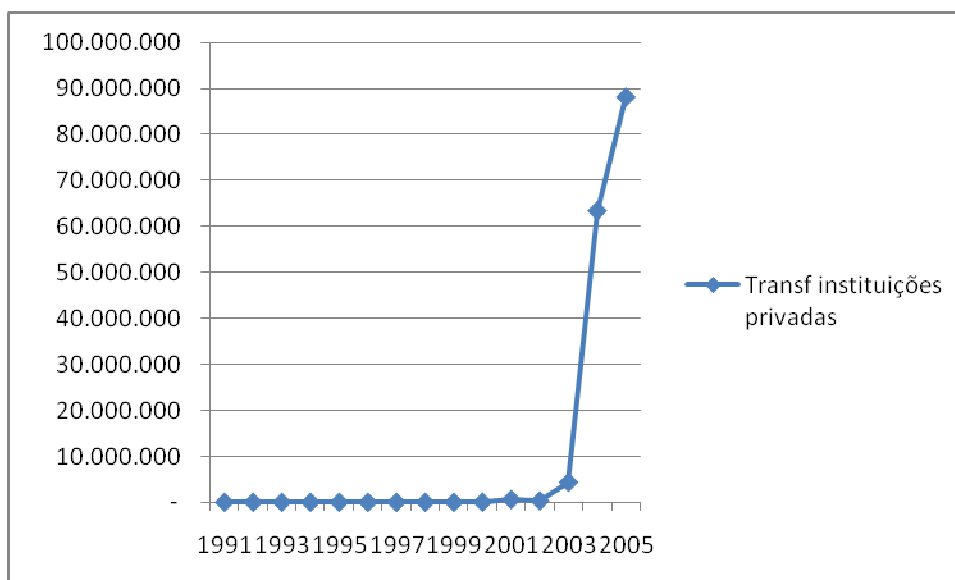


Gráfico 20: Transferências de Instituições Privadas (Em valores constantes – IGP –M).

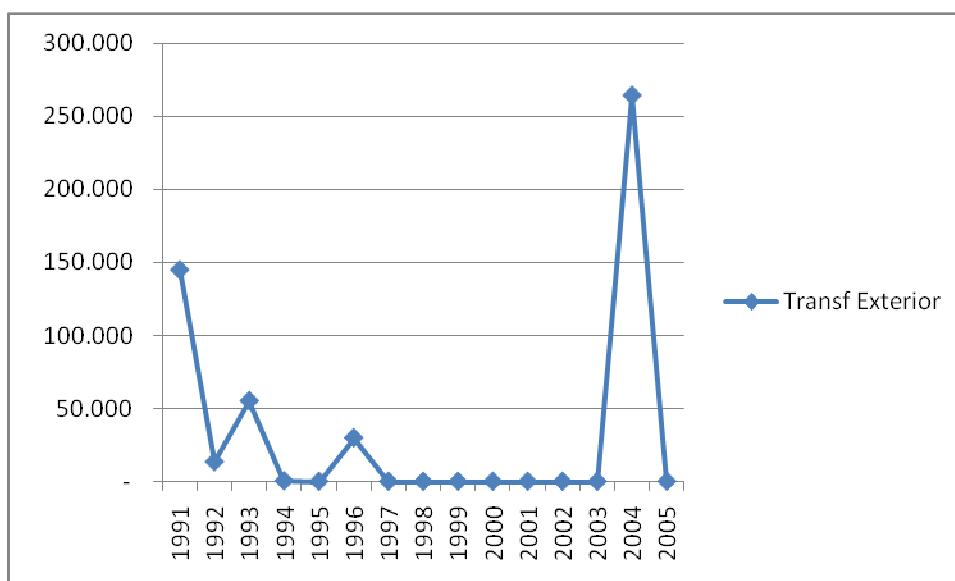


Gráfico 21: Transferências do Exterior (Em valores constantes – IGP –M).

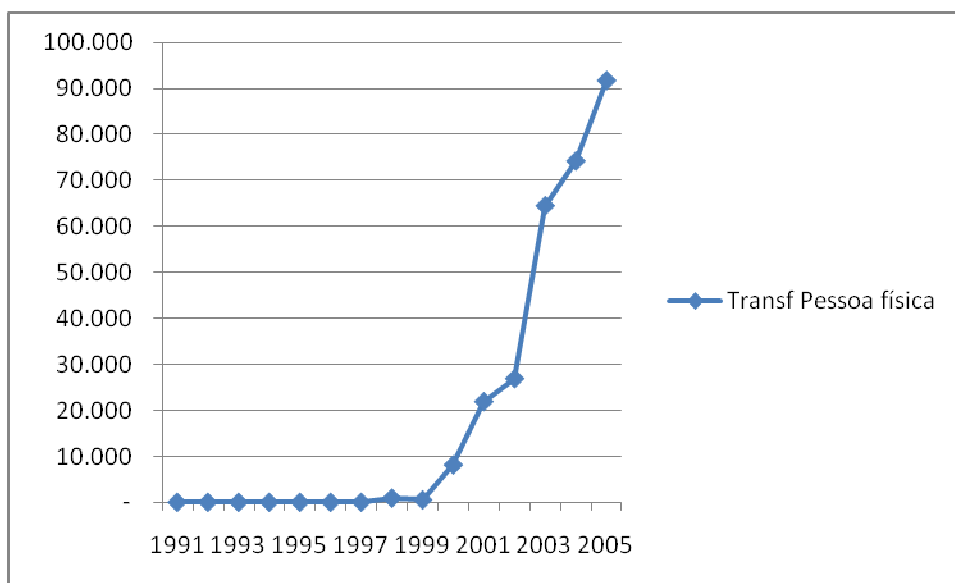


Gráfico 22: Transferências de Pessoas Físicas (Em valores constantes – IGP –M).

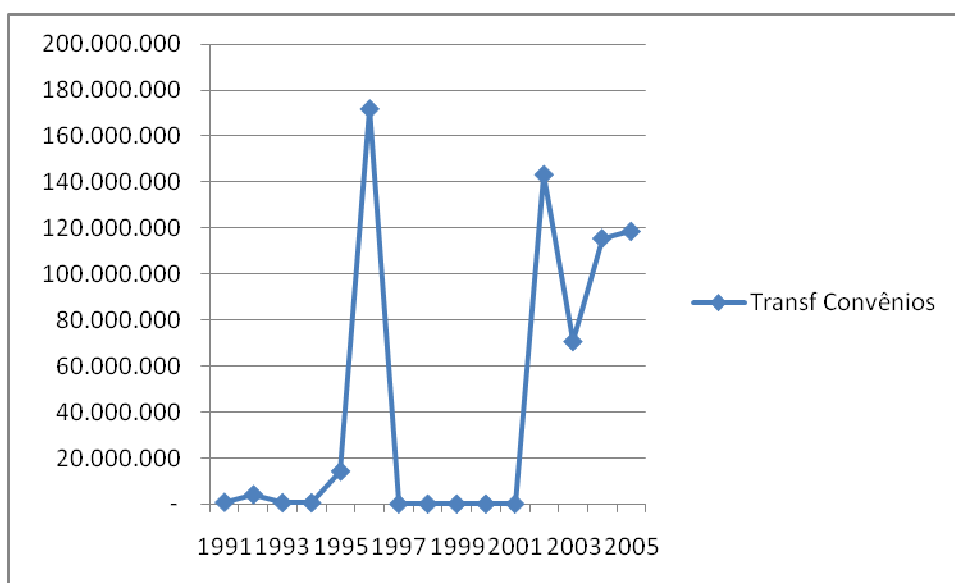


Gráfico 23: Transferências de Convênios (Em valores constantes – IGP –M).

3.1.1.3 Outras receitas correntes

Os ingressos aqui apresentados referem-se a receitas próprias, oriundas tanto do Poder Derivado quanto Originário. Destaca-se o crescimento dos valores de multas e juros, bem como a queda constante de arrecadação da dívida ativa, a partir do exercício 2000.

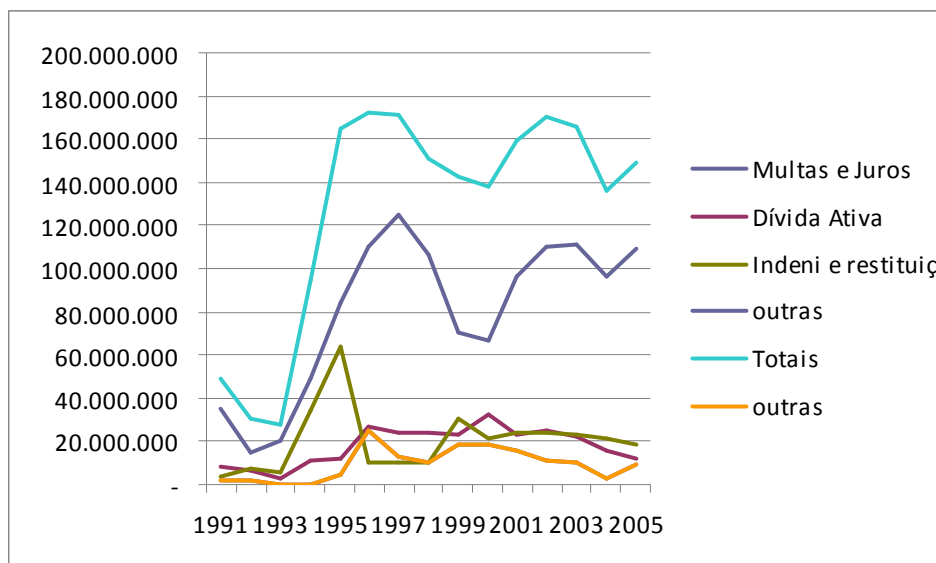


Gráfico 24: Outras receitas correntes (Em valores constantes – IGP –M).

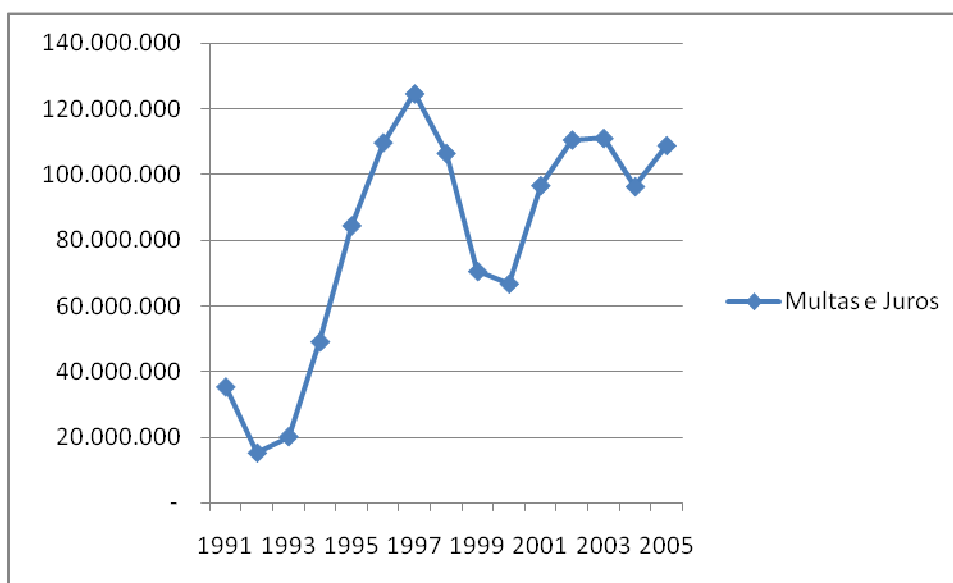


Gráfico 25: Receitas de multas e juros (Em valores constantes – IGP –M).

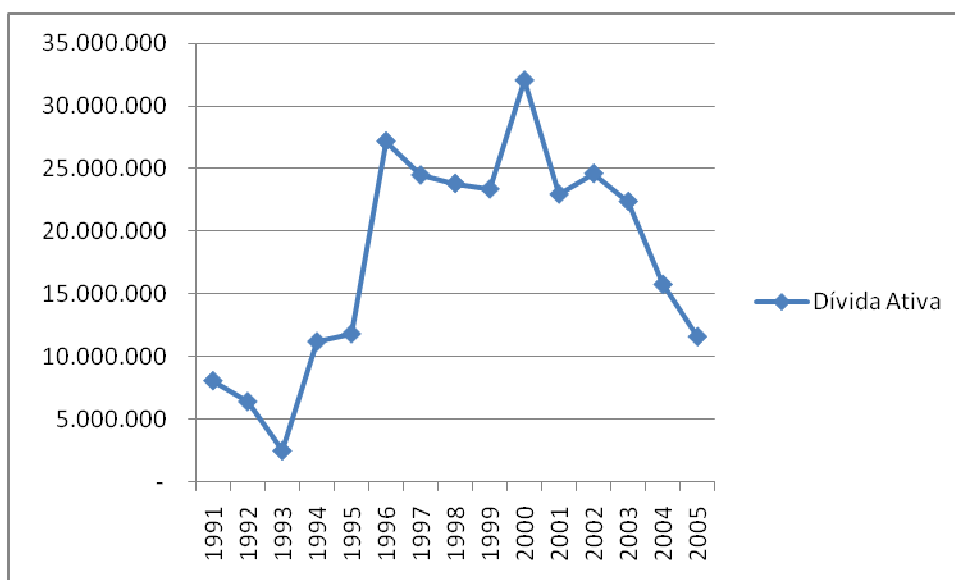


Gráfico 26: Receitas de dívidas ativas (Em valores constantes – IGP – M).

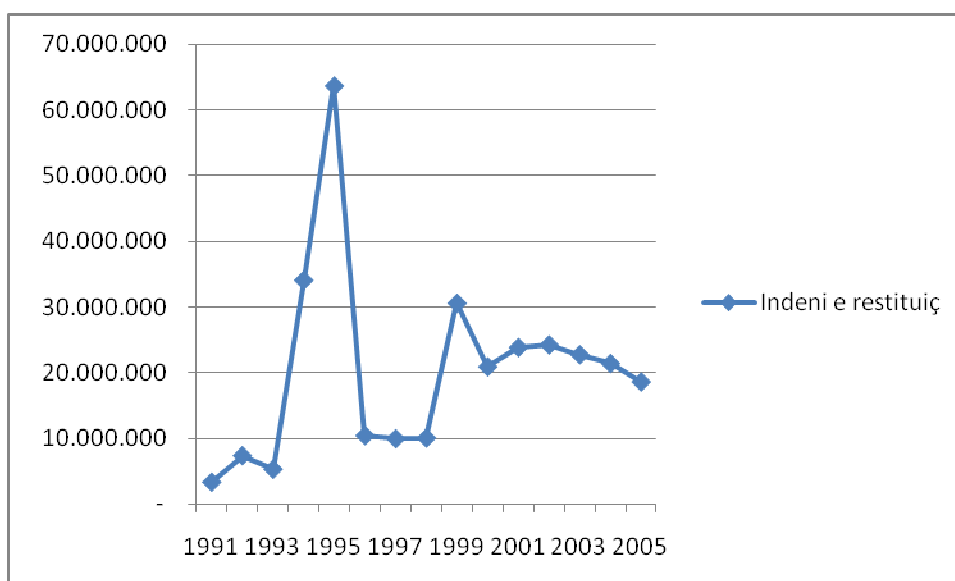


Gráfico 27: Receitas de indenização e restituição (Em valores constantes – IGP – M).

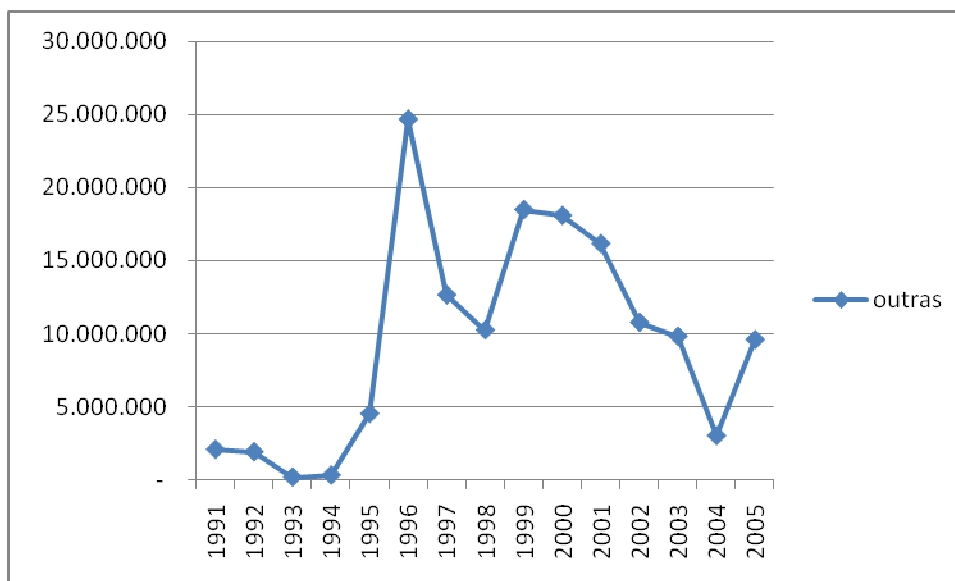


Gráfico 28: Outras Receitas (Em valores constantes – IGP – M).

3.1.2 Receita de capital

Quanto a essas despesas, observa-se grande movimentação de recursos, em todas as rubricas de capital, no período de 1999 até 2003. Nessa época ocorreu uma maxidesvalorização do câmbio (janeiro de 1999) e processos de privatização das empresas de energia elétrica em 2000 (no nosso caso, a CELPE). Cabe ressaltar que a valorização do dólar um ano antes das privatizações beneficiou sobremaneira o capital estrangeiro.

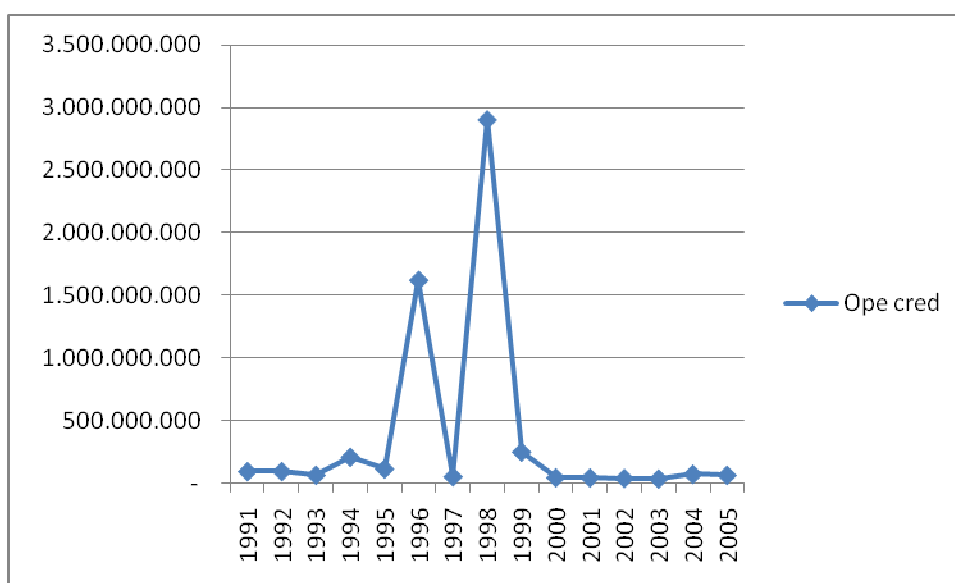


Gráfico 29: Receitas de operações de crédito (Em valores constantes – IGP – M).

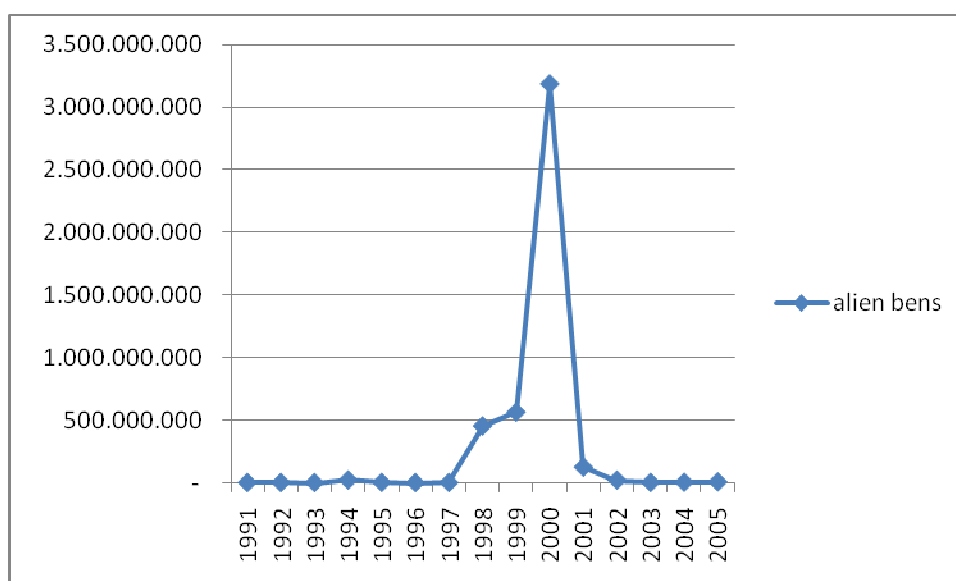


Gráfico 30: Receitas de alienação de bens (Em valores constantes – IGP – M).

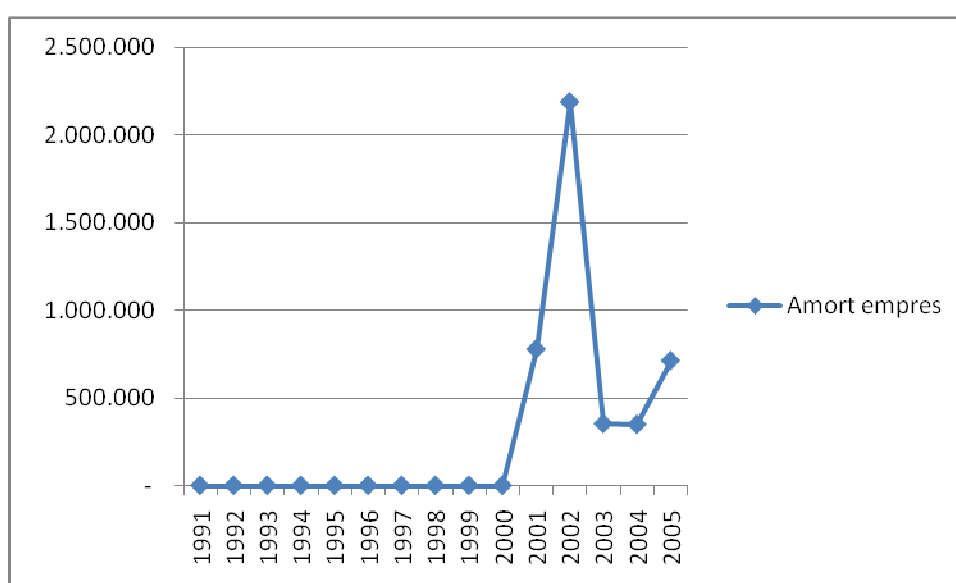


Gráfico 31: Receitas de amortização de empresas (Em valores constantes – IGP – M).

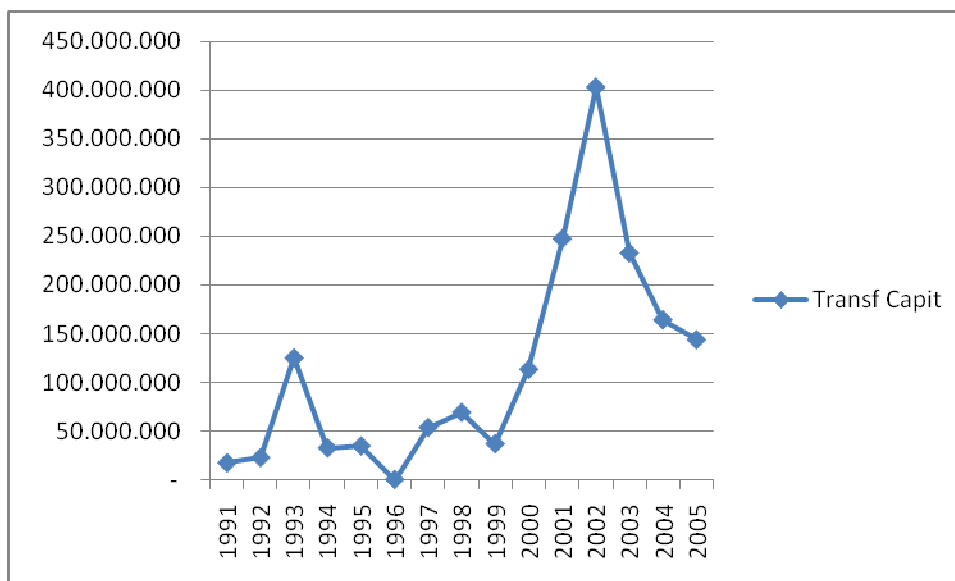


Gráfico 32: Receitas de transferência de capital

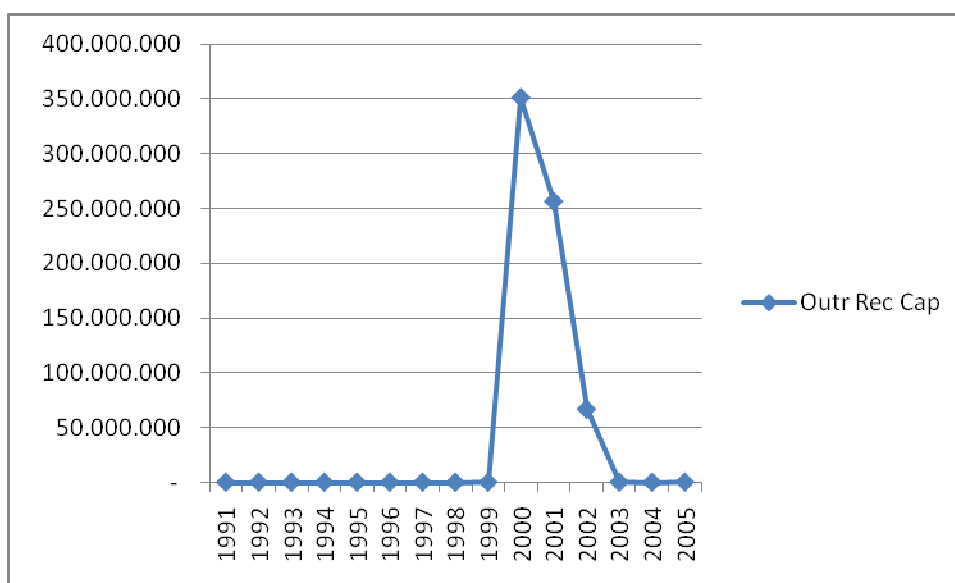


Gráfico 33: Outras Receitas de capital (Em valores constantes – IGP – M).

3.2 Aplicação de recursos públicos no estado de Pernambuco

O entendimento majoritário das correntes doutrinárias da contabilidade define a despesa como sendo a aplicação de recursos para cumprir o objetivo da organização. De outra forma, a despesa seria o consumo real de ativos, bens e serviços, para a formação de um produto, prestação de serviço ou geração de um benefício.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.121, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre a estrutura para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, conceitua a despesa como sendo decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

Não obstante essa conceituação patrimonial, na esfera pública a despesa possui vários significados conforme a natureza da transação a ser realizada pelo órgão, que poderá ser inerente a um contrato, convênio ou determinação legal. Para reforçar este entendimento, Reis (2004, p.57) explica que a expressão despesa no setor governamental pode estar atrelada a “obrigação, consumo de bens e serviços para a concretização de um objetivo, devolução de um valor pertencente a terceiros e pagamento de uma obrigação”.

Seguindo a corrente dos tratadistas, o professor Jund (2008, p.110) define três elementos básicos para a constituição da despesa pública que são: a natureza econômica, jurídica e política.

A natureza econômica atém-se aos dispêndios, que para os cofres públicos constituem gasto e para os beneficiados, consumo; ambos os entendimentos financiados pelos recursos privados e públicos, como são os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. A natureza jurídica está inserida na autorização legal feita pelo Poder Legislativo, através de seus representantes. A natureza política se traduz pelo sentido de finalidade pública e satisfação de uma necessidade do Estado, realizada através dos serviços públicos, como medida de uma política financeira.

O professor Bezerra Filho (2006, p.79), comenta que “a despesa na administração pública é constituída pela obrigação de desembolso financeiro por parte dos cofres do Estado, objetivando financiar as ações do governo, bem como cumprir outras determinações impostas por leis, contratos, convênios, etc. (despesa extra-orçamentária)”.

Vimos, portanto, que a despesa no setor governamental divide-se em dois grandes grupos: Despesa Orçamentária e Despesa Extra-Orçamentária.

A despesa extra-orçamentária é o desembolso financeiro (saídas) que não consta na lei do orçamento, que tenha característica de transitoriedade, relativo a depósitos, cauções, pagamento de restos a pagar, resgates de operação de crédito por antecipação de receita, e que oportunamente foi contabilizado como receita extra-orçamentária. De acordo com Kohama (2001), a despesa extra-orçamentária não depende de autorização legislativa e corresponde a restituições ou entrega de valores recebidos, como: cauções, depósitos, consignações, etc.

A despesa extra-orçamentária ou desembolso extra-orçamentário (termo utilizado na concepção da nova contabilidade), como se observou, não pertence ao órgão público, caracterizando apenas uma mera devolução de valores que pertencem a terceiros, embora tenham sido oportunamente contabilizadas como receita ou ingresso extra-orçamentário.

Interessa aqui apenas a despesa orçamentária (ou despesa pública), deduzidas das despesas financeiras, as quais não compõem o objeto desse estudo. Os valores aplicados no período de 1991 até 2005 estão representados no gráfico abaixo:

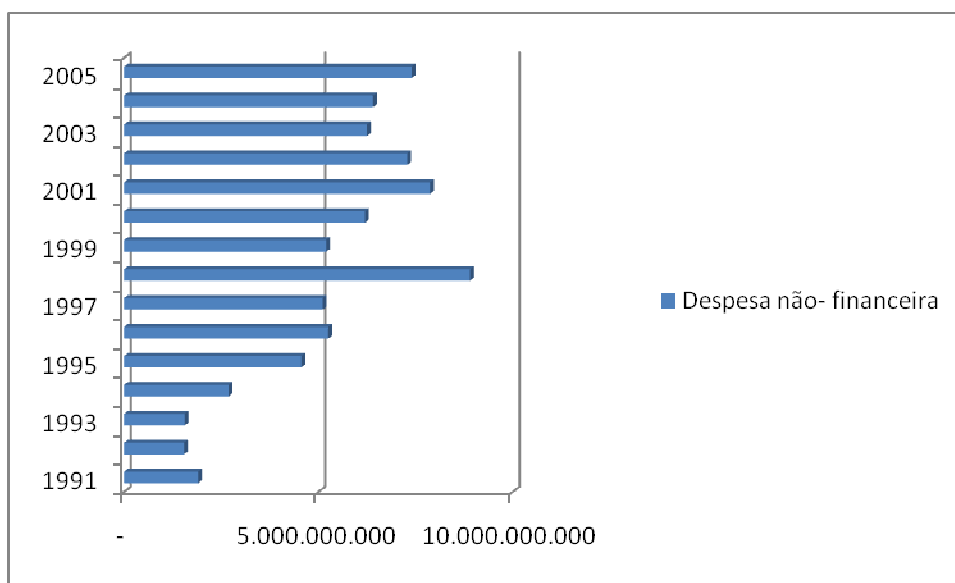


Gráfico 34: Despesa Total Não-Financeira do Estado de Pernambuco
(Em valores constantes – IGP – M).

No gráfico: 35, abaixo, as despesas são representadas por categoria econômica. De acordo com Piscitelli (1992), a despeito de existir diversas formas de classificação da despesa orçamentária, do ponto de vista econômico, deve-se dar ênfase ao critério baseado na categoria econômica.

Conforme se observa nos gráficos: 35 até 37, as despesas do Estado, não financeiras, apresentaram trajetória ascendente no período de 1991 até 2005. Fica claro, entretanto, que a influência nessa trajetória ficou por conta das despesas correntes, haja vista que as despesas de capital apresentaram tendência à estabilidade.

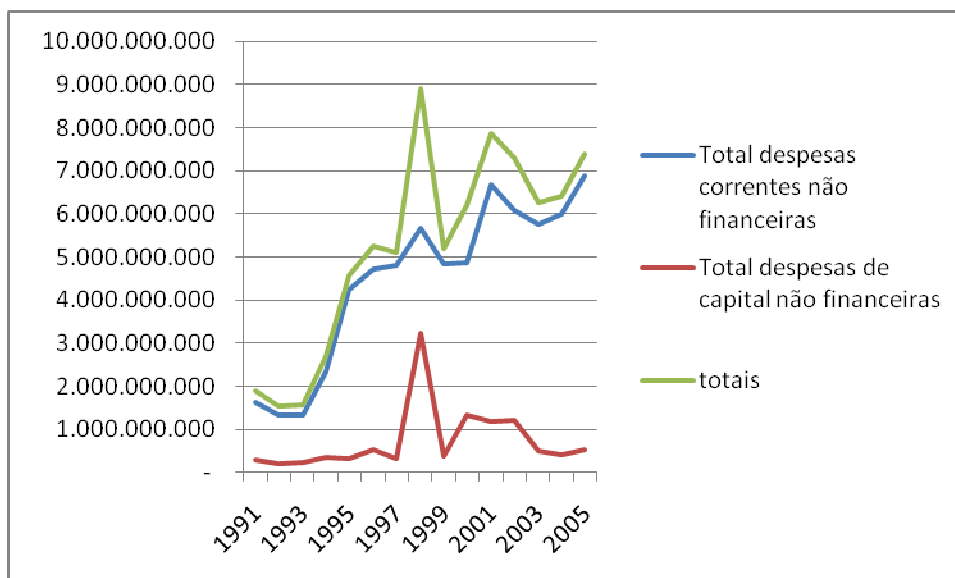


Gráfico 35: Despesa por categoria econômica do estado de Pernambuco
(Em valores constantes – IGP – M).

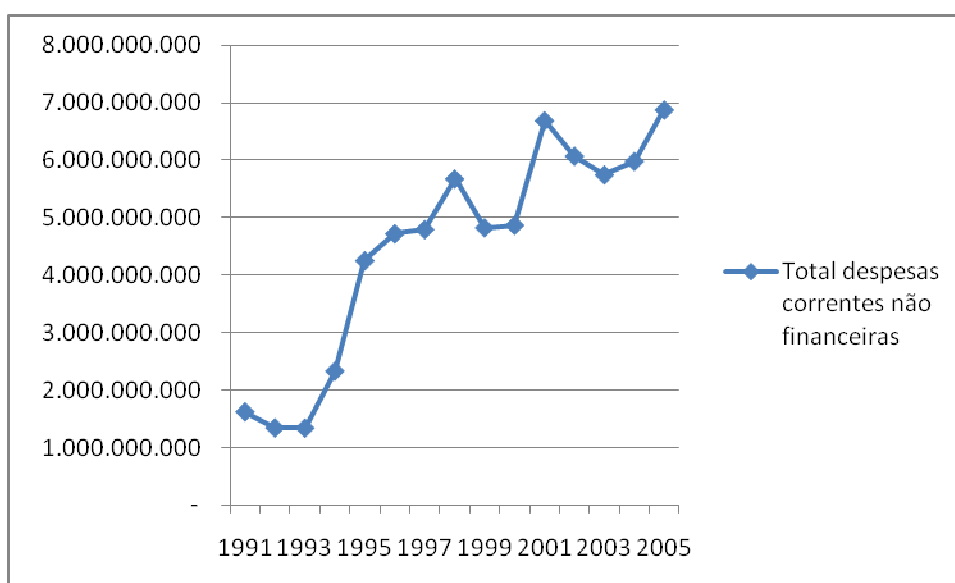


Gráfico 36: Total de despesas correntes não-financeiras
(Em valores constantes – IGP – M).

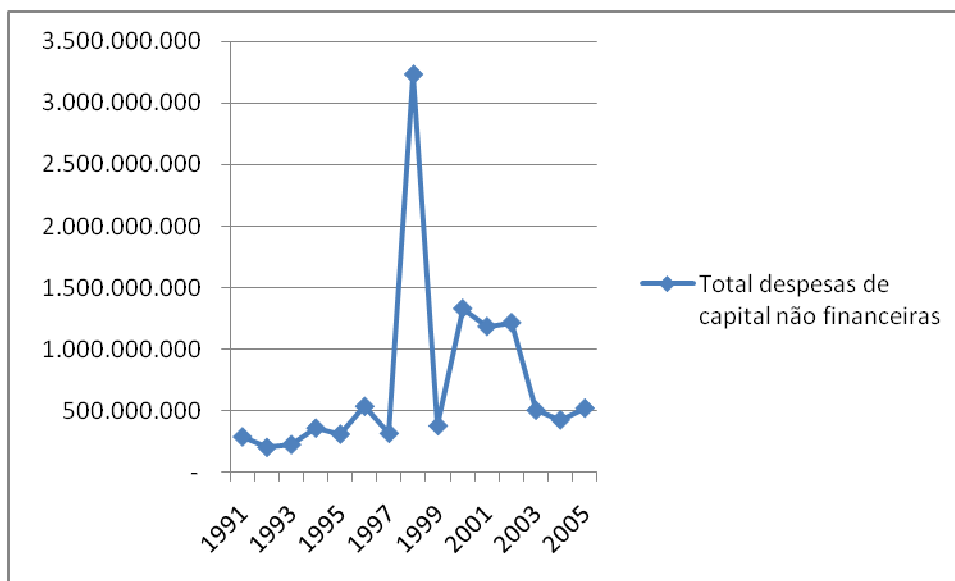


Gráfico 37: Total de despesas de capital não- financeiras
(Em valores constantes – IGP – M).

3.2.1 Despesas correntes

Em um nível mais analítico da classificação econômica, chega-se ao grupo de natureza da despesa pública. Como as despesas financeiras não compõem o objeto de estudo, a análise se restringe às seguintes despesas: Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes, na categoria das Correntes; e Investimento e Inversões Financeiras, como Despesa de Capital.

Observa-se no gráfico: 38 até 40 tendências idênticas dos grupos da categoria correntes, sendo a despesa de: Pessoal mais significativa.

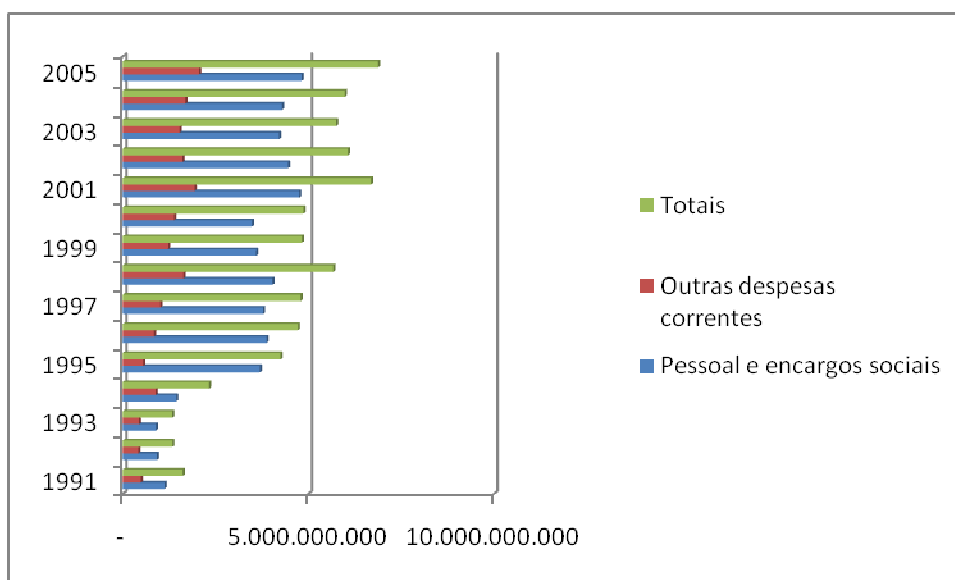


Gráfico 38: Despesas correntes não-financeiras do estado de Pernambuco
(Em valores constantes – IGP – M).

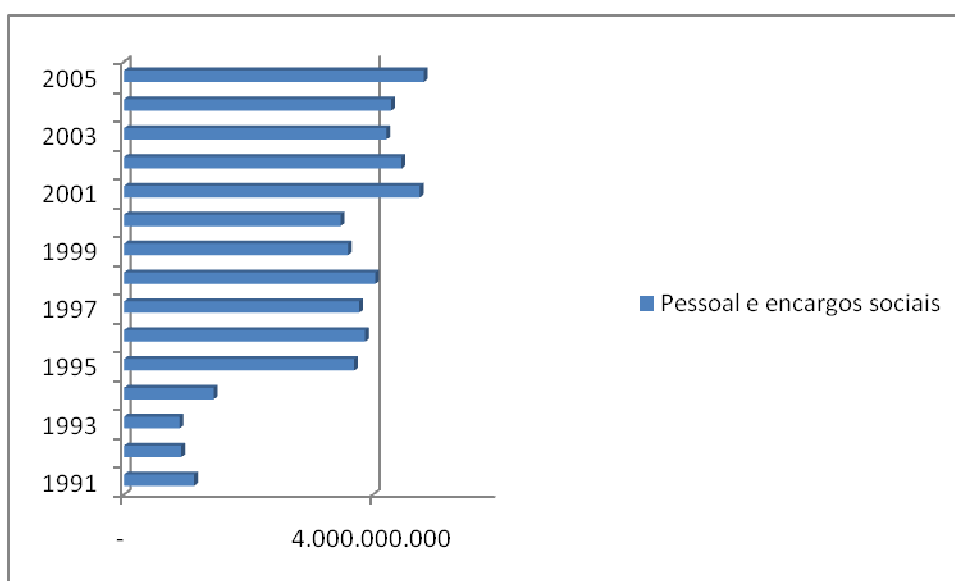


Gráfico 39: Despesas com pessoal e encargos sociais
(Em valores constantes – IGP – M).

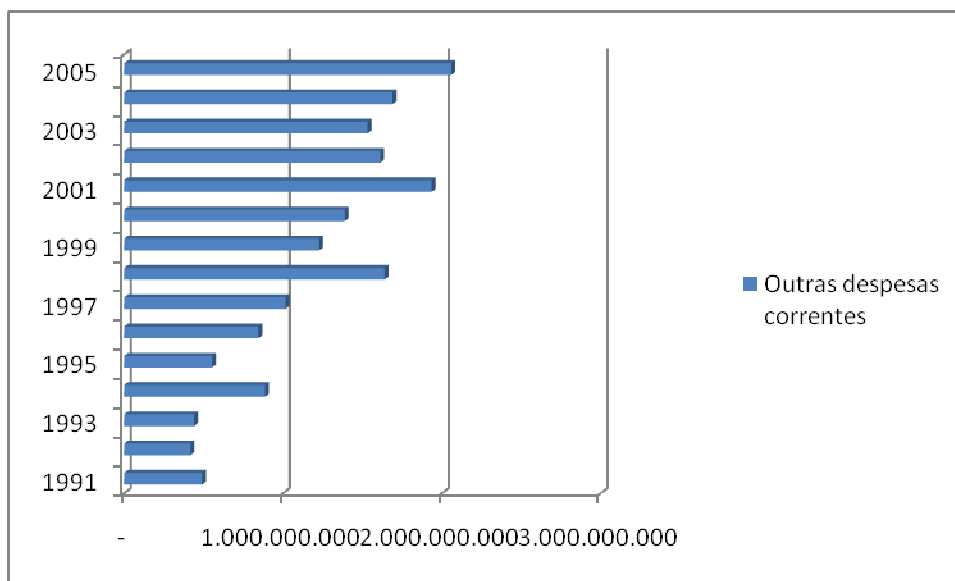


Gráfico 40: Outras Despesas correntes (Em valores constantes – IGP – M).

3.2.2 Despesas de capital

Com o comportamento semelhante às receitas de capital, houve concentração de despesas de capital no período de 2000 até 2002. O valor destoante de inversão financeira observado em 1998 refere-se a um grande aporte de capital no Banco do Estado de Pernambuco - BANDEPE.

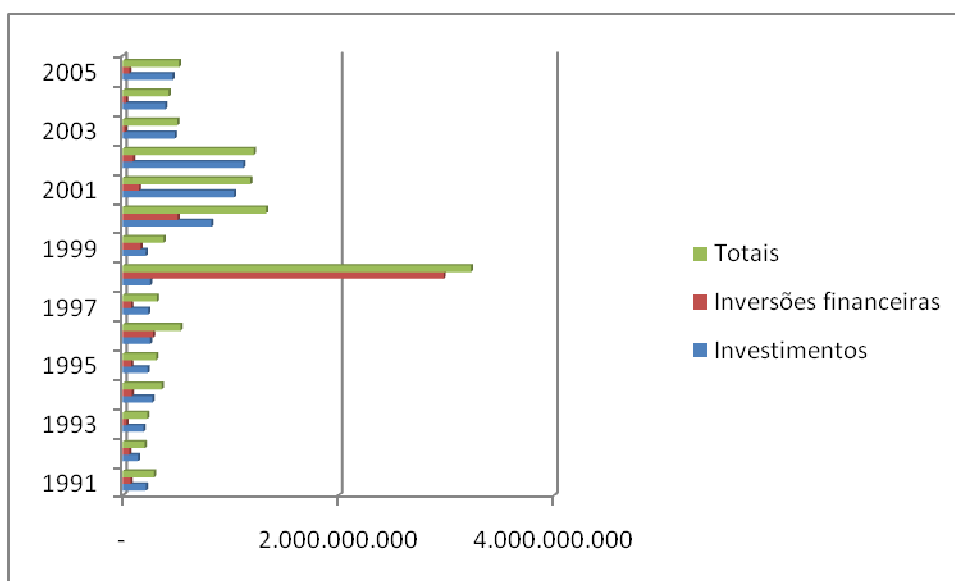


Gráfico 41: Despesas de capital não-financeira do estado de Pernambuco
(Em valores constantes – IGP – M).

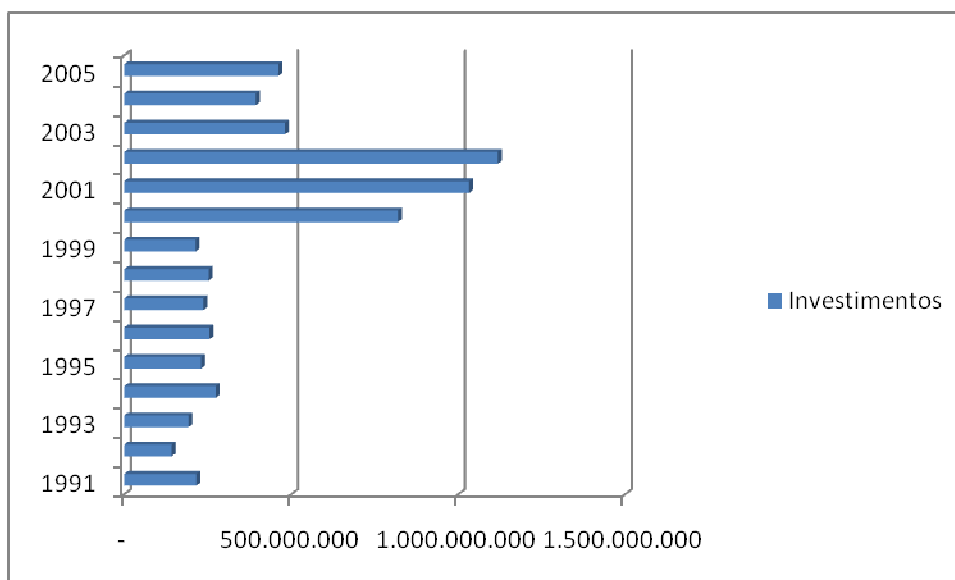


Gráfico 42: Despesas com investimento
(Em valores constantes – IGP – M).

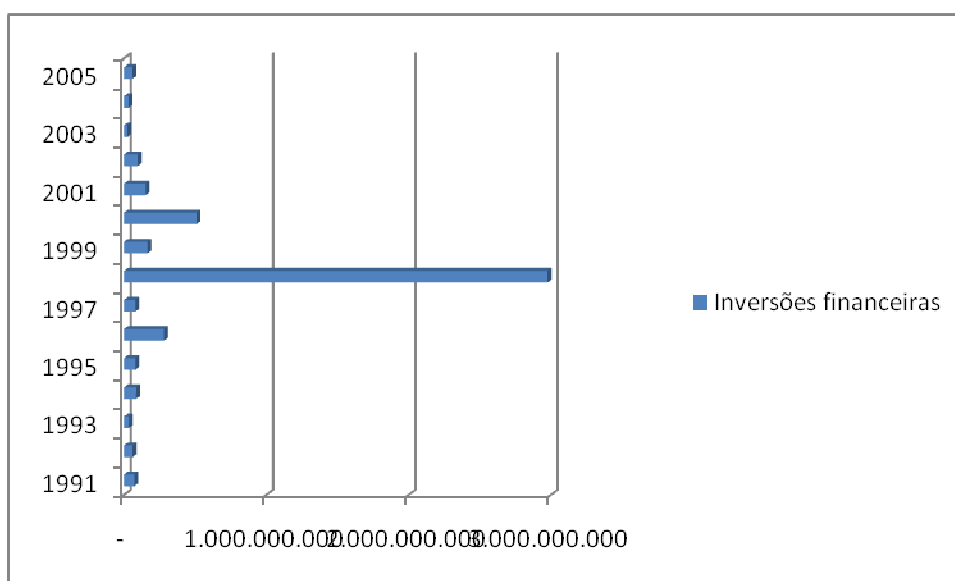


Gráfico 43: Despesas com investimentos financeiros
(Em valores constantes – IGP – M).

3.2.3 Despesas por função

A classificação funcional se destina a agregar os gastos públicos por área de ação governamental. A Portaria SOFº. 42, de 14 de Abril de 1999, criou novas funções e subfunções, exigidas para todos os entes federativos, o que permite a consolidação nacional.

Em uma análise geral, pode-se observar que as despesas alocadas em funções variaram em suas tendências, conforme abaixo:

- Legislativa: alta em todo período;
- Judiciária: com pico em 1997 e novo ciclo de alta de 2000 até 2005;
- Administrativa: Pico em 98;
- Segurança Pública: alta em todo período;
- Assistência social: Alta de 91 até 97, com pico em 2000, depois caindo até 2005;
- Previdência Social: Alta em todo o período;
- Saúde: alta em todo o período;
- Trabalho: Alta de 91 até 98 (pico); queda até 2001; desce e sobe até 2005;
- Educação: Alta de 91 até 98 (pico); queda até 2004; alta em 2005;
- Cultura: Alta entre 91 até 2005; em 99 e 2000 houve pouco valor aplicado;
- Cidadania: Alta entre 91 até 2005;
- Urbanismo: Alta em todo período;
- Habitação: Baixa entre 91 e 2005; aumento isolado em 94;
- Saneamento: Baixa em todo o período;
- Gestão Ambiental: Alta em todo período, com picos em 2001 e 2002;
- Ciência e Tecnologia: Alta de 1991 até 2001; depois, queda até 2005;
- Agricultura: Pequena tendência de alta, com picos em 98 e 99;
- Organização Agrária: Alta no período, com picos em 93, 2002 e 2005;
- Indústria: Tendência de baixa; altas apenas em 97 e 98;
- Comércio e Serviços: Valor estabilizado e baixo em todo período; valor destoante em 98;
- Comunicações: Baixa desde 1995;
- Energia: Baixa;
- Transporte: Baixa em todo o período;
- Desporte e Lazer: Alta em todo período.

As informações basearam-se nos gráficos: 44 até 67, abaixo:

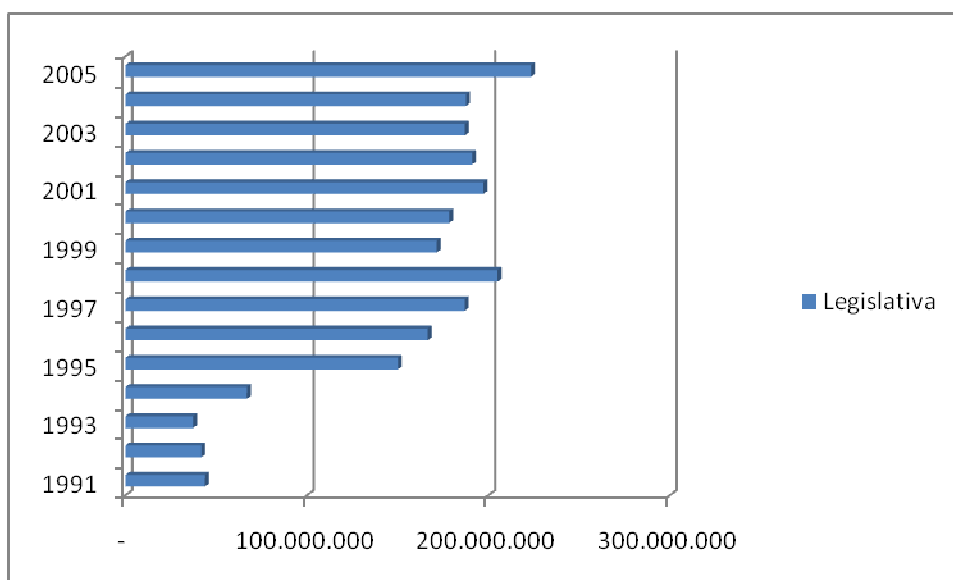


Gráfico 44: Despesas Legislativas
(Em valores constantes – IGP – M).

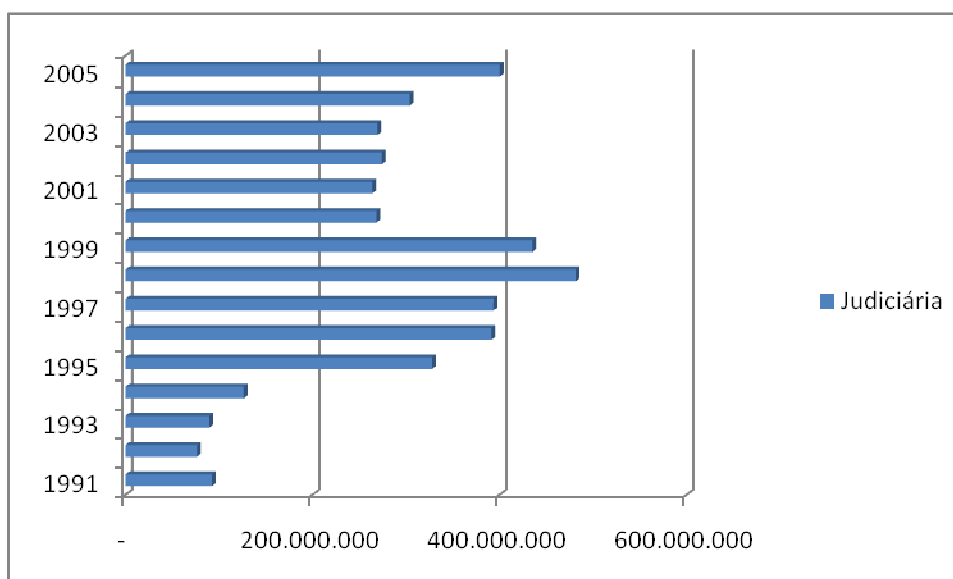


Gráfico 45: Despesas Judiciárias
(Em valores constantes – IGP – M).

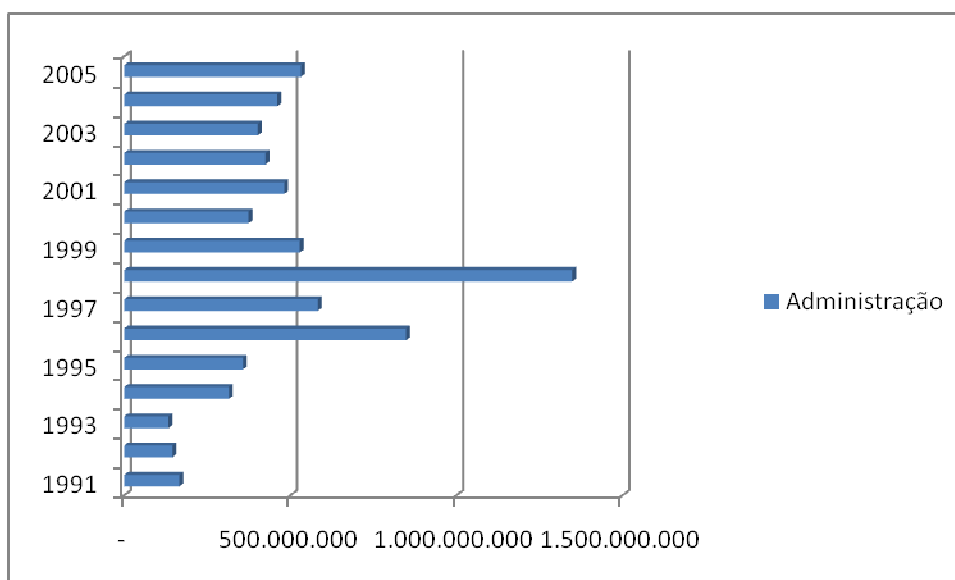


Gráfico 46: Despesas de Administração
(Em valores constantes – IGP – M).

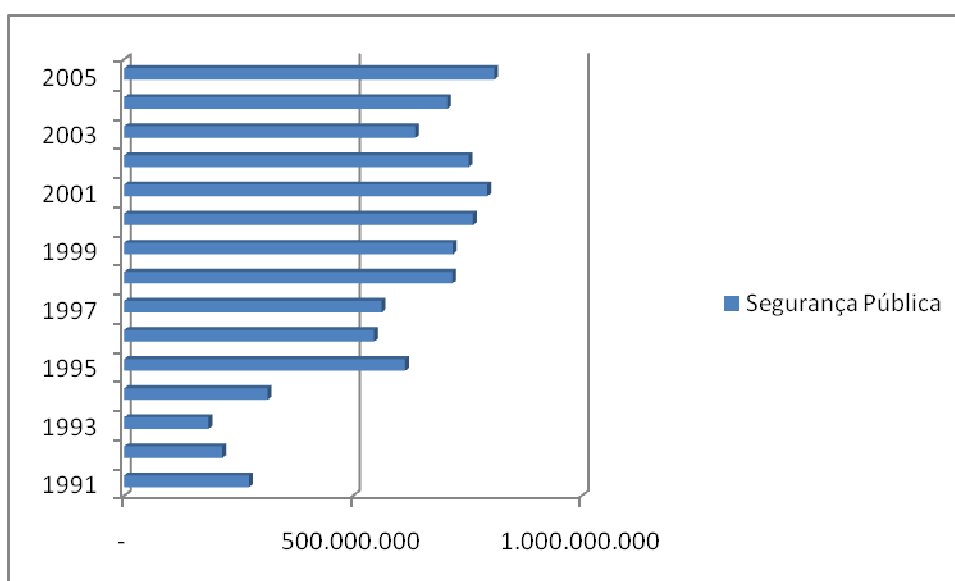


Gráfico 47: Despesas de Segurança Pública
(Em valores constantes – IGP – M).

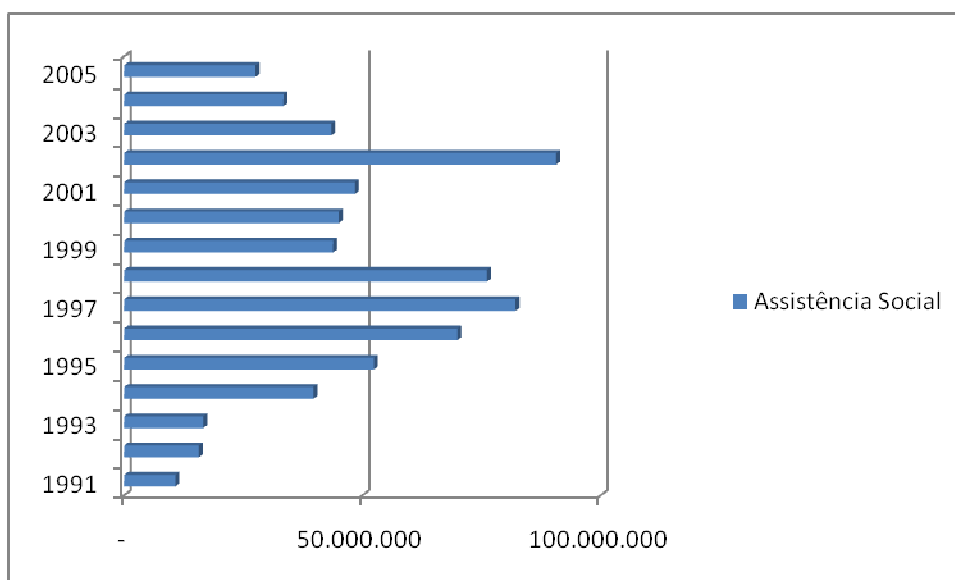


Gráfico 48: Despesas de Assistência Social
(Em valores constantes – IGP – M).

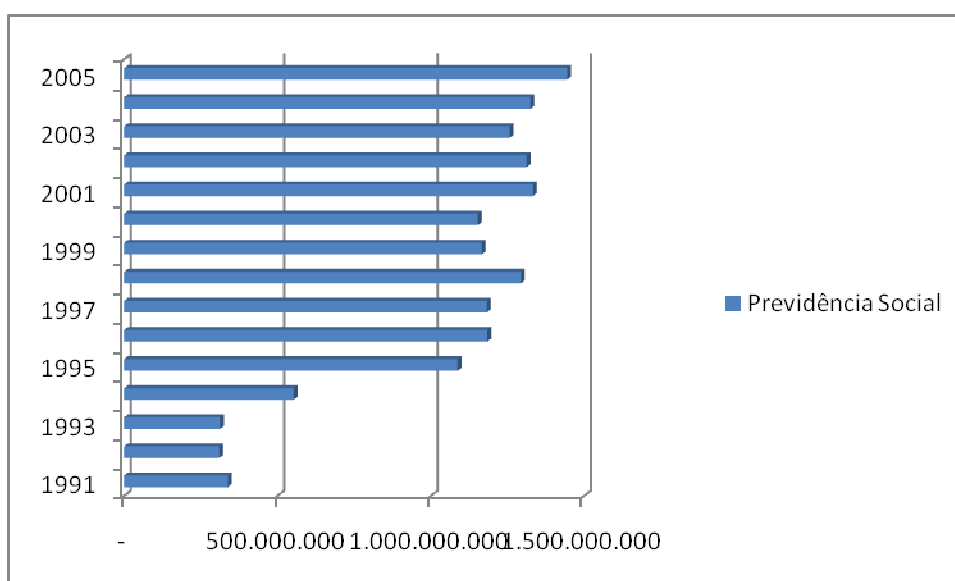


Gráfico 49: Despesas de Previdência Social
(Em valores constantes – IGP – M).

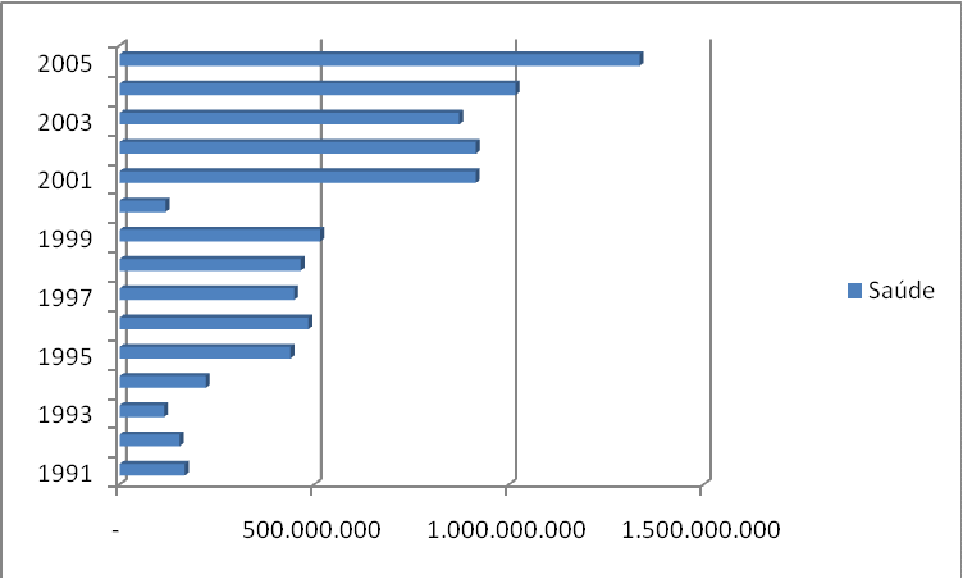


Gráfico 50: Despesas de Saúde
(Em valores constantes – IGP – M).

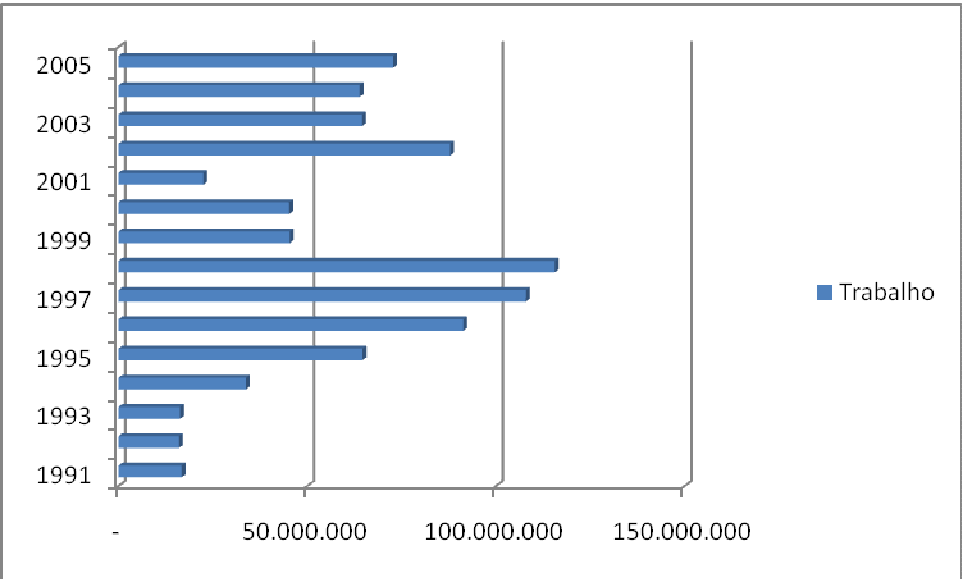


Gráfico 51: Despesas de Trabalho
(Em valores constantes – IGP – M).

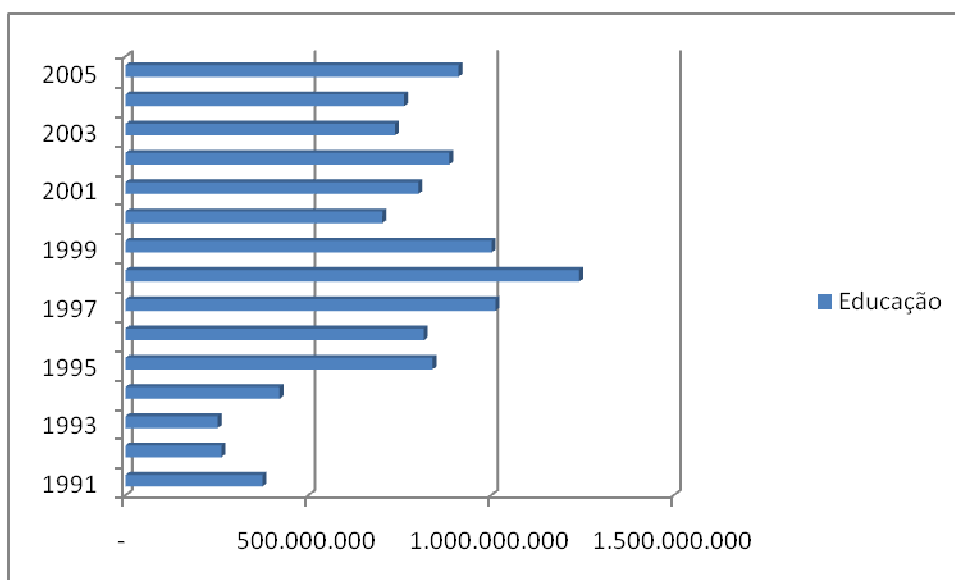


Gráfico 52: Despesas de Educação
(Em valores constantes – IGP – M).

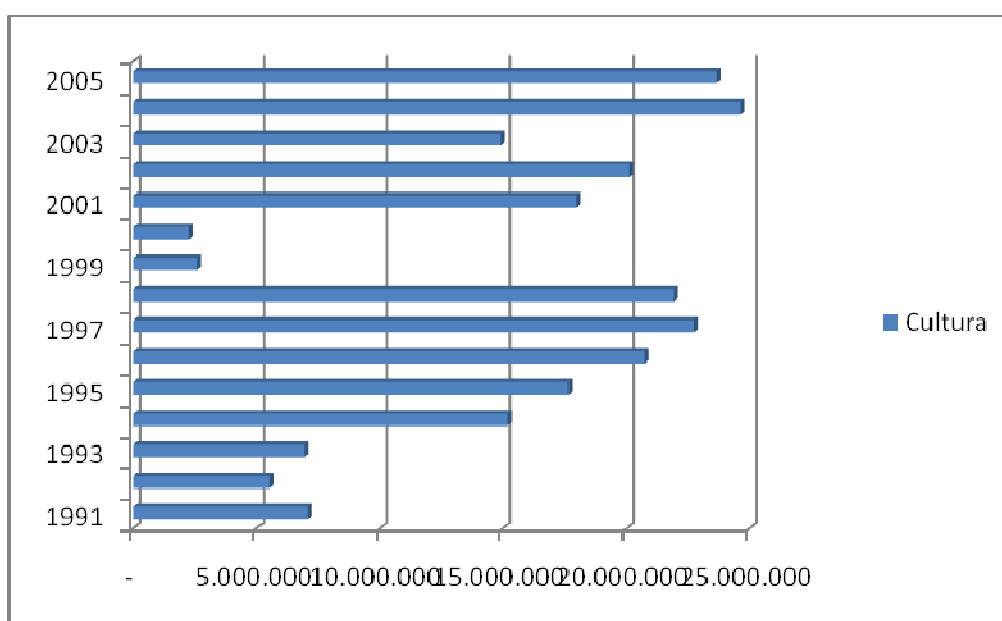


Gráfico 53: Despesas de Cultura
(Em valores constantes – IGP – M).

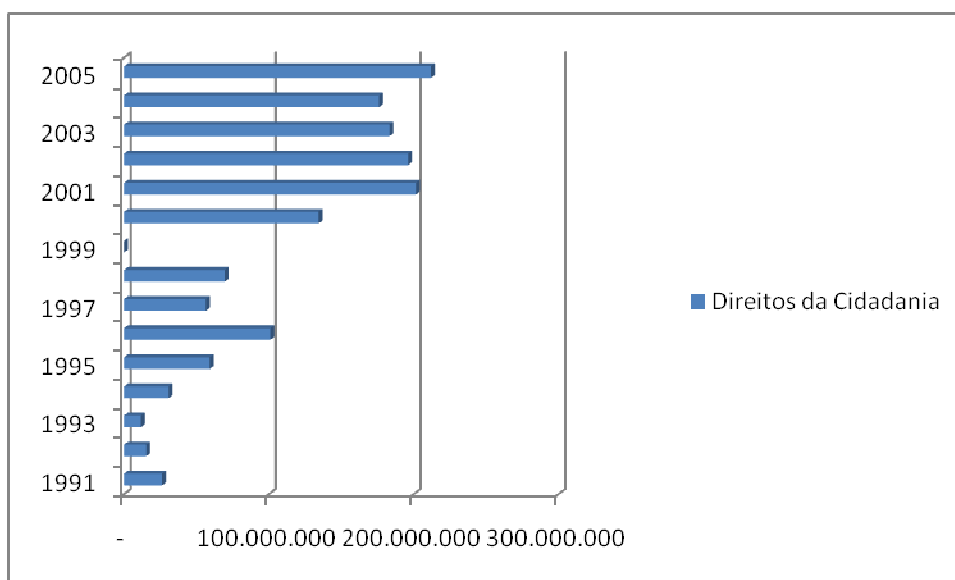


Gráfico 54: Despesas de Direito da Cidadania
(Em valores constantes – IGP – M).

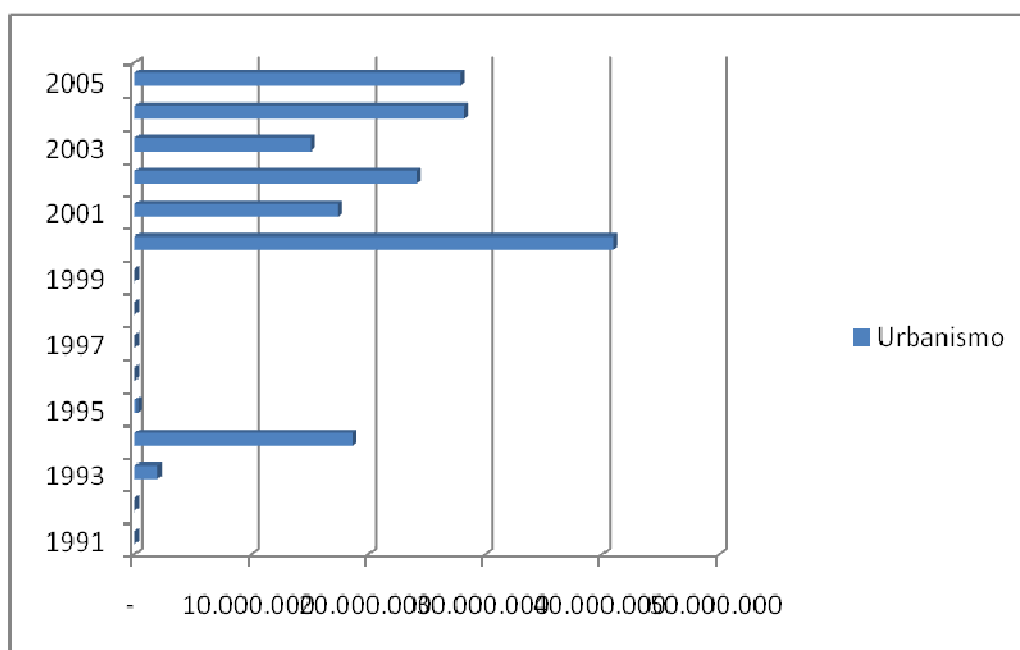


Gráfico 55: Despesas de Urbanismo
(Em valores constantes – IGP – M).

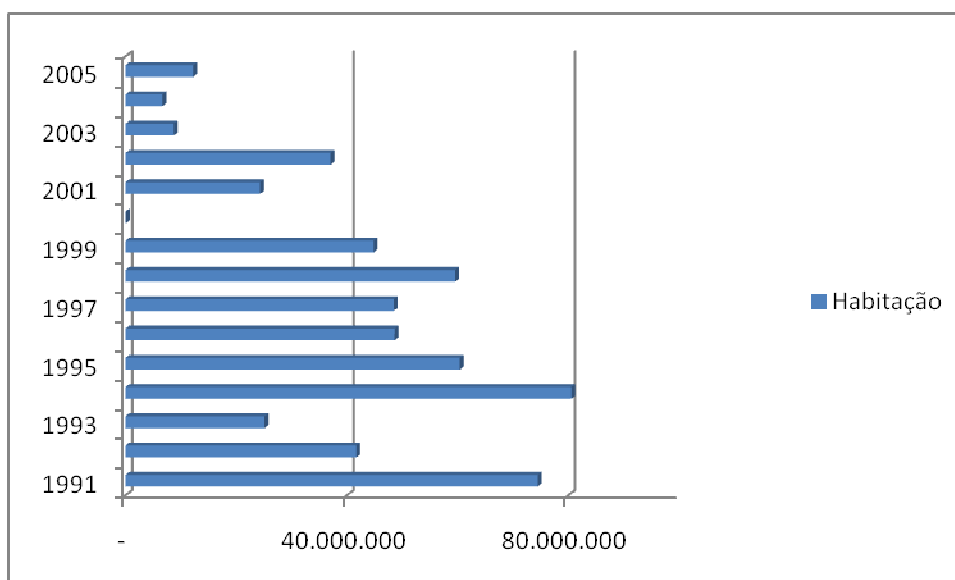


Gráfico 56: Despesas de Habitação
(Em valores constantes – IGP – M).

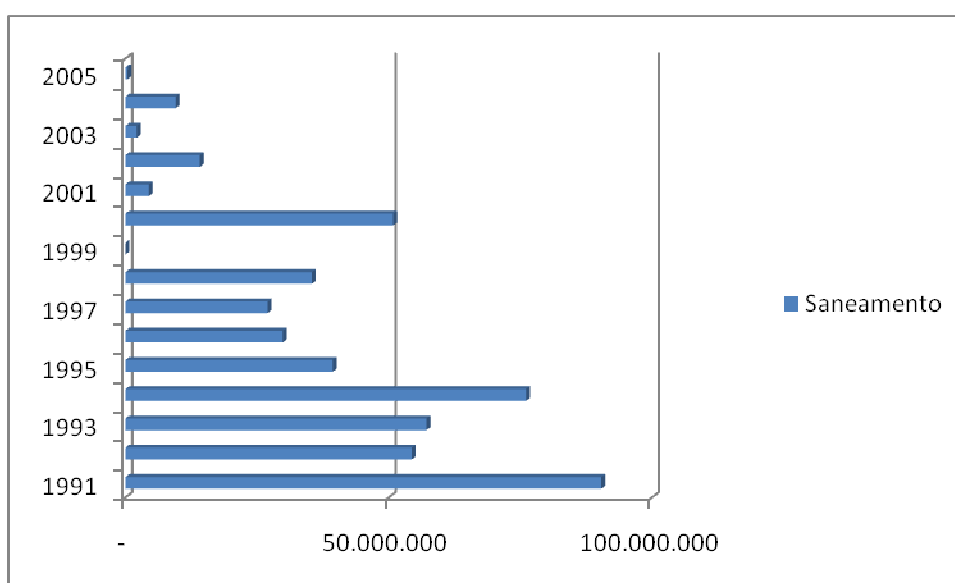


Gráfico 57: Despesas de Saneamento
(Em valores constantes – IGP – M).

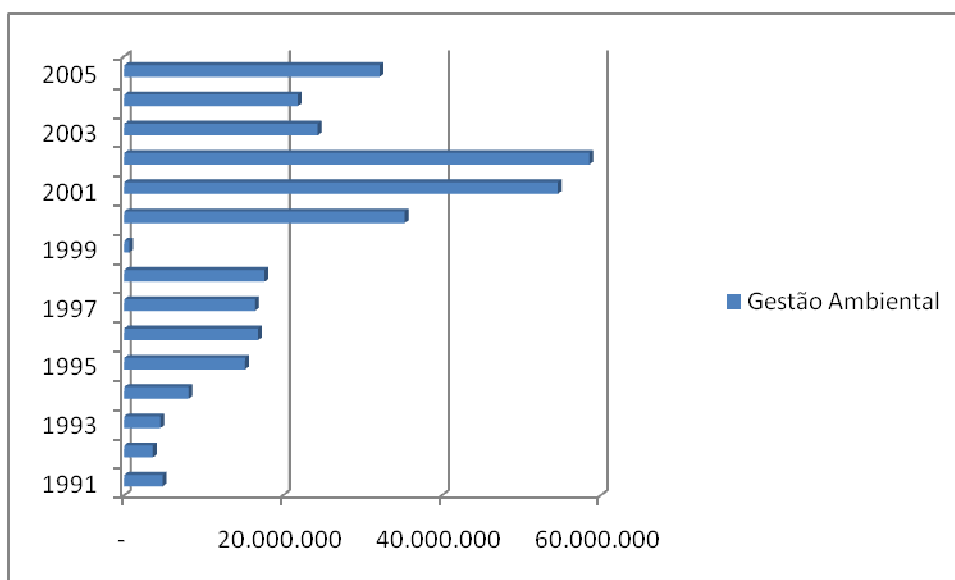


Gráfico 58: Despesas de Gestão Ambiental
(Em valores constantes – IGP – M).

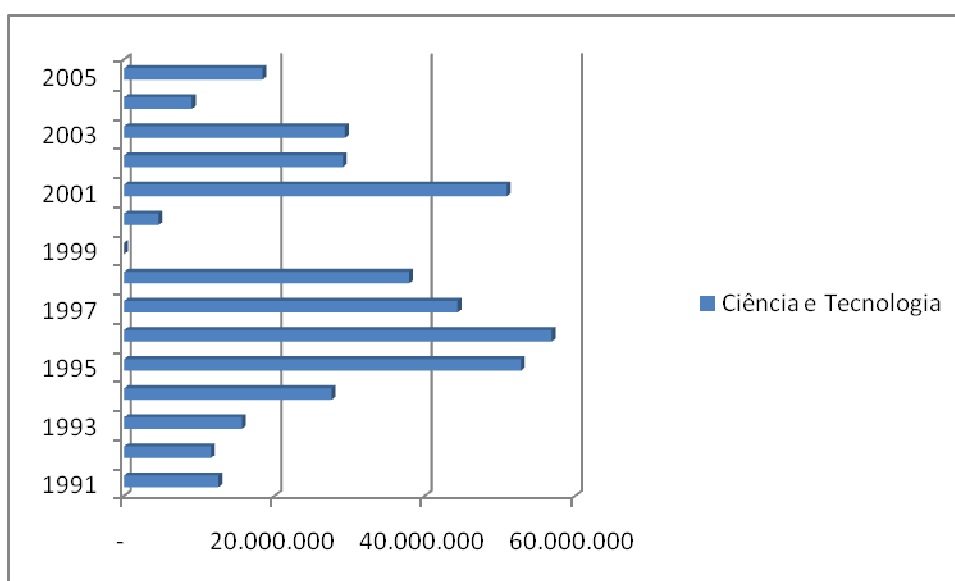


Gráfico 59: Despesas de Ciência e Tecnologia
(Em valores constantes – IGP – M).

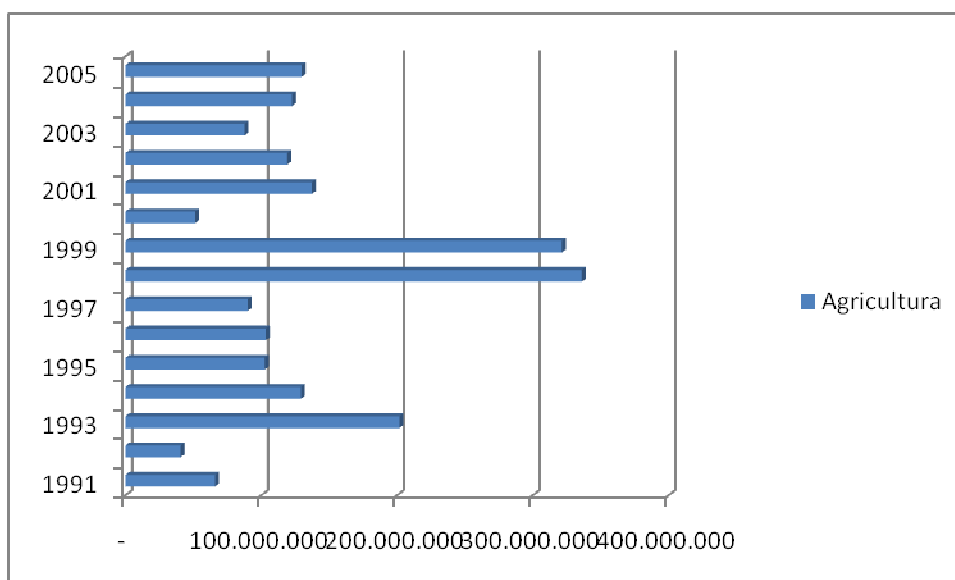


Gráfico 60: Despesas de Agricultura
(Em valores constantes – IGP – M).

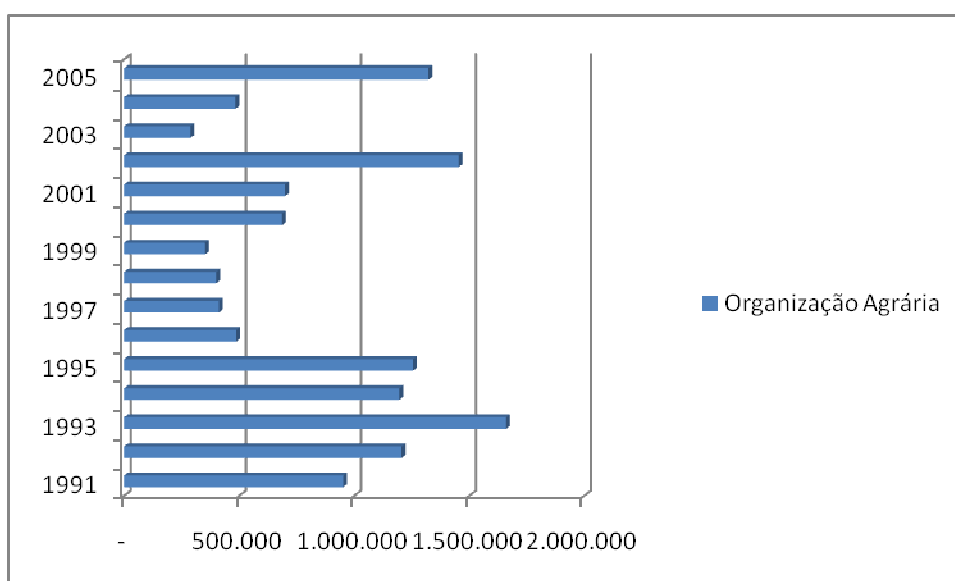


Gráfico 61: Despesas de Organização Agrária
(Em valores constantes – IGP – M).

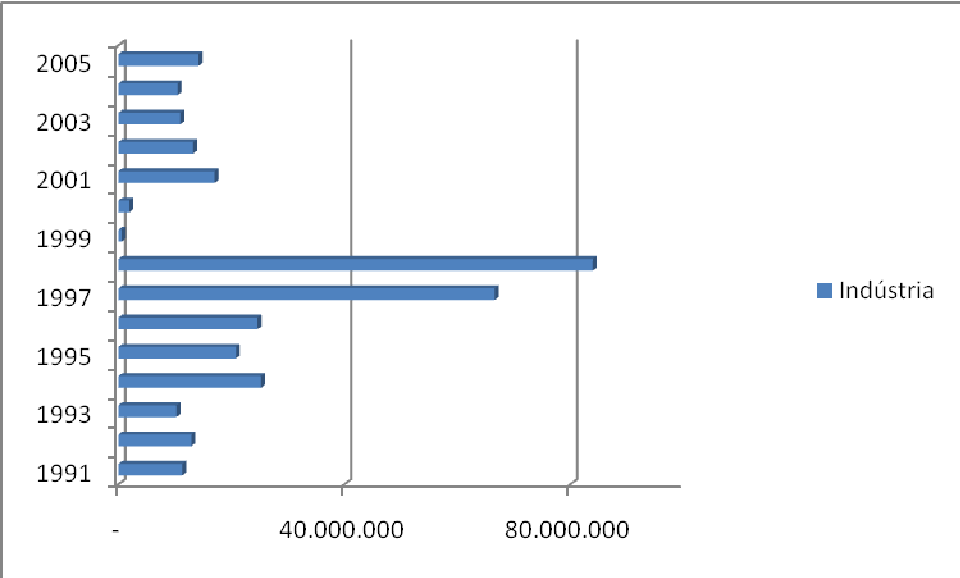


Gráfico 62: Despesas de Indústria
(Em valores constantes – IGP – M).

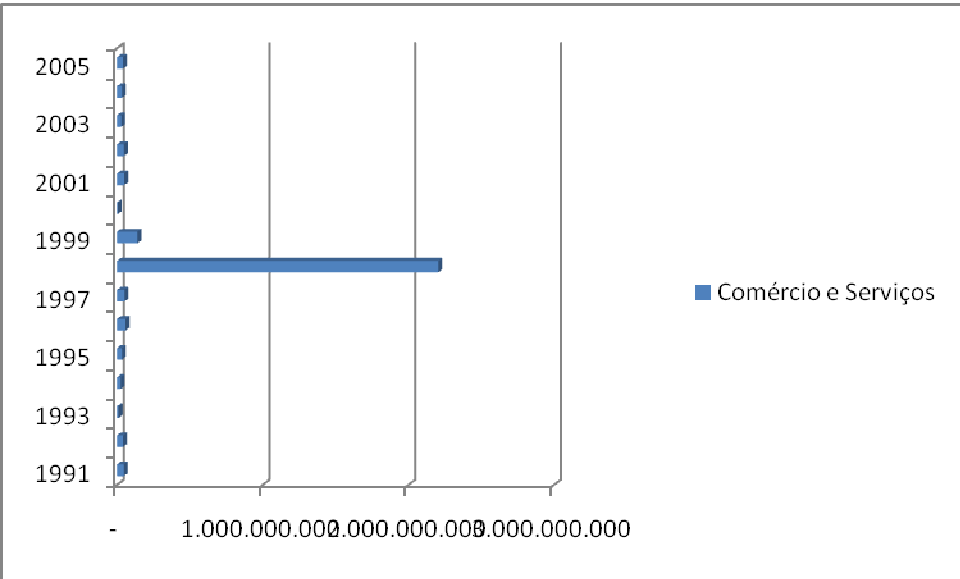


Gráfico 63: Despesas de Comércio e Serviço
(Em valores constantes – IGP – M).

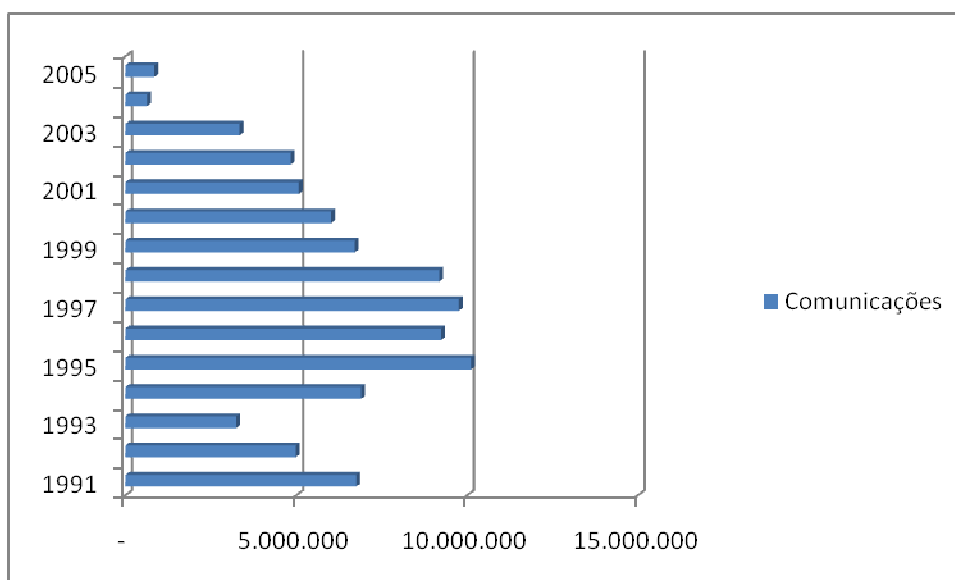


Gráfico 64: Despesas de Comunicações
(Em valores constantes – IGP – M).

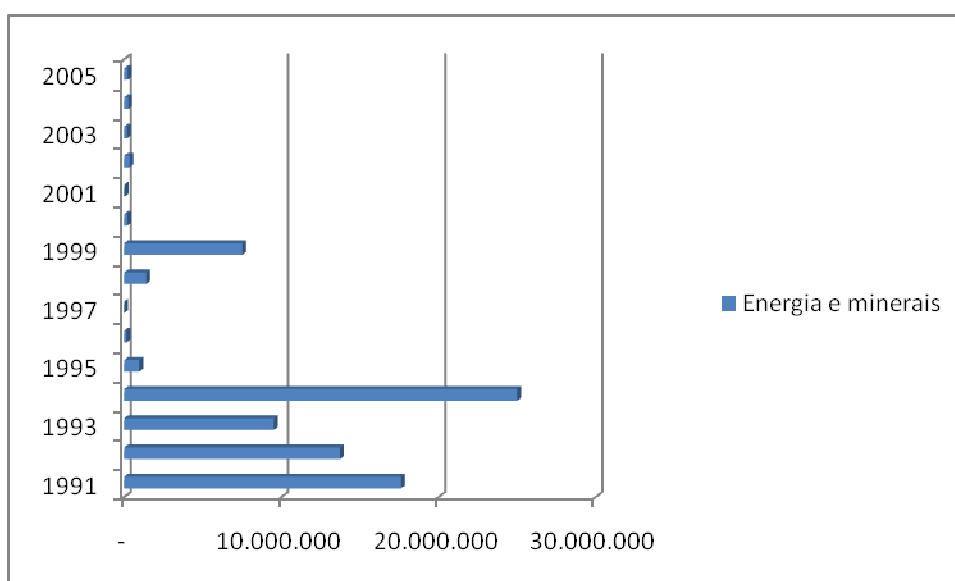


Gráfico 65: Despesas de Energia e Minas
(Em valores constantes – IGP – M).

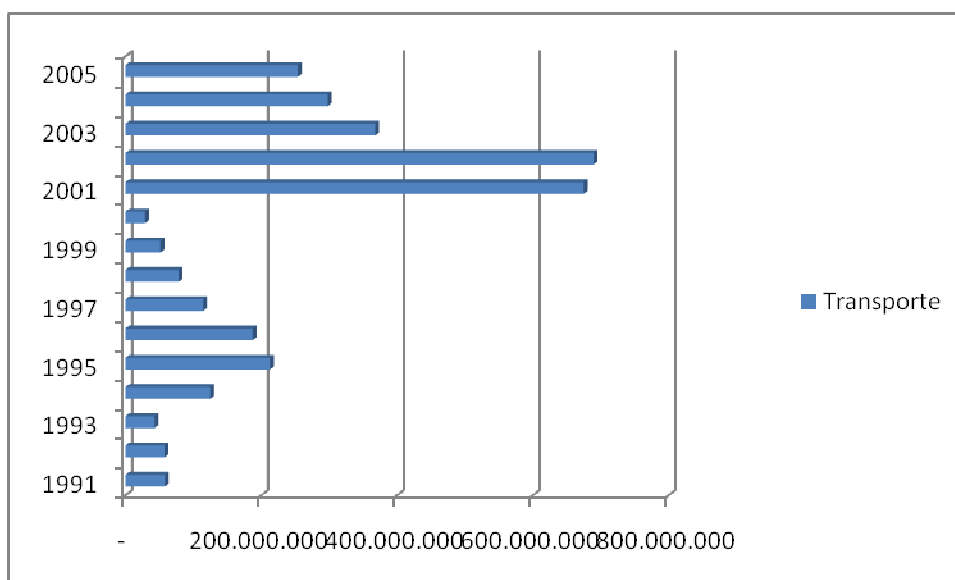


Gráfico 66: Despesas de Transporte
(Em valores constantes – IGP – M).

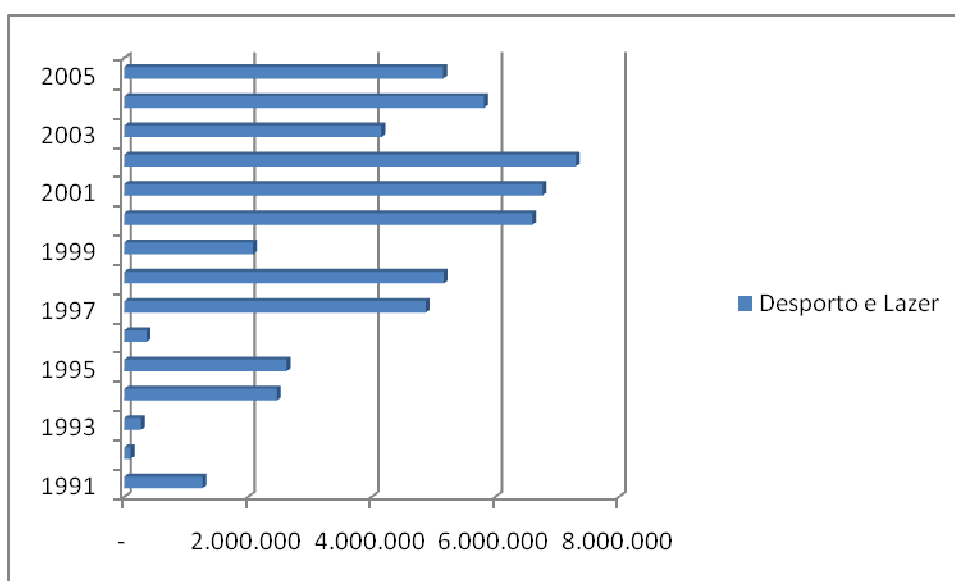


Gráfico 67: Despesas de Desporto e Lazer
(Em valores constantes – IGP – M).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Utilizou-se, durante a investigação, o procedimento dedutivo que, segundo Pereira (1995, p. 33) é “um modo de raciocínio que parte da visão geral para a particular, ou melhor, de uma visão orgânica para uma visão mecânica”. Partindo-se de teorias que colocam o gasto público como essencial ao desenvolvimento, e utilizando-se de métodos quantitativos, as relações entre variáveis contábeis e econômicas foram testadas, para aferir o grau de correlação e explicação matemática associativa. Do ponto de vista da finalidade da pesquisa, define-se esse trabalho como pesquisa descritiva, com abordagens qualitativas e quantitativas. Quanto à forma de obtenção das informações e dados foram utilizados procedimentos bibliográficos para embasamento conceitual e o estudo de caso.

Na fase inicial da pesquisa, foram executados procedimentos bibliográficos de consulta de livros e textos de leis, que propiciaram o suporte teórico necessário ao estudo. Segundo Silva (2006, p. 54), “pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores mesmo em seu preâmbulo”. Nessa fase foi estudada a evolução do conceito de desenvolvimento, através de pesquisa exploratória da teoria econômica, analisada na perspectiva do paradigma da complexidade e de uma postura emancipatória e de justiça social, além da análise do papel do Estado nesse desenvolvimento. Com esse procedimento, buscou-se alcançar o primeiro objetivo específico deste trabalho.

Quanto ao segundo e terceiro objetivo específico, os procedimentos realizados para a consecução dos mesmos serão visualizados nos itens 4.1 e 4.2 deste relatório. Na figura abaixo é possível visualizar, portanto, todo o encaminhamento deste estudo.

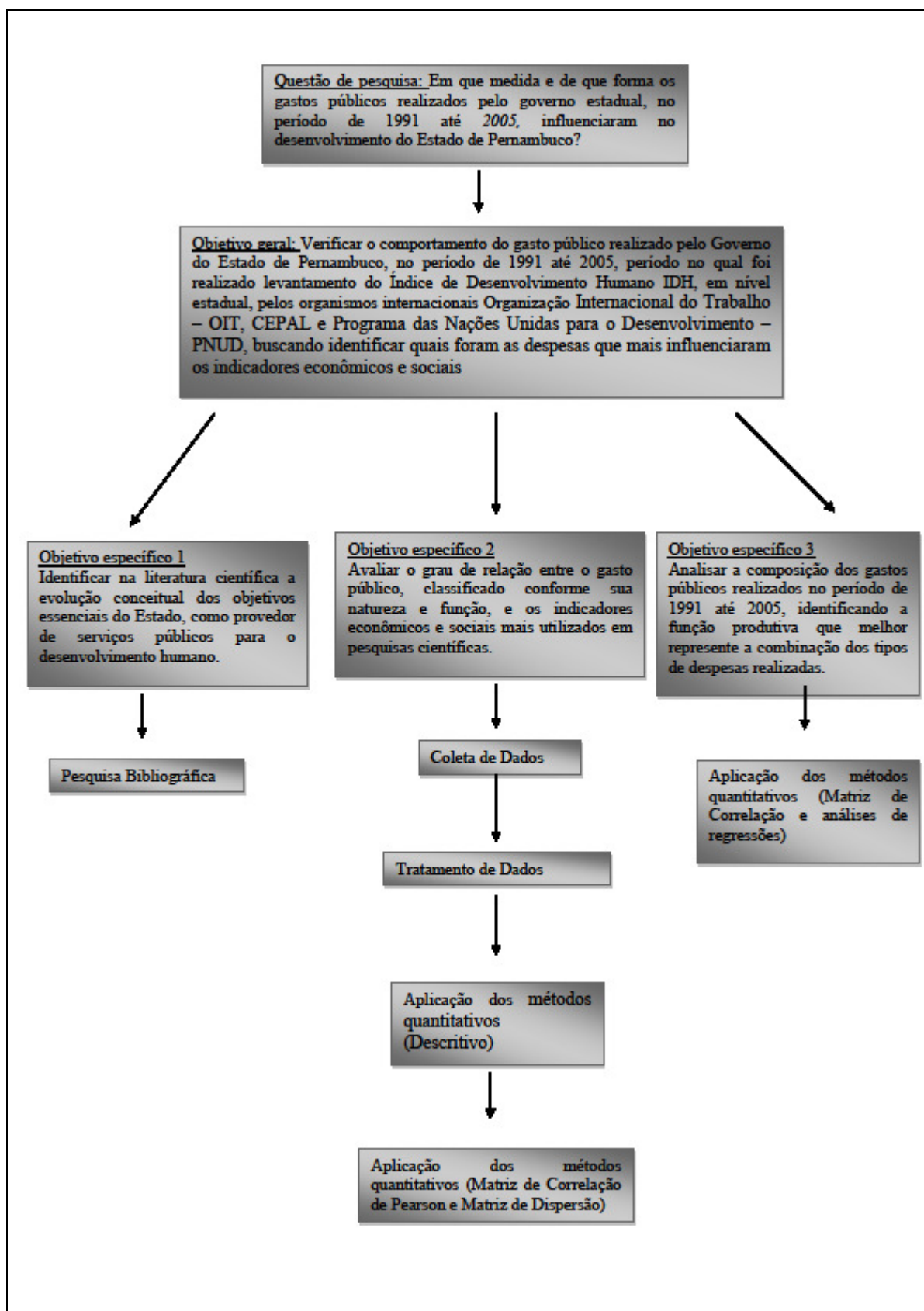


Figura 2: Estrutura da Pesquisa
Fonte: Elaboração própria

4.1 Obtenção dos dados

4.1.1 Sistemas de informações contábeis – contabilidade pública

As informações necessárias à análise dos gastos públicos podem ser obtidas através de consultas aos sistemas de administração financeira federal e estadual.

De acordo com Ribeiro Filho (1997, pag. 51), pode-se afirmar que os sistemas SIAFI e SIAFEM, em razão de sua integração em larga escala, pleno atendimento aos procedimentos de registros contábeis estabelecidos na lei 4.320/64 e parametrização no acompanhamento da execução orçamentária, se constituem em opção técnica imbatível em termos de uma possível análise alternativa com outros sistemas.

Estes sistemas já oferecem, em si mesmos, uma ampla perspectiva de acesso às informações analíticas sobre todos os passos da execução orçamentária da despesa permitindo o atendimento pleno do aspecto da *legalidade*, além de preservar a veracidade e tempestividade dos dados registrados, fatores essenciais para o controle gerencial.

No caso dessa pesquisa, grande parte dos dados contábeis não estava disponível em banco de dados, devido ao período trabalhado, que precisou coincidir com o período da publicação do IDH, de 1991 até 2005.

Esses dados contábeis extraídos estavam agregados por categoria econômica de despesa, bem como por seus respectivos grupos (natureza da despesa), e por agregação em funções, de acordo com as classificações orçamentárias formais determinadas pela Lei nº 4.320/1964, pela Portaria Interministerial nº 163/2001 e pela Portaria Nº 42, de 13 de abril de 1999, conforme esquematizado nos quadros a seguir:

Categorias econômicas	Grupos de Despesas	Especificações
3. Despesas Correntes: despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.	1. Pessoal e Encargos Sociais	Despesa de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento de proventos de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência e outros benefícios assistenciais.
	2. Juros e Encargos da Dívida	Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
	3. Outras Despesas Correntes	Despesas com aposentadorias, reformas e pensões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-acidente de trabalho, benefício ao deficiente e ao idoso, salário-família, auxílio-financeiro a estudante e a pesquisadores, serviços de terceiros e outras despesas relacionadas à manutenção da estrutura administrativa e à implementação de políticas de governo.
4. Despesas de Capital: despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.	4. Investimentos	Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
	5. Inversões Financeiras	Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, todas já constituídas,

Categorias econômicas	Grupos de Despesas	Especificações
		quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
	6. Amortização da Dívida	Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Quadro 1 - Classificação das Despesas Públicas por Categoria Econômica e por Grupo de Despesa
Fonte: adaptado do MTO (2009)

Sequência	Função
01	Legislativa
02	Judiciária
03	Essencial à Justiça
04	Administração
05	Defesa Nacional
06	Segurança Pública
07	Relações Exteriores
08	Assistência Social
09	Previdência Social
10	Saúde
11	Trabalho
12	Educação
13	Cultura
14	Direitos da Cidadania
15	Urbanismo
16	Habitação
17	Saneamento
18	Gestão Ambiental
19	Ciência e Tecnologia
20	Agricultura
21	Organização Agrária
22	Indústria
23	Comércio e Serviços
24	Comunicações
25	Energia
26	Transporte
27	Desporto e Lazer Comunitário
28	Encargos Especiais

Quadro 2 – Funções de Governo

Fonte: Portaria Nº 42, de 13 de abril de 1999, do MOG – DOU de 15.4.99

Optou-se, nesse trabalho, pela utilização das despesas não-financeiras, apenas. A decisão se justifica pelo fato de que amortização e refinanciamento de dívida e juros não representarem uma despesa efetiva, pois, nesse caso, o governo não estaria colocando recursos financeiros diretamente na economia e/ou aplicando recursos nas suas atividades. Por

esse motivo, as despesas financeiras foram retiradas dos testes, nas classificações por natureza - Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida – e por função – Encargos Sociais (nesta conta também eram contabilizados os recursos transferidos aos municípios constitucionalmente, e que não fazem parte desse estudo). As informações de gastos do período foram analisadas, comparando-se a evolução dos mesmos com relação ao desenvolvimento do Estado de Pernambuco, evidenciados pelos indicadores estaduais: PIB, PIB Per Capita, IDH e GINI.

Os dados contábeis extraídos da contabilidade da SEFAZ/PE foram atualizados monetariamente, para o último mês do exercício 2005, através do IGPM calculado de IBGE, para permitir a sua comparabilidade.

Baseado em teorias dos gastos públicos discutidas por Musgrave & Musgrave (1980) e Vergolino e Neto (2001), os quais defendem a importância dos gastos públicos na promoção da demanda agregada, e consequente crescimento econômico, procurar-se-á a medida dessa influência no desenvolvimento do Estado Pernambucano.

Segundo Rocha e Giuberti (2007, p. 464), já existem estudos que evidenciam a dicotomia presente no aumento da carga tributária, que desestimula o investimento privado e, ao mesmo tempo, promovem o crescimento, em contrapartida aos investimentos do Estado. Por outro lado, as autoras identificaram que algumas despesas públicas podem promover crescimento econômico principalmente: defesa, educação, transporte e comunicação, além de despesas de capital.

O estudo realizado por Rocha e Giuberti (2007) apresenta duas maneiras de medir a qualidade do gasto público e seus impactos na economia. A forma indireta consistiria:

[...] em avaliar o resultado dos gastos que teriam um efeito positivo sobre o crescimento (por exemplo, gastos com saúde, educação, etc...) e, então, tentar medir o desempenho do setor público relacionando estas medidas de resultado/produto aos insumos utilizados.

A outra maneira é direta, a qual será utilizada nesse trabalho, e definida por Rocha e Giuberti (2007, p.464) como uma forma de “medir o impacto do gasto público sobre o crescimento econômico por meio de análise estatística/econométrica ou estudos de caso”.

Identificar o grau de correlação entre os gastos públicos e o desenvolvimento do Estado, portanto, pode ser possível através da análise estatística das despesas e dos indicadores econômicos e sociais.

4.1.2 Índices econômicos e sociais

Os indicadores sintéticos constituem em instrumentos essenciais para se aferir determinadas condições e variações econômicas e sociais da população de determinado campo espacial. Torres, Ferreira e Dimi (2003) argumentam que a procura por esses índices aumentam na medida em que cresce a pressão social por soluções racionais dos gestores públicos, diretamente ou através da mídia e sociedade civil. Sabe-se que a formulação de políticas em sociedades democráticas demanda convencimento e geração de consensos. Nesse ponto, os indicadores precisam refletir simplicidade e credibilidade.

Os itens abaixo, que descrevem sucintamente as características do PIB, PIB Per Capita, IDH e GINI, representam, também, a evolução dos questionamentos e buscas por informações, que remontam às fases críticas de evolução social recentes, iniciadas no mercantilismo. De início, a busca pelo crescimento econômico e a produtividade (PIB); em seguida, a análise da destinação da renda gerada nesse processo (PIB Per Capita); e, com o aprimoramento social, a preocupação com a melhor distribuição da renda e com a qualidade de vida.

4.1.2.1 Produto Interno Bruto (PIB) e PIB Per Capita

O PIB representa o valor de todos os produtos e serviços realizados em uma economia, de um país ou ente subnacional, durante um período de tempo. Logo, esse indicador expressa o valor da riqueza produzida, uma vez que esses produtos e serviços, tanto os finais quanto os intermediários (utilizados na produção dos produtos e serviços), geram rendas para os agentes envolvidos. O cálculo é feito pelo IBGE e órgãos estaduais, utilizando a metodologia das contas nacionais.

O PIB Per Capita reflete a riqueza produzida no período dividida por cada habitante, e, nesse caso, estão incluídas as pessoas que não participam do processo de produção dos bens e serviços. Esse índice era considerado uma medida econômica que também aferia os ganhos sociais do crescimento econômico, e utilizado amplamente com esse objetivo. A lógica desse indicador é bem aceita, pois pouco adianta para a maioria da população viver em um país de elevada produção de riqueza sem uma distribuição razoável da renda gerada. Pode-se citar um exemplo, bastante atual, onde o Brasil ultrapassou o Reino Unido na produção de riqueza (PIB), alcançando à posição de sexta maior economia do mundo; contando com um PIB Per

Capita da ordem US\$ 10.710, enquanto que na sétima o valor é três vezes - US\$ 36.144¹. A criação do IDH em 1990, entretanto, trouxe um poder maior de aferição das condições sociais da população.

4.1.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de GINI

Segundo consta no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, do PNUD, o IDH foi publicado pela primeira vez, pela ONU, no início da década de 90; entretanto foi recalculado para anos anteriores, a partir de 1975. Este índice se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando alguns indicadores de desempenho. O IDH logo passou a ser a mais conhecida medida de desenvolvimento humano. A respeito desse assunto, o relatório discorre que:

[...] Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Para Scarpin (2006, pag. 01) a construção desse indicador de desenvolvimento reflete a estreita relação com os debates em torno da mensuração da qualidade de vida. A rigor, um indicador sobre esse tema se baseia na admissão de que a qualidade de vida não se resume à esfera econômica da experiência humana. A grande questão que se coloca quando se pretende avaliar o nível de prosperidade ou qualidade de vida de um país, região ou município é como fazê-lo e quais os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano. Essa idéia se baseia no pressuposto de que o progresso de um país ou município não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que possuem (ou carecem) seus cidadãos, mas também em sua saúde, na qualidade dos serviços médicos e em sua educação. Essas medidas deverão ser consideradas não só pela disponibilidade, mas também pela qualidade. Da mesma forma é necessário conhecer as condições de trabalho, quais direitos legais e políticos usufruem seus cidadãos, que liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como estas estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana.

¹ Reportagem da BBC Brasil consultada em 15 de agosto de 2012 no site:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111227_brasilrankings_ss.shtml

O IDH foi criado para melhorar a análise das condições de vida da população, anteriormente aferida pelo PIB Per Capita. Conforme Santos (2005), o Índice combina três indicadores: esperança de vida ao nascer (componente longevidade), Nível educacional, medido pela combinação entre Taxa de alfabetização de adultos (peso 2) e Taxa de escolaridade em todos os níveis de ensino (peso 1), e Renda, medido pelo PIB *per capita* em US\$ PPC – paridade do poder de compra (PNUD, op. cit.). Para cada variável fixaram-se valores mínimos e máximos, permitindo que sejam calculados índices individuais para componente do IDH segundo a fórmula: $\text{IDH} = \frac{\text{Valor atual} - \text{valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{valor mínimo}}$. O IDH, então, representa a média aritmética desses subíndices.

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

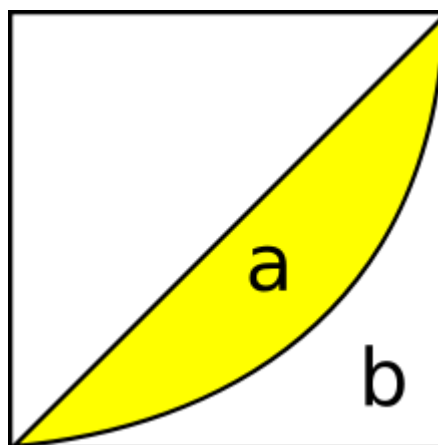


Figura 3: Representação gráfica do Coeficiente de Gini

No Coeficiente de Gini, o eixo horizontal representa a porcentagem de pessoas, e o eixo vertical, a porcentagem da renda. A diagonal representa a igualdade perfeita de renda, o coeficiente de Gini = $a / (a + b)$

Conforme ensinamentos do Professor Jorge Jatobá², em sala de aula, em uma situação de crescimento extremo da concentração de renda, a área xuleada tenderia a ocupar toda a área do triângulo inferior; com isso, o valor correspondente da área xuleada seria igual ao valor do triângulo. Como todo valor dividido por ele mesmo é um, estaria indicado que toda a renda pertenceria a uma única pessoa. Logo, o objetivo do Estado seria diminuir a área xuleada do gráfico, pois o crescimento desta significa o aumento do valor do GINI e, naturalmente, da concentração de renda.

4.2 Procedimentos e técnicas para a consecução dos objetivos

4.2.1 Métodos quantitativos e técnicas de TI para análise de dados

Todo pesquisador, ao desenvolver seu trabalho, depara-se com a necessidade de reunir, analisar e entender um conjunto de dados. Se as informações forem referentes a uma população ou a uma amostra será necessário um resumo dos dados para que eles sejam informativos, ou para compará-los com outros resultados. Essas etapas são alcançadas através da inferência estatística, mais precisamente através de métodos quantitativos que dizem respeito a técnicas estatísticas e matemáticas que surgem com o objetivo de testar teorias e hipóteses, bem como de melhor fundamentar escolhas e resultados, os métodos quantitativos constituem uma alternativa confiável e de ampla utilização pelos pesquisadores. De acordo com Corrar (2011), as mudanças impactantes ocorridas no mundo, nos últimos anos, vêm demandando maiores conhecimentos e a utilização de novas tecnologias nas atividades produtivas. Sobre esse aspecto, o autor comenta:

Constata-se, ainda, que as mudanças sócio-político-econômicas, explosão do conhecimento e da informação, declínio do poder do Estado, globalização das economias nacionais, tudo vem provocando um profundo impacto no que se faz. Daí, a necessidade de recorrer às inovações das ciências e das tecnologias, colocando-as a serviço do processamento das informações utilizadas pelos profissionais no exercício de suas atividades cotidianas.

Devido à capacidade de processar com velocidade grande volume de informações, a informática aparece como grande aliada dos métodos quantitativos através da tecnologia da informação (TI). Conforme Coelho (2001), no âmbito governamental, verifica-se que os processos de reforma e modernização da gestão estão enfrentando um novo desafio, qual seja: o de adaptarem-se à crescente difusão das inovações tecnológicas e à expansão de um novo

² O Dr. Jorge Jatobá é professor convidado do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, na disciplina Desenvolvimento Sócio-Econômico

paradigma produtivo associado ao estabelecimento da chamada “sociedade do conhecimento”. O mesmo autor argumenta que, com o intuito de promover uma maior utilização das TIC (Tecnologias da informação e da comunicação), por parte das administrações públicas, diversos governos criaram programas para a implantação da Sociedade da Informação, onde por meio de um documento chamado Livro Verde, propõem diretrizes para a estruturação de infra-estruturas de comunicação, regulação, educação e universalização de acesso ao ambiente digital, bem como para o desenvolvimento de ações governamentais que também promovam o incremento da sua eficiência e da sua transparência, por meio do uso intensivo destas tecnologias.

O avanço das tecnologias de informática e comunicação trouxe diversas ferramentas para utilização no Serviço Público: sistemas de uso interno, para a produção dos serviços, como de administração financeira, de gestão de pessoas e de gestão do conhecimento; e para a prestação de serviços e informações à sociedade, como o governo eletrônico na Web (e-governo), que propicia inclusive “download” de aplicativos, como DIPJ e outros.

Para Gujarati (2005), a análise de regressão hoje em dia é impensável sem o computador e algum acesso a aplicativos de estatística.

A fim de alcançar o segundo e o terceiro objetivo específico desse trabalho, foram montados oito cenários. Cada cenário compreende as variáveis independentes e as variáveis dependentes. As independentes, extraídas do sistema de contabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, referem-se aos grupos de despesas realizadas no período de 1991 até 2005, classificadas por natureza e por função. Enquanto que as variáveis independentes correspondem aos indicadores econômicos e sociais observados no mesmo período. O esquema abaixo sintetiza a composição dos cenários:

Variável dependente	Quantidade de variáveis	Variável independente	Quantidade de variáveis (grupos ou agregações de despesas)	Cenário
PIB	1	Despesa por natureza	6	1
PIB	1	Despesa por função	24	2
PIB Per Capita	1	Despesa por natureza	6	3
PIB Per Capita	1	Despesa por função	24	4
IDH	1	Despesa por natureza	6	5
IDH	1	Despesa por função	24	6
GINI	1	Despesa por natureza	6	7
GINI	1	Despesa por função	24	8

Quadro 3: Resumo da composição dos cenários

Para aferir a correlação, optou-se pelas seguintes hipóteses, relativas ao segundo objetivo específico:

1. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB estadual;
2. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB Per Capita estadual;
3. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o IDH estadual;
4. H_{0a} : Verifica-se correlação significativa e negativa entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o Índice de GINI estadual.

Foram utilizadas técnicas estatísticas como a regressão linear múltipla, através do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Foram realizadas regressões dentro de cada cenário e posteriormente foi selecionado o modelo que, estatisticamente, apresentava melhor ajuste aos dados coletados.

A validação dos pressupostos assumidos pelos modelos de regressão foi efetuada pela aplicação de testes quanto à independência dos resíduos, homocedasticidade, normalidade dos resíduos e ausência de multicolinearidade:

a) Independência dos Resíduos: foi utilizado o Teste de Durbin-Watson que mede a correlação entre cada termo de erro e o termo de erro da observação imediatamente anterior.

b) Homocedasticidade: significa variância constante dos resíduos. Foi avaliado através do Teste de Persaran-Persaran que detecta a presença de heterocedasticidade com base nos resultados da regressão em que a variável dependente é o valor dos quadrados dos resíduos e a variável independente é o valor estimado da variável dependente original; se houver uma relação significativa entre as variáveis, rejeita-se a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade.

c) Normalidade dos Resíduos: este pressuposto foi avaliado pelo Teste de Kolmogorov-Smirnov; este teste avalia se os valores de uma amostra podem ser considerados como provenientes de uma população com determinada distribuição teórica. O teste é realizado calculando-se a distância euclidiana máxima entre a função de distribuição acumulada teórica que se deseja testar.

d) Multicolinearidade: foi verificada através da análise da matriz de correlação que foi elaborada em cada cenário.

Para a escolha das variáveis a serem incluídas no modelo de regressão, foram feitos testes de correlação, que identificou as variáveis mais significativas. Sobre esse tema, Stevenson (1981) comenta:

Um problema que surge frequentemente na análise de regressão múltipla é como escolher entre as muitas variáveis explanatórias possíveis que poderiam ser usadas. O ideal é obter o mais alto relacionamento explanatório com o mínimo de variáveis independentes.

Com esse intento, foram utilizadas matriz de dispersão e matriz de correlação, que possuem grande significado informativo para a regressão múltipla, estabelecendo como os pares de variáveis dependentes e independentes se correlacionam. Esta informação é utilizada na seleção das variáveis que deverão fazer parte de equação de regressão, ou seja, variáveis com alta correlação deverão ser incluídas no modelo proposto, enquanto que as variáveis na condição inversa deverão ser descartadas. A correlação múltipla e o coeficiente de determinação (R^2) também indicam como a relação expressa através de equação de regressão explica as variações da variável dependente. Assim, o coeficiente de determinação, também conhecido como coeficiente de Pearson é uma medida da variância compartilhada entre duas variáveis, por outro lado, o modelo linear supõe que o aumento ou decremento de uma unidade na variável independente gera o mesmo impacto na dependente.

Os critérios para escolha dos modelos de regressão foram o R^2 que mostra o grau de explicação das variáveis independentes em relação à variável dependente; o R^2 ajustado que tem a mesma finalidade do anterior, porém, é penalizado pelos graus de liberdade; os valores das estatísticas t onde, se o valor calculado de t supera seu valor crítico de significância escolhido, rejeita-se a hipótese nula que considera que não haverá nenhuma influência sobre a variável dependente caso mantenha-se nulo um coeficiente; também foram considerados os valores da análise de variância (ANOVA) que testa se a hipótese conjunta de que os verdadeiros coeficientes parciais de inclinação são simultaneamente iguais a zero.

Os modelos de regressão foram elaborados e comparados através de três softwares que são bastante utilizados no meio científico: o R, Excel e SPSS. Apesar de o Excel ser provavelmente o mais utilizado, apresenta limitações quanto à análise de regressão, pois só permite trabalhar com no máximo 16 variáveis independentes; já o SPSS também apresenta

algumas limitações quanto ao limite de variáveis independentes, 20 no máximo, e, além disso, sua configuração padrão faz com que os dados importados de um banco de dados sejam automaticamente arredondados para números inteiros, assim, se for necessário trabalhar com números que tenham formatação decimal, é necessário que se digite os valores ou perca-se parte da informação dos dados, diminuindo a precisão das análises; o software R apresentou um melhor desempenho dentro dos três analisados. Quanto à precisão dos resultados, o R e o Excel tiveram desempenhos semelhantes, porém o SPSS apresentou uma diferença na precisão devido aos arredondamentos realizados no banco de dados quando da importação do mesmo.

5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

5.1 Análise do grau de correlação das despesas públicas e dos indicadores econômicos e sociais

De acordo com os procedimentos elencados no item 4.2, foram elaboradas análises através de matrizes de correlação (Quadros 29 até 36, nos anexos) e das matrizes de dispersão, com histograma das variáveis (Figuras 04 até 11, nos anexos). Nelas podem-se observar as tendências das correlações entre as variáveis de cada cenário.

Na matriz de dispersão, vista realmente como uma matriz, pode-se verificar, por exemplo:

- Na figura 4 (abaixo), o elemento posicionado na primeira linha e segunda coluna, representa a distribuição da variável inversão financeira com relação à variável investimento; dentro do cenário 1. A linha verde plotada em cada elemento da matriz representa a linha de mínimos quadrados, que seria um possível ajuste para cada relação em destaque.

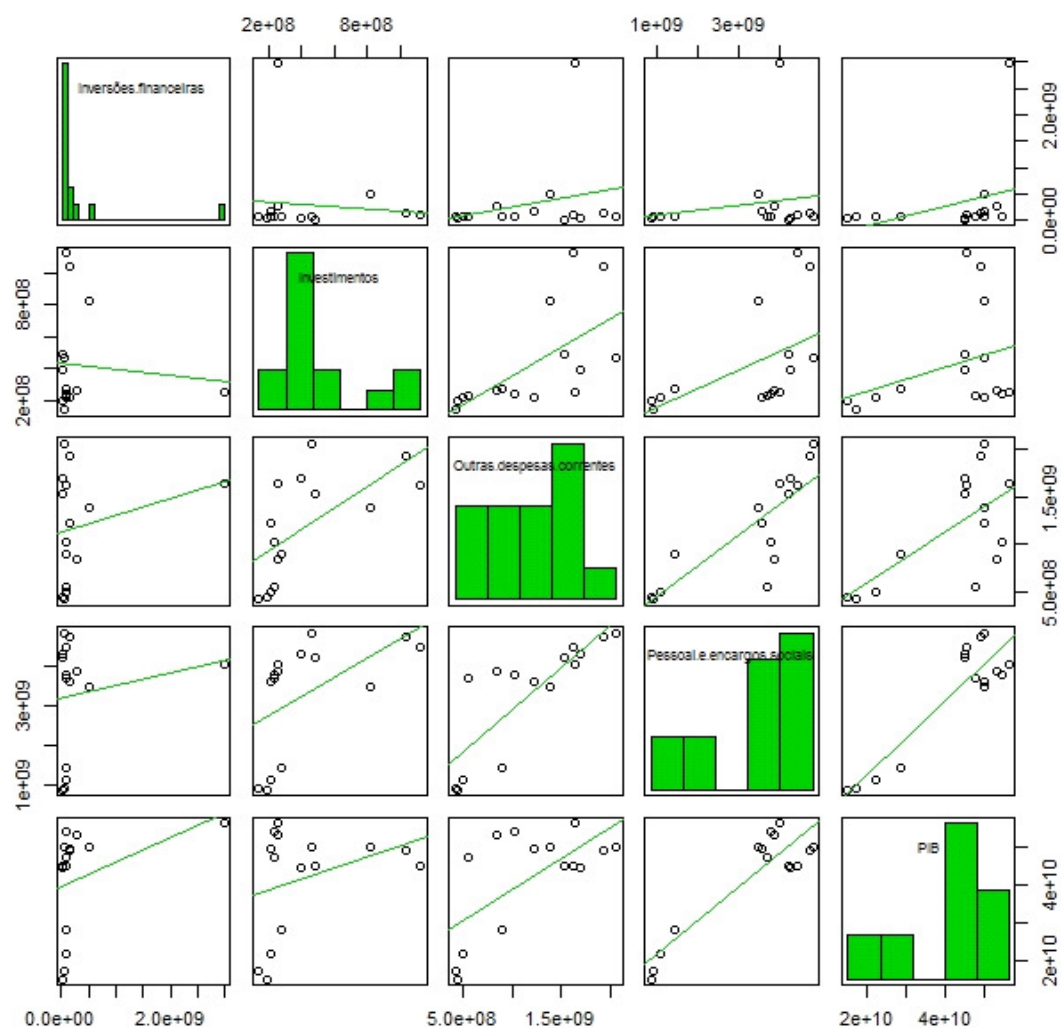


Figura 4: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 1

Fonte: Quadro 29

Ainda, de acordo com os procedimentos elencados no item 4.2, apresentam-se os Quadros 4 e 5, com os resultados apurados com o teste de coeficiente de Pearson, conforme a ordem crescente dos cenários, apresentados a seguir:

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEF. PEARSON	CENÁRIOS
Pessoal e encargos sociais	0.9098837	1 - PIB
Outras despesas correntes	0.6622429	
Investimentos	0.3304462	
Inversões financeiras	0.3443201	
Pessoal e encargos sociais	0.8742535	3 - PIB PER CAPITA
Outras despesas correntes	0.5841131	
Investimentos	0.3325543	
Inversões financeiras	0.3560112	

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEF. PEARSON	CENÁRIOS
Pessoal e encargos sociais	0.9176598	5 - IDH
Outras despesas correntes	0.9315832	
Investimentos	0.6082296	
Inversões financeiras	0.1045393	
Pessoal e encargos sociais	-0.01630393	7 - GINI
Outras despesas correntes	0.19674433	
Investimentos	0.43831965	
Inversões financeiras	0.02246179	

Quadro 4: Resumo da correlação para cenários ímpares

Da análise dos cenários que consideram as despesas por natureza, acima, observa-se que:

Nos cenários 1 e 3, apenas as despesas correntes: Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes apresentam correlação significativa; com 90% e 66%, respectivamente, no primeiro cenário e, 87% e 58%, respectivamente, no cenário 3.

No cenário 5, as despesas com graus de correlação significativos são: Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes (despesas correntes) e Investimentos (despesas de capital), com 91%, 93% e 60%, respectivamente.

Até aqui é importante observar que a variável: Outras Despesas Correntes passa a frente de Pessoal e Encargos e que Investimento demonstra correlação baixa com PIB e PIB Per Capita, mas significativa com o IDH.

No cenário 7, a única despesa que apresenta correlação negativa, que é a característica procurada para o GINI, é Pessoal e Encargos Sociais. Sendo que o grau de correlação é insignificante.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEF. PEARSON	CENÁRIOS
Legislativa	0.9418778	2 - PIB
Judiciária	0.9248756	
Administração	0.7217501	
Segurança Pública	0.8886266	
Assistência Social	0.7260916	
Previdência Social	0.9371743	
Saúde	0.5174338	
Trabalho	0.7647801	
Educação	0.9357547	
Cultura	0.5264469	
Direitos da Cidadania	0.4987259	
Urbanismo	0.2208854	

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEF. PEARSON	CENÁRIOS
Habitação	-0.2286222	
Saneamento	-0.6739951	
Gestão Ambiental	0.4681166	
Ciência e Tecnologia	0.4162341	
Agricultura	0.2531429	
Organização Agrária	-0.6100410	
Indústria	0.3662290	
Comércio e Serviços	0.3019493	
Comunicações	0.2639730	
Energia e minerais	-0.7712991	
Transporte	0.2975800	
Desporto e Lazer	0.6177891	
Legislativa	0.8899156	4 - PIB PER CAPITA
Judiciária	0.9211967	
Administração	0.7371625	
Segurança Pública	0.8325728	
Assistência Social	0.7514495	
Previdência Social	0.8860913	
Saúde	0.4204297	
Trabalho	0.7702763	
Educação	0.9284852	
Cultura	0.5035083	
Direitos da Cidadania	0.4008584	
Urbanismo	0.1299905	
Habitação	-0.1233253	
Saneamento	-0.5962449	
Gestão Ambiental	0.4014571	
Ciência e Tecnologia	0.4772246	
Agricultura	0.2576714	
Organização Agrária	-0.6115472	
Indústria	0.4173667	
Comércio e Serviços	0.3239038	
Comunicações	0.3886136	
Energia e minerais	-0.7292644	
Transporte	0.2355302	
Desporto e Lazer	0.5475187	6 - IDH
Legislativa	0.91978703	
Judiciária	0.66075405	
Administração	0.41074099	
Segurança Pública	0.92732366	
Assistência Social	0.43127154	
Previdência Social	0.92836624	
Saúde	0.82748899	
Trabalho	0.49138478	

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEF. PEARSON	CENÁRIOS
Educação	0.69648296	
Cultura	0.49670895	
Direitos da Cidadania	0.83197190	
Urbanismo	0.64061470	
Habitação	-0.64468203	
Saneamento	-0.85360722	
Gestão Ambiental	0.69744781	
Ciência e Tecnologia	0.05746899	
Agricultura	0.17661272	
Organização Agrária	-0.35045010	
Indústria	-0.02409683	
Comércio e Serviços	0.08415523	
Comunicações	-0.38443000	
Energia e minerais	-0.73876621	
Transporte	0.57171539	
Desporto e Lazer	0.80671433	
Legislativa	-0.017923660	8 - GINI
Judiciária	-0.141499429	
Administração	0.001452772	
Segurança Pública	0.046845717	
Assistência Social	0.050073558	
Previdência Social	-0.008848701	
Saúde	-0.064655025	
Trabalho	-0.221236771	
Educação	-0.120493392	
Cultura	-0.184461973	
Direitos da Cidadania	0.130110269	
Urbanismo	0.263676874	
Habitação	-0.319250813	
Saneamento	-0.054315744	
Gestão Ambiental	0.301512427	
Ciência e Tecnologia	-0.182804350	
Agricultura	0.244939584	
Organização Agrária	-0.010945128	
Indústria	-0.195730460	
Comércio e Serviços	-0.033567688	
Comunicações	-0.258981857	
Energia e minerais	-0.059321956	
Transporte	0.215228158	
Desporto e Lazer	0.189826063	

Quadro 5: Resumo da correlação para cenários pares

Da análise dos cenários que consideram as despesas por função, acima, observa-se que: No cenário 2, as despesas com maior grau de correlação positiva são: Legislativa,

Previdência Social, Educação, Judiciária, Segurança Pública, Trabalho e Assistência Social, com percentuais de 94%, 93%, 93, 92%, 88%, 76% e 72%, respectivamente. Já as despesas com maior grau de correlação negativa são: Energia e Minerais, Saneamento e Organização Agrária, com: 77%, 67% e 61%, respectivamente.

Destaque-se que a variável Previdência Social apresenta correlação bem acima do que Assistencial Social e que as variáveis Energia e Minerais, Saneamento e Organização Agrária demonstrou correlação negativa e insignificante com o PIB.

No cenário 4, as despesas com maior grau de correlação positiva são: Educação, Judiciária, Legislativa, Previdência Social, Segurança Pública, Trabalho e Assistência Social, com percentuais de 92%, 92%, 88%, 88%, 83%, 77% e 75%, respectivamente. Já as despesas com maior grau de correlação negativa são: Energia e Minerais, Organização Agrária e Saneamento, com: 72%, 61% e 59%, respectivamente.

Nesse caso, diminuiu a distância entre Previdência e Assistência Social. Educação e Judiciária passam agora a frente de Legislativa e Previdência. Quanto às negativas, Organização Agrária passa a frente de Saneamento, com relação ao PIB Per Capita.

No cenário 6, as despesas com maior grau de correlação positiva são: Previdência Social, Segurança Pública, Legislativa, Direitos da Cidadania, Saúde e Desporto e Lazer, com percentuais de 92%, 92%, 91%, 83%, 82% e 80%, respectivamente. Já as despesas com maior grau de correlação negativa são: Saneamento, Energia e Minerais, e Habitação, com: 85%, 73% e 64%, respectivamente.

Observe-se que a variável Assistência Social dessa vez está com correlação insignificante. Saneamento, Energia e Minerais e Habitação constam negativos e significantes, quanto ao IDH.

No cenário 8, o grau de correlação de todas as variáveis é muito baixo. O fato indica uma insignificância do ponto de vista estatístico. Considerando a significância prática, entretanto, a correlação negativa apresentada em algumas despesas pode ser considerada uma informação relevante. Desse modo, informam-se as despesas com maior grau de correlação negativa (no caso do GINI, representam benefícios) que são: Habitação, Comunicações, Trabalho, Indústria, Cultura, Ciência e Tecnologia, com percentuais de 31%, 25%, 22%, 19%, 18% e 18%, respectivamente.

Quanto ao teste de hipóteses, tem-se que observar:

Hipótese 1: H_0 a: Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB estadual;

- Hipótese aceita, conforme análise dos cenários 1 e 2.

Hipótese 2: H_0 a: Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o PIB Per Capita estadual;

- Hipótese aceita, conforme análise dos cenários 3 e 4.

Hipótese 3: H_0 a: Verifica-se correlação significativa e positiva entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o IDH estadual;

- Hipótese aceita, conforme análise dos cenários 5 e 6.

Hipótese 4: H_0 a: Verifica-se correlação significativa e negativa entre algum dos grupos de despesas, classificadas por natureza e por função, e o Índice de GINI estadual;

- Hipótese rejeitada, conforme análise dos cenários 7 e 8.

5.2 Análise das regressões das despesas públicas e dos indicadores econômicos e sociais

De acordo com os procedimentos elencados no item 4.2, foram gerados vários modelos estatísticos para cada cenário. Na escolha das variáveis a serem regredidas, considerou-se o maior grau de correlação, apurado nas matrizes de correlação e dispersão.

É importante salientar que na regressão múltipla a força de influência entre as variáveis independentes (os grupos de despesas) é captada no modelo, quando da determinação do valor de y (variável dependente – indicadores econômicos e sociais). Em se tratando de despesas públicas, deve-se observar que os recursos públicos concorrem entre si na determinação do desenvolvimento da população. Pode acontecer, então, a situação em que determinada despesa apresente correlação significativa com os indicadores, apurada na matriz de correlação, mas que sua influência no modelo seja negativa, ofuscada pela influência de outras variáveis constantes no modelo.

Atentar para as considerações acima é essencial para a análise dos modelos a seguir, cujos valores dos coeficientes das variáveis devem ser interpretados como exclusivos para aquele determinado modelo.

Após a análise inicial, foi escolhido um modelo para cada cenário, com bons níveis de ajustamento (R^2 ajustado acima de 0,8), com exceção daqueles correspondentes aos cenários 7 e 8, conforme apresentados nas Quadros 6 até 14, abaixo:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	13700309963	3369695266	4,065742	0,002266
Pessoal e encargos sociais	11,33710469	1,66395803	6,813336	4,66E-05
Outras despesas correntes	-7,60260851	4,89173761	-1,554173	0,151194
Investimentos	-3,28642941	5,81300243	-0,565358	0,584291
Inversões financeiras	3,961280998	1,94684091	2,034722	0,069256
Adjusted R-squared: 0.870702				
F-statistic: 24.56 on 4 and 1 DF				

Quadro 6: Resumo da análise de regressão para o cenário 1

Verifica-se no modelo estatístico acima que a variável Pessoal e Encargos apresenta a melhor opção de aplicação de recursos com relação ao crescimento do PIB, seguida de Inversões Financeiras. As variáveis Outras Despesas Correntes e Investimentos apresentam relação negativa.

Uma explicação para o fato de que a variável Investimento apresentar efeito negativo em relação ao PIB, pode ser a de que os valores não foram relevantes proporcionalmente (média de 8% da despesa total não financeira) ou que os efeitos da aplicação desses recursos não possa ser sentido no mesmo período, e consequentemente não captados nesse tipo de modelo.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2149,387864	443,5355	4,846034	0,000675
Pessoal e encargos sociais	1,50653E-06	2,19E-07	6,878567	4,31E-05
Outras despesas correntes	-1,67968E-06	6,44E-07	-2,608713	0,026098
Investimentos	2,09074E-07	7,65E-07	0,273251	0,79022
Inversões financeiras	6,32898E-07	2,56E-07	2,469822	0,033115
Adjusted R-squared: 0.851335				
F-statistic: 21.04 on 4 and 1 DF				

Quadro 7: Resumo da análise de regressão para o cenário 3

No modelo acima, referente ao cenário 3, cuja variável dependente é o PIB Per Capita, Inversões Financeiras é a despesa mais influente, seguida de Investimentos e Pessoal e Encargos.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	0,595105179	0,006202	95,94935	3,7E-16
Pessoal e encargos sociais	1,08859E-11	3,06E-12	3,554365	0,00523
Outras despesas correntes	3,66307E-11	9E-12	4,06838	0,002256
Investimentos	-2,97021E-12	1,07E-11	-0,277604	0,786971
Inversões financeiras	-5,41751E-12	3,58E-12	-1,511847	0,161512
Adjusted R-squared: 0.92769				
F-statistic: 45.90 on 4 and 1 DF				

Quadro 8: Resumo da análise de regressão para o cenário 5

No modelo acima, que se refere ao IDH, a maior influência para elevação do índice fica por conta de Outras Despesas Correntes, e a que gera maior valor negativo é Inversões Financeiras.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	0,598752821	0,008193	73,08059	5,62E-15
Pessoal e encargos sociais	-4,90482E-12	4,05E-12	-1,212343	0,253245
Outras despesas correntes	6,05028E-12	1,19E-11	0,508695	0,622
Investimentos	2,26044E-11	1,41E-11	1,599325	0,140832
Inversões financeiras	1,74539E-12	4,73E-12	0,368728	0,720017
Adjusted R-squared: 0.04356				
F-statistic: 1.1594 on 4 and 1 DF				

Quadro 9: Resumo da análise de regressão para o cenário 7

Com relação ao GINI, a variável: Pessoal e Encargos Sociais apresenta-se no modelo acima como a única aplicação de recursos que provoca melhora do índice - em quatro unidades para cada unidade da variável aplicada. Ocorre que esse modelo não apresenta um grau de ajuste significativo (R^2 ajustado 0,0435) para validar a equação.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2,45E+12	9,70E+12	0.253	0.842
LEGISLATIVA	-4,01E+05	3,36E+05	-1.195	0.444
JUDICIARIA	9,84E+03	1,04E+05	0.095	0.940
ADMINISTRATIVA	2,68E+04	1,71E+04	1.569	0.361

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
SEGURANÇA PUBLICA	-7,89E+03	1,31E+05	-0.060	0.962
ASSISTENCIA SOCIAL	-9,88E+04	1,51E+05	-0.652	0.632
PREVIDENCIA SOCIAL	7,17E+04	4,87E+04	1.471	0.380
TRABALHO	-2,93E+04	1,86E+05	-0.157	0.901
EDUCAÇÃO	4,62E+04	5,40E+04	0.855	0.550
CULTURA	-8,33E+05	5,10E+05	-1.634	0.350
DESPORTO E LAZER	7,33E+05	4,38E+06	0.168	0.894
Adjusted R-squared: 0.9389				
F-statistic: 17.9 on 10 and 1 DF				
p-value: 0.1821				

Quadro 10: Resumo da análise de regressão para o cenário 2

Verifica-se no modelo estatístico, acima, que as variáveis: Judiciária, Administrativa, Previdência Social, Educação e Esporte e Lazer apresentam as melhores opções de aplicação de recursos com relação ao crescimento do PIB.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1,26E+06	7,61E+05	1.655	0.137
LEGISLATIVA	-1,24E-02	2,94E-02	-0.421	0.685
JUDICIARIA	4,53E-03	5,66E-03	0.800	0.447
SEGURANÇA PUBLICA	6,61E-04	5,18E-03	0.128	0.902
PREVIDENCIA SOCIAL	2,73E-03	4,35E-03	0.627	0.548
TRABALHO	3,14E-03	1,58E-02	0.199	0.847
EDUCAÇÃO	1,83E-03	3,44E-03	0.531	0.610
Adjusted R-squared: 0.8205				
F-statistic: 11.67 on 6 and 8 DF				
p-value: 0.0014				

Quadro 11: Resumo da análise de regressão para o cenário 4

Verifica-se no modelo estatístico, acima, que as variáveis: Legislativa, Judiciária, Previdência Social, Educação, Segurança Pública e Trabalho apresentam as melhores opções de aplicação de recursos com relação ao crescimento do PIB Per Capita.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	6,26E+02	2,16E+01	28.994	9.01e-05
LEGISLATIVA	1,35E-06	7,44E-07	1.819	0.166

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
JUDICIARIA	4,73E-07	4,09E-07	1.155	0.332
SEGURANÇA PÚBLICA	4,76E-08	5,87E-08	0.810	0.477
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-2,47E-07	1,73E-07	-1.426	0.249
SAÚDE	-2,96E-08	4,07E-08	-0.726	0.520
EDUCAÇÃO	-1,30E-07	1,20E-07	-1.082	0.358
DIREITOS DA CIDADANIA	1,21E-07	2,59E-07	0.466	0.673
URBANISMO	1,68E-06	7,90E-07	2.121	0.124
GESTÃO AMBIENTAL	-2,17E-06	1,41E-06	-1.546	0.220
TRANSPORTE	2,18E-07	1,32E-07	1.657	0.196
DESPORTO E LAZER	3,84E-06	6,91E-06	0.556	0.617
Adjusted R-squared: 0.9364				
F-statistic: 19.75 on 11 and 3 DF				
p-value: 0.01585				

Quadro 12: Resumo da análise de regressão para o cenário 6

Verifica-se no modelo estatístico acima que as variáveis: Legislativa, Judiciária, Previdência Social, Educação, Segurança Pública e Trabalho apresentam as melhores opções de aplicação de recursos com relação ao crescimento do IDH.

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	6,06E+02	5,91E+00	102.499	<2e-16
HABITAÇÃO	-1,59E-07	1,31E-07	-1.215	0.246
Adjusted R-squared: 0.03284				
F-statistic: 1.475 on 1 and 13 DF				
p-value: 0.2461				

Quadro 13: Resumo da análise de regressão para o cenário 8

Verifica-se no modelo estatístico acima que a variável: Habitação apresenta-se como única opção para melhoria do GINI. O baixo índice de ajustamento, entretanto, inviabiliza o resultado do modelo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi idealizada devido ao fato de existir poucos trabalhos que comparam os indicadores econômicos e sociais diretamente com as informações contábeis extraídas das organizações públicas. Observa-se um considerável número de estudos que focam o tamanho do Estado, outros que analisam exclusivamente a atividade econômica, grande parte refere-se ao governo federal, e muitos não conseguiram relacionar estatisticamente as informações geradas pelo IDH devido à periodicidade das últimas publicações, que foram decenais, em 2000 e 2010. No caso dessa pesquisa, houve a coincidência da publicação do IDH no período de 1991 até 2005, que a despeito de a maioria dos dados contábeis não estarem disponíveis em banco de dados, foi possível tabulá-los de forma satisfatória, e a intenção de analisar tanto a esfera econômica quanto a social se revelou plausível.

Foram definidos três objetivos específicos, cujas consecuições redundaram em êxito quanto ao objetivo geral. O primeiro objetivo diz respeito à análise da evolução do conceito de desenvolvimento e o papel do Estado nesse processo, através da pesquisa exploratória da teoria econômica, analisada na perspectiva do paradigma da complexidade e de uma postura emancipatória e de justiça social. O resultado trouxe uma visão ampla de desenvolvimento, agora entendido como fenômeno propiciador do bem estar e garantia de um futuro melhor para população. O resultado desse estudo exploratório também propiciou melhor embasamento teórico para a consecução dos outros dois objetivos específicos.

O segundo objetivo específico pretendeu aferir o grau de correlação entre os gastos do governo estadual no período e os índices de desenvolvimento, uma vez que estudos anteriores já encontraram correlação entre as despesas públicas, tanto por natureza quanto por função, e os indicadores econômicos e sociais. Foi possível observar que os grupos de despesas apresentaram efeitos de correlação bastante diferentes, conforme cada indicador.

Gastos com Educação, Previdência Social e Pessoal e Encargos, demonstraram grande correlação com o PIB estadual. Considerando-se o confronto com o PIB Per Capita estadual, as despesas com Educação, Previdência Social, Segurança Pública, Trabalho e Pessoal e Encargos são as que mais se destacaram.

Na comparação com o IDH estadual, destacaram-se: Outras Despesas Correntes e de Pessoal e Encargos Sociais, nessa ordem, considerando-se grupos de natureza de despesas. Quanto à classificação por função, destaque para Segurança Pública e Previdência Social.

Quanto ao índice de GINI, o teste de hipóteses rejeitou o H_0 , pois nenhuma despesa apresentou correlação significativa. Entretanto é importante salientar que a análise considerou a significância do ponto vista estatístico. Considerando o significado prático, que busca saber se a informação pode ser útil, a correlação negativa apresentada em algumas despesas analisada pode ser considerada uma informação relevante. Para Levine (2010), deve-se separar um resultado estatisticamente significativo e o seu resultado prático, que deve ser analisado no contexto de um determinado campo de aplicação. Desse modo, informam-se as despesas com maior grau de correlação negativa, que no caso do GINI, representam desconcentração de renda: Habitação, Comunicações, Trabalho, Indústria, Cultura, Ciência e Tecnologia, com percentuais de 31%, 25%, 22%, 19%, 18% e 18%, respectivamente. Esses percentuais, entretanto, careceriam de análise comparativa para atestar a sua utilidade. Por enquanto, pode-se admitir que a desconcentração de renda em nível estadual, e no que se refere às despesas públicas, depende mais das políticas de aplicação de recursos no âmbito do governo federal.

O terceiro e último objetivo específico tratou do estudo de uma equação que melhor representasse a combinação de recursos aplicados pelo governo estadual, no período de 1991 até 2005, para cada um dos cenários. Para as despesas classificadas por natureza (cenários ímpares), foram rodadas todas as variáveis, e todos os modelos apresentaram bom ajustamento. Os modelos referentes às despesas classificadas por função (cenários pares), entretanto, à medida que iam sendo testados, demandavam a retirada de algumas variáveis, conforme ordem crescente do grau de correlação, devido à necessidade de ajustamento. No final, foi escolhido um modelo para cada cenário.

Ao contrário do que aconteceu com a maioria das variáveis dependentes - os indicadores econômicos e sociais - todos os modelos que se referiam ao índice de GINI foram invalidados. Constatou-se um baixo nível de ajustamento dos modelos gerados, onde o maior R^2 ajustado apresentou 0.03284.

Nas regressões dos cenários ímpares, verificou-se que a despesa de Pessoal e Encargos apresentou retorno positivo em todos os modelos – PIB, PIB Per Capita e IDH. Outras Despesas Correntes apresentou retorno positivo apenas no IDH; Investimento, apenas no PIB Per Capita; e Inversões Financeiras, no PIB e PIB Per Capita.

Nas regressões dos cenários pares, verificou-se que, em relação ao PIB, as despesas que apresentaram retorno positivo foram: Judiciária, Administração, Previdência Social, Educação e Desporto e Lazer; em relação ao PIB Per Capita, foram: Judiciária, Administração, Segurança Pública, Assistência Social e Previdência Social. Quanto ao IDH,

as despesas que apresentaram retorno positivo foram: Legislativa, Judiciária, Segurança Pública, Desporto e Lazer, Direito e Cidadania, Urbanismo e Transporte.

Diante das considerações apresentadas acima, com relação aos objetivos específicos, pode-se entender como alcançado o objetivo geral desse trabalho, qual seja, verificar o comportamento do gasto público realizado pelo Governo do Estado de Pernambuco, no período de 1991 até 2005, buscando identificar quais foram as despesas que mais influenciaram no desenvolvimento.

Os resultados obtidos nesse estudo ainda não podem ser considerados conclusivos. As análises foram elaboradas sobre valores contábeis que precisaram ser reagrupados, devido às mudanças na classificação contábil, bem como às determinações legais posteriores aos primeiros anos do período estudado. Ademais, deve-se considerar que os efeitos dos erros de planejamento e execução das ações de governo influenciam nos resultados, ou seja, muitos recursos podem ter sido utilizados em determinado grupo de despesas, e as ações não surtiram efeitos no curto prazo, ou, até mesmo, os efeitos foram negativos. Para mitigar essas distorções em futuras pesquisas, uma alternativa seria trabalhar com períodos mais longos.

Outro detalhe a ser considerado é o fato de que, a despeito de o Estado ter despendido, no período de 1991 até 2005, mais de 50% das despesas não-financeiras com remuneração de Pessoal; a sua influência sobre o desenvolvimento não foi diminuída. Afinal, a função precípua da Administração Pública é prestar serviços públicos. E esses serviços devem ser produzidos com eficiência, conforme as diversas funções públicas, para serem aproveitados pelas pessoas e as empresas, sempre com foco no desenvolvimento da sociedade.

Por fim, espera-se que esse e outros trabalhos já elaborados na área dos gastos públicos possam estimular novas pesquisas, que tenham como objetivo a criação de modelos econômicos e contabilométricos de avaliação da gestão pública, criando-se, inclusive, novas técnicas e aplicativos computacionais com essa finalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elesbão de. **O papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro e nordestino na visão de Furtado**. Recife, 2009.

ARMSTRONG, Harvey; TAYLOR, Jim. **Regional economics and policy**. 2. Ed. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1993.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões**. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BORBA, Claudio. **Direito Tributário**. 13^a edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2008.

CÂNDIDO JR., J. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº. 781). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_781.pdf > Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASIL. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 03 de novembro de 2009.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm >. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

_____. **Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.** Dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/legislacao/portarias/portaria_interministerial_163_4_04_01.htm >. Acesso em: 03 de outubro de 2009.

_____. **Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999.** Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/legislacao/portarias/portaria_42_14_04_99.htm >. Acesso em: 02 nov. 2009.

_____. **Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007.** Aprova o apêndice II da Resolução CFC nº 750/93, a qual trata dos princípios fundamentais de contabilidade, versando sobre a interpretação dos princípios fundamentais de contabilidade sob a perspectiva do setor público. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1111.doc >. Acesso em: 27 out. 2009.

COELHO, Espartaco Madureira. **Governo eletrônico e seus impactos na estrutura e na força de trabalho das organizações públicas.** Revista do Serviço Público: 2001; Ano 52; nº 2. Disponível em < http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/en000001.pdf > Acesso em 31/05/2010.

CORRAR, et al. **Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.** São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos.** In: painel Distribuição de Renda – Redução das Disparidades Regionais, como parte da série de Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste.** Recife: Ministério do Interior/SUDENE, 1978.

GIAMBIAGI, Fábio. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordeste: 1960/1994**. Texto para discussão nº 372, Brasília: IPEA, 1995.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Tradução de Ernesto Yoshida. Revisão Técnica de Eliezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.

JUND, Sérgio. **Direito financeiro e orçamento público: teoria e 500 questões**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda/ The General Theory of Employment, Interest and Money**; tradução de Manuel Resende. Lisboa, Relógio D'água Editores, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: Teoria e Aplicações Usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOPES A. Simões. **Desenvolvimento Regional**. 5.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MYRDAL, G.; **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

MORIN, Edgar. **Por uma Reforma do Pensamento**. Tradução de Márcia Cavalcanti Ribas. Conferência introdutória ao colóquio “Reforme de La pensée et système éducatif”, promovido pela UNESCO. Paris: 1999.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 4.^a edição Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Tradução de Carlos Alberto Primo Braga. Rio de Janeiro: Campus. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NASSER, Bianca. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 7, N. 14, P. 145-178, DEZ. 2000.

NÓBREGA, Marcos Antonio Rios da; FIGUEIRÊDO, Carlos Mauricio. **Lei de Responsabilidade Fiscal, Regras Macrofiscais e Coordenação Federativa: A Experiência Brasileira**. Recife. 2008.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. 10 ed – São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

PEROBELLI, Fernanda F. Cordeiro; PEROBELLI, Fernando S.; ARBEX, Marcelo Arestrup. **Expectativas Racionais e Eficiência Informacional: Análise do Mercado Acionário Brasileiro no Período 1997-1999**. RAC n.2, p.7-27. Rio de Janeiro: RAC, 2000.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1992.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.^a edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade e gestão governamental: estudos especiais**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças públicas**. 2. edição 4. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Controle gerencial para entidades da administração pública**. In: Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças Públicas II prêmio STN de monografia. Impresso: Brasília/ESAF/1997.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. **Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros**. Econ. Apl. vol.11 no.4 Ribeirão Preto Oct.\Dec. 2007.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; TEIXEIRA, Erly Cardoso. **Gasto Público e Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Gastos das Esferas de Governo**. RBE – v. 64 n. 4/p. 423-438. Rio de Janeiro: RBE, 2010.

RODRIK, Dani. **Depois do Neoliberalismo, o quê?** 2002. Rio de Janeiro. Notas apresentadas no seminário BNDES sobre “Novos Rumos do Desenvolvimento do Mundo” Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_debate/1-DesenvGlob.pdf> Acesso em: 31/05/2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Cristina Aziz dos. **A Iniquidade do Gasto Público Descentralizado e das Transferências Fiscais na Federação Brasileira.** Prêmio do Tesouro Nacional, 2006.

SANTOS, Maria Janete Sousa dos. **Indicadores de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida na Amazônia: A Experiência do Acre.** Brasília: UnB-CDS, 2005.

SAMPAIO, Yony et. al. **A economia de Pernambuco: um estudo das transformações recentes.** Recife: UFPE/PIMES, 1975.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná:** Instrumento de Controladoria para a Tomada de Decisões na Gestão Governamental. XI Prêmio Tesouro Nacional, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. – 2. Ed. – São Paulo: atlas, 2006.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública.** São Paulo: Atlas, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádya Pinheiro. **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS**. São Paulo em perspectiva, 17(3-4): 80-90, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12^a. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VERGOLINO, J.; MONTEIRO NETO, A. **A economia de Pernambuco no limiar do século XXI**. Recife: Editora dos Autores, 2002.

ANEXOS

ANO	PIB	PIB PER CAPITA	IDH	GINI	Total geral das despesas não financeiras
1991	22.130.317.268	3.111	0,609	0,595	1.909.006.147
1992	17.231.094.875	2.401	0,620	0,588	1.543.293.195
1993	15.196.146.822	2.100	0,628	0,621	1.562.801.905
1994	28.404.861.354	3.894	0,643	0,598	2.690.338.427
1995	47.553.765.831	6.468	0,656	0,574	4.564.311.237
1996	53.365.441.107	7.000	0,664	0,605	5.258.577.106
1997	54.333.587.283	7.056	0,666	0,593	5.115.191.357
1998	56.282.849.550	7.237	0,681	0,598	8.907.265.104
1999	49.815.429.868	6.343	0,683	0,604	5.205.870.959
2000	50.126.830.087	6.321	0,691	0,610	6.200.331.743
2001	49.265.492.355	6.153	0,699	0,617	7.876.652.977
2002	45.225.348.002	5.553	0,703	0,609	7.290.224.738
2003	44.993.461.950	5.465	0,699	0,590	6.254.479.044
2004	44.869.060.462	5.390	0,710	0,607	6.410.453.494
2005	49.904.000.000	5.931	0,718	0,587	7.402.154.427

Quadro 14: Índices econômicos e financeiros e Totais das despesas não financeiras.

ANO	RECEITA
1991	2.289.805.950
1992	1.982.553.240
1993	1.806.459.057
1994	3.539.830.505
1995	5.437.165.994
1996	9.802.482.772
1997	6.388.969.067
1998	10.200.666.953
1999	6.945.593.550
2000	10.085.939.355
2001	9.008.305.158
2002	8.331.763.699
2003	7.702.671.228
2004	8.068.484.905
2005	9.479.968.230

Quadro 15: Receita Total do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Receitas Correntes	Receitas de Capital	totais
1991	2.178.110.822	111.695.128	2.289.805.950
1992	1.865.404.987	117.148.252	1.982.553.240
1993	1.616.615.388	189.843.669	1.806.459.057
1994	3.277.699.327	262.131.178	3.539.830.505
1995	5.286.765.438	150.400.556	5.437.165.994
1996	8.179.981.441	1.622.501.331	9.802.482.772
1997	6.282.074.632	106.894.435	6.388.969.067
1998	6.774.699.638	3.425.967.315	10.200.666.953
1999	6.095.044.113	850.549.437	6.945.593.550
2000	6.387.615.185	3.698.324.170	10.085.939.355
2001	8.336.265.840	672.039.318	9.008.305.158
2002	7.800.337.861	531.425.838	8.331.763.699
2003	7.433.138.956	269.532.272	7.702.671.228
2004	7.829.210.209	239.274.696	8.068.484.905
2005	9.265.230.161	214.738.069	9.479.968.230

Quadro 16: Receita Total do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

Ano	Tributárias	Contribuições	Patrimoniais	Agropec	Industriais	Serviços	Totais
1991	1.417.881	1.053.750	39.676.14	6.369	-	8.230.07	2.178.110
1992	1.116.883.	127.531	178.070.0	46	-	842.449	1.865.404
1993	910.721.9	89.419	130.254.9	293	-	485.090	1.616.615
1994	2.057.391.	-	178.886.8	179	-	1.890.80	3.277.699
1995	3.353.287.	318.377	55.826.32	-	-	2.013.74	5.286.765
1996	5.951.764.	381.436	99.414.11	-	-	2.474.44	8.179.981
1997	3.920.488.	456.137	116.908.4	-	-	2.918.12	6.282.074
1998	4.119.598.	687.535	95.053.28	-	-	3.636.81	6.774.699
1999	3.641.328.	1.821.522	109.160.9	-	-	2.248.22	6.095.044
2000	3.889.277.	3.134.278	161.213.2	-	-	953.802	6.387.615
2001	3.996.047.	1.274.160.94	139.204.5	961.769	1.688.1	195.713	8.336.265
2002	4.152.853.	1.179.214.27	147.928.7	1.111.38	1.277	191.096	8.500.828
2003	4.109.839	1.087.148.73	163.244.9	665.895	882.930	121.843	8.108.764
2004	4.227.494	1.283.806.27	89.841.98	841.123	157.698	82.158.4	8.506.164
2005	4.911.182	1.448.204.62	121.427.7	646.556	309.311	63.108.2	10.062.67

Quadro 17: Receita Corrente do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Transf. União	Transf Estados	Transf dos municípios	Transf inst. privadas	Transf Exterior	Transf Pessoa física	Transf Convênio	Totais
1991	661.664.788	-	-	-	144.671	-	730.860	662.540.319
1992	534.588.404	-	-	-	13.408	-	4.053.786	538.655.598
1993	546.432.626	-	-	-	55.100	-	505.743	546.993.469
1994	944.406.026	-	-	-	386	-	479.053	944.885.464
1995	1.696.599.854	-	-	-	-	-	14.220.648	1.710.820.502
1996	1.781.835.579	-	-	-	29.785	-	172.040.775	1.953.906.139
1997	2.069.572.241	-	-	-	-	-	-	2.069.572.241
1998	2.405.099.201	-	-	-	-	894	-	2.405.100.096
1999	2.197.516.244	-	29.117	-	-	521	-	2.197.545.881
2000	2.195.227.530	-	-	32.182	-	8.109	-	2.195.267.822
2001	2.567.244.798	4.867	1.027.001	582.916	-	21.880	-	2.568.881.462
2002	1.812.829.155	5.590	40.811	309.254	-	26.874	143.434.605	1.956.646.289
2003	1.708.286.527	5.292	30.188	4.357.700	-	64.419	70.730.603	1.783.474.730
2004	1.829.091.290	28.160	16.689	63.303.081	263.984	74.135	115.623.296	2.008.400.634
2005	2.364.875.755	14.258	-	87.988.250	-	91.620	118.741.829	2.571.711.711

Quadro 18: Transferências Correntes do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Multas e Juros	Dívida Ativa	Indeni e restituic	outras	Totais
1991	35.283.928	8.054.590	3.322.701	2.060.986	48.722.205
1992	15.177.825	6.389.595	7.361.156	1.896.800	30.825.376
1993	20.137.084	2.463.272	5.297.788	172.035	28.070.178
1994	49.054.837	11.183.571	34.105.734	299.955	94.644.097
1995	84.456.782	11.807.120	63.723.588	4.511.479	164.498.969
1996	109.776.325	27.180.316	10.422.355	24.661.779	172.040.775
1997	124.678.339	24.482.756	9.937.826	12.632.241	171.731.163
1998	106.519.706	23.813.944	10.054.806	10.235.004	150.623.459
1999	70.508.163	23.363.425	30.591.415	18.475.887	142.938.889
2000	66.733.294	32.047.749	20.911.234	18.076.323	137.768.599
2001	96.659.775	22.949.434	23.850.487	16.148.147	159.607.843
2002	110.596.510	24.605.394	24.246.903	10.760.591	170.209.399
2003	111.105.762	22.379.778	22.748.830	9.804.158	166.038.528
2004	96.342.425	15.745.408	21.418.822	3.003.336	136.509.991
2005	108.877.577	11.576.173	18.606.736	9.578.861	148.639.347

Quadro 19: Outras Receitas Correntes do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Ope cred	alien bens	Amort empres	Transf Capit	Outr Rec Cap	Totais
1991	93.642.023	876.757	-	17.176.348	-	111.695.128
1992	94.098.965	446.457	-	22.602.831	-	117.148.252
1993	64.907.660	3.633	-	124.932.376	-	189.843.669
1994	208.617.087	21.001.586	-	32.512.505	-	262.131.178
1995	114.493.726	1.471.211	-	34.435.619	-	150.400.556
1996	1.622.490.703	10.628	-	-	-	1.622.501.331
1997	52.925.132	557.574	-	53.411.729	-	106.894.435
1998	2.903.771.802	453.194.872	-	69.000.641	-	3.425.967.315
1999	250.100.039	563.656.532	-	36.753.501	39.365	850.549.437
2000	44.924.114	3.188.653.604	-	113.286.192	351.460.259	3.698.324.170
2001	43.336.041	123.988.279	777.439	247.376.596	256.560.963	672.039.318
2002	39.364.358	19.894.946	2.188.697	403.270.135	66.707.700	531.425.838
2003	35.185.461	1.060.351	353.003	232.813.791	119.666	269.532.272
2004	71.912.579	2.934.762	348.020	164.079.335	-	239.274.696
2005	64.253.705	6.044.119	711.783	143.651.773	76.688	214.738.069

Quadro 20: Receitas de Capital do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Total despesas correntes não financeiras	Total despesas de capital não financeiras	Totais
1991	1.619.680.946	289.325.201	1.909.006.147
1992	1.339.920.008	203.373.187	1.543.293.195
1993	1.335.961.714	226.840.191	1.562.801.905
1994	2.330.157.008	360.181.419	2.690.338.427
1995	4.253.448.481	310.862.756	4.564.311.237
1996	4.721.741.973	536.835.133	5.258.577.106
1997	4.798.066.145	317.125.212	5.115.191.357
1998	5.677.368.850	3.229.896.254	8.907.265.104
1999	4.827.035.109	378.835.850	5.205.870.959
2000	4.870.154.323	1.330.177.420	6.200.331.743
2001	6.691.863.123	1.184.789.855	7.876.652.977
2002	6.074.534.983	1.215.689.755	7.290.224.738
2003	5.748.990.862	505.488.181	6.254.479.044
2004	5.984.057.410	426.396.084	6.410.453.494
2005	6.880.103.728	522.050.700	7.402.154.427

Quadro 21: Despesa Total do Estado de Pernambuco por categoria econômica

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Pessoal e encargos sociais	Outras despesas correntes	Totais
1991	1.128.120.233	491.560.713	1.619.680.946
1992	922.724.971	417.195.037	1.339.920.008
1993	895.581.691	440.380.023	1.335.961.714
1994	1.443.371.332	886.785.676	2.330.157.008
1995	3.699.327.403	554.121.078	4.253.448.481
1996	3.876.260.425	845.481.548	4.721.741.973
1997	3.781.073.064	1.016.993.081	4.798.066.145
1998	4.037.701.495	1.639.667.355	5.677.368.850
1999	3.599.677.735	1.227.357.375	4.827.035.109
2000	3.481.024.367	1.389.129.956	4.870.154.323
2001	4.755.949.274	1.935.913.849	6.691.863.123
2002	4.461.570.145	1.612.964.838	6.074.534.983
2003	4.216.359.137	1.532.631.725	5.748.990.862
2004	4.293.865.322	1.690.192.089	5.984.057.410
2005	4.820.617.866	2.059.485.862	6.880.103.728

Quadro 22: Despesa Corrente não-financeira do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Investimentos	Inversões financeiras	Totais
1991	216.416.500	72.908.701	289.325.201
1992	142.637.697	60.735.490	203.373.187
1993	192.759.606	34.080.585	226.840.191
1994	274.349.962	85.831.458	360.181.419
1995	230.517.638	80.345.118	310.862.756
1996	255.529.173	281.305.960	536.835.133
1997	237.415.282	79.709.930	317.125.212
1998	253.051.013	2.976.845.242	3.229.896.254
1999	214.112.044	164.723.806	378.835.850
2000	820.331.826	509.845.593	1.330.177.420
2001	1.033.063.240	151.726.615	1.184.789.855
2002	1.119.452.091	96.237.664	1.215.689.755
2003	481.992.186	23.495.995	505.488.181
2004	394.490.606	31.905.478	426.396.084
2005	462.051.036	59.999.663	522.050.700

Quadro 23: Despesa de Capital não-financeira do Estado de Pernambuco

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Legislativa	Judiciária	Administração	Segurança Pública	Assistência Social
1991	43.908.079	92.517.704	166.226.750	273.097.570	10.759.379
1992	41.862.591	76.354.860	145.704.979	214.768.005	15.694.546
1993	37.311.949	89.711.865	133.777.593	184.616.606	16.642.685
1994	67.023.347	126.628.510	315.309.087	313.774.312	39.753.204
1995	150.168.037	328.093.969	357.711.923	614.371.087	52.401.654
1996	166.643.855	391.447.055	848.459.108	546.400.034	69.938.077
1997	187.033.426	393.704.687	583.368.308	563.022.286	82.128.258
1998	205.128.679	481.492.643	1.348.657.948	717.624.615	76.154.325
1999	171.595.815	435.150.056	528.668.163	718.579.407	43.858.835
2000	178.457.996	268.452.306	374.733.681	762.635.479	45.060.980
2001	197.338.413	264.063.780	482.085.837	794.055.295	48.445.083
2002	191.114.946	274.371.908	425.487.265	753.313.095	90.665.665
2003	187.114.876	269.563.296	402.658.591	636.267.257	43.490.415
2004	187.726.792	304.121.280	461.351.229	706.408.582	33.448.830
2005	223.586.236	400.537.374	532.442.884	809.180.408	27.597.889

Quadro 24: Despesa Total não financeira do Estado de Pernambuco por função

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação	Cultura
1991	338.412.836	167.404.773	16.777.849	375.277.875	7.092.032
1992	310.447.563	154.365.425	16.028.297	262.752.500	5.521.199
1993	312.937.633	114.556.045	16.342.484	252.727.980	6.958.655
1994	553.081.233	221.394.568	33.777.802	421.936.637	15.197.737
1995	1.087.545.194	438.583.995	64.671.269	840.399.923	17.643.474
1996	1.184.732.749	484.689.997	91.360.896	816.374.561	20.754.347
1997	1.182.913.610	448.389.405	107.973.225	1.012.667.937	22.742.378
1998	1.293.583.037	464.936.702	115.632.994	1.241.674.453	21.944.530
1999	1.166.141.368	515.048.858	45.392.550	1.002.238.632	2.607.340
2000	1.153.130.538	118.075.042	45.276.324	703.271.387	2.255.071
2001	1.333.257.892	914.318.788	22.501.845	801.643.445	17.965.614
2002	1.313.181.955	914.747.099	87.903.724	886.153.084	20.110.775
2003	1.257.089.504	871.961.995	64.552.609	737.842.049	14.914.265
2004	1.325.190.227	1.016.690.473	63.936.736	762.761.648	24.616.144
2005	1.445.150.956	1.335.477.580	72.795.051	911.438.900	23.653.625

Quadro 25: Despesa Total não financeira do Estado de Pernambuco por função

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
1991	26.240.724	8.479	74.519.690	90.398.111	4.844.814
1992	15.344.924	-	41.737.110	54.379.928	3.624.740
1993	11.677.380	1.959.765	25.146.318	57.187.898	4.557.745
1994	30.858.088	18.589.961	80.599.181	76.115.184	8.104.923
1995	59.238.964	248.106	60.448.330	39.385.223	15.232.947
1996	100.956.954	-	48.651.089	29.902.244	16.850.948
1997	56.600.552	-	48.484.740	27.001.205	16.490.266
1998	69.523.501	-	59.596.365	35.409.838	17.673.378
1999	1.914	-	44.837.639	-	661.684
2000	134.397.360	40.917.950	81.581	50.876.920	35.327.432
2001	201.604.344	17.402.327	24.329.082	4.444.339	54.599.483
2002	196.128.807	24.081.456	37.063.694	14.155.684	58.573.573
2003	183.351.461	15.033.392	8.740.114	2.171.235	24.364.997
2004	176.164.316	28.165.048	6.688.616	9.567.882	21.859.188
2005	211.947.891	27.834.892	12.244.015	419.432	32.171.979

Quadro 26: Despesa Total não financeira do Estado de Pernambuco por função

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
1991	12.555.097	66.095.957	952.698	11.315.670	46.816.798
1992	11.549.417	40.666.965	1.206.201	12.926.281	41.796.064
1993	15.679.987	201.861.954	1.661.122	10.287.391	11.115.805
1994	27.614.168	129.218.686	1.196.705	25.263.960	25.488.990
1995	52.770.911	102.729.937	1.255.930	20.795.670	33.844.651
1996	56.881.438	103.462.692	487.515	24.645.036	58.641.472
1997	44.370.493	90.132.521	412.510	66.630.830	51.822.542
1998	37.905.603	336.174.202	400.763	83.985.596	2.205.517.349
1999	1.914	321.582.904	352.466	613.534	140.454.495
2000	4.564.623	51.408.825	686.389	1.932.289	5.160.390
2001	50.907.694	137.359.458	699.708	17.038.173	49.836.201
2002	29.100.767	119.249.680	1.455.247	13.243.106	47.832.023
2003	29.374.064	87.751.506	288.702	10.963.553	29.496.465
2004	9.027.482	122.753.054	484.338	10.493.133	33.401.539
2005	18.414.552	129.785.671	1.323.526	14.197.304	41.341.980

Quadro 27: Despesa Total não financeira do Estado de Pernambuco por função

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

ANO	Comunicações	Energia e minerais	Transporte	Desporto e Lazer	Totais
1991	6.760.460	17.625.613	58.128.230	1.268.960	1.909.006.147
1992	4.989.141	13.734.802	57.729.862	107.795	1.543.293.195
1993	3.244.558	9.532.200	43.030.893	275.394	1.562.801.905
1994	6.900.342	25.009.400	125.029.666	2.472.738	2.690.338.427
1995	10.119.235	971.447	213.049.443	2.629.917	4.564.311.237
1996	9.239.911	161.059	187.532.621	363.449	5.258.577.106
1997	9.762.282	7.921	114.652.289	4.879.682	5.115.191.357
1998	9.186.236	1.410.001	78.482.961	5.169.385	8.907.265.104
1999	6.714.120	7.518.005	51.765.170	2.086.090	5.205.870.959
2000	6.023.411	210.428	29.013.529	6.605.122	6.200.331.743
2001	5.076.257	32.887	675.111.419	6.769.411	7.876.652.977
2002	4.836.764	350.158	689.606.291	7.307.824	7.290.224.738
2003	3.341.485	187.992	367.969.854	4.162.861	6.254.479.044
2004	634.535	266.138	298.159.371	5.824.442	6.410.453.494
2005	850.387	232.069	253.967.347	5.162.518	7.402.154.427

Quadro 28: Despesa Total não financeira do Estado de Pernambuco por função

Fonte: Balanço Geral elaborado pela SEFAZ/PE

		x1	x2	x3	x4	y
Pessoal e encargos sociais	x1	1	0.827313	0.53121795	0.16926345	0.909883
Outras despesas correntes	x2	0.827313	1	0.63756002	0.23884859	0.662242
Investimentos	x3	0.531218	0.6375600	1	-0.09106841	0.330446
Inversões financeiras	x4	0.169263	0.238848	-0.09106841	1	0.344320
PIB	y	0.909883	0.662242	0.33044622	0.34432006	1

Quadro 29: Matriz de correlação para o cenário 1.

		x1	x2	x3	x4
Legislativa	x1	100.000.000	0.860138920	0.62756119	0.95930367
Judiciária	x2	0.86013892	1.000.000.000	0.80918364	0.77951371
Administração	x3	0.62756119	0.809183637	100.000.000	0.51630165
Segurança Pública	x4	0.95930367	0.779513711	0.51630165	100.000.000
Assistência Social	x5	0.62963920	0.648620699	0.64572345	0.53092886
Previdência Social	x6	0.99332195	0.846324821	0.60146630	0.95987692
Saúde	x7	0.73217210	0.481063766	0.24302327	0.70421401
Trabalho	x8	0.70608271	0.806786775	0.78341087	0.53766655
Educação	x9	0.89324276	0.961104819	0.80624697	0.83200775
Cultura	x10	0.57862944	0.502620630	0.52476355	0.42561564
Direitos da Cidadania	x11	0.70986375	0.289877484	0.15629508	0.71757807
Urbanismo	x12	0.39605573	-0.006940361	-0.14421402	0.50565484
Habitação	x13	-0.45220575	-0.124049663	0.10931390	-0.47199547

		x1	x2	x3	x4
Saneamento	x14	-0.82076896	-0.671894428	-0.34904618	-0.78039294
Gestão Ambiental	x15	0.62474679	0.214499865	0.13726302	0.68312225
Ciência e Tecnologia	x16	0.29099343	0.317761223	0.42350838	0.15839535
Agricultura	x17	0.22191806	0.495724848	0.57883818	0.23101736
Organização Agrária	x18	-0.50642930	-0.569415304	-0.54892632	-0.42390912
Indústria	x19	0.24573221	0.452452708	0.72799594	0.06887207
Comércio e Serviços	x20	0.24695819	0.446940808	0.80690441	0.19371670
Comunicações	x21	-0.04464033	0.267523395	0.37976988	-0.10008085
Energia e minerais	x22	-0.84080229	-0.695753201	-0.46149962	-0.77654694
Transporte	x23	0.46958931	0.095155703	0.01398239	0.50471908
Desporto e Lazer	x24	0.75631490	0.410022280	0.28738998	0.80463099
PIB	y	0.94187778	0.924875635	0.72175007	0.88862664

Quadro30: Matriz de correlação para o cenário 2

		x7	x8	x9	x10
Legislativa	x1	0.73217210	0.70608271	0.89324276	0.57862944
Judiciária	x2	0.48106377	0.80678677	0.96110482	0.50262063
Administração	x3	0.24302327	0.78341087	0.80624697	0.52476355
Segurança Pública	x4	0.70421401	0.53766655	0.83200775	0.42561564
Assistência Social	x5	0.21747557	0.82408687	0.74584367	0.52842647
Previdência Social	x6	0.75515012	0.68901791	0.87539542	0.60081900
Saúde	x7	100.000.000	0.37183580	0.51079765	0.66880148
Trabalho	x8	0.37183580	100.000.000	0.82334307	0.70214160
Educação	x9	0.51079765	0.82334307	100.000.000	0.54233904
Cultura	x10	0.66880148	0.70214160	0.54233904	100.000.000
Direitos da Cidadania	x11	0.82882085	0.28843262	0.36273987	0.54236259
Urbanismo	x12	0.42243714	-0.03294013	0.04379957	0.10664085
Habitação	x13	-0.47756700	0.01815892	-0.08414914	-0.01035578
Saneamento	x14	-0.82498378	-0.42958229	-0.66315826	-0.43365157
Gestão Ambiental	x15	0.60341718	0.24206450	0.36574922	0.40205194
Ciência e Tecnologia	x16	0.14835426	0.46350562	0.35769266	0.61257355
Agricultura	x17	0.06292284	0.24374060	0.48465148	0.02106689
Organização Agrária	x18	-0.12743562	-0.40023653	-0.54825230	-0.13000343
Indústria	x19	-0.07161585	0.67763674	0.51655000	0.52075434
Comércio e Serviços	x20	-0.05007291	0.48693739	0.50733107	0.23725492
Comunicações	x21	-0.53228030	0.33797579	0.28782144	-0.02162168
Energia e minerais	x22	-0.57564892	-0.61438554	-0.69819054	-0.46795470
Transporte	x23	0.69549401	0.12935529	0.24948510	0.48186429
Desporto e Lazer	x24	0.58797681	0.39986070	0.57572249	0.43488643
PIB	y	0.51743377	0.76478009	0.93575467	0.52644689

Quadro30: Matriz de correlação para o cenário 2

		x13	x14	x15	x16
Legislativa	x1	-0.45220575	-0.820768956	0.62474679	0.29099343
Judiciária	x2	-0.12404966	-0.671894428	0.21449987	0.31776122
Administração	x3	0.10931390	-0.349046184	0.13726302	0.42350838
Segurança Pública	x4	-0.47199547	-0.780392942	0.68312225	0.15839535
Assistência Social	x5	0.11992313	-0.379027775	0.46601396	0.59346225
Previdência Social	x6	-0.44218143	-0.833062538	0.63345818	0.31600967
Saúde	x7	-0.47756700	-0.824983777	0.60341718	0.14835426
Trabalho	x8	0.01815892	-0.429582287	0.24206450	0.46350562
Educação	x9	-0.08414914	-0.663158261	0.36574922	0.35769266
Cultura	x10	-0.01035578	-0.433651566	0.40205194	0.61257355
Direitos da Cidadania	x11	-0.65993555	-0.640687455	0.86158480	0.18033479
Urbanismo	x12	-0.64575577	-0.245357858	0.63940212	-0.31245236
Habitação	x13	100.000.000	0.580085108	-0.46614183	0.30358606
Saneamento	x14	0.58008511	1.000.000.000	-0.49278859	-0.13805473
Gestão Ambiental	x15	-0.46614183	-0.492788591	100.000.000	0.28453521
Ciência e Tecnologia	x16	0.30358606	-0.138054734	0.28453521	100.000.000
Agricultura	x17	0.16923659	-0.270483964	-0.19187761	-0.07298998
Organização Agrária	x18	0.12716595	0.382905144	0.04873157	-0.10847592
Indústria	x19	0.40346960	0.046825606	-0.07230819	0.51413628
Comércio e Serviços	x20	0.25046984	0.003379741	-0.06296625	0.16247561
Comunicações	x21	0.69576282	0.329059329	-0.24969040	0.55238407
Energia e minerais	x22	0.61492369	0.748468933	-0.58438808	-0.34455324
Transporte	x23	-0.28228122	-0.558582475	0.85067227	0.38926933
Desporto e Lazer	x24	-0.46831909	-0.512309707	0.83111118	0.07323122
PIB	y	-0.22862222	-0.673995073	0.46811665	0.41623406

Quadro30: Matriz de correlação para o cenário 2

		x19	x20	x21	x22
Legislativa	x1	0.24573221	0.246958193	-0.04464033	-0.84080229
Judiciária	x2	0.45245271	0.446940808	0.26752339	-0.69575320
Administração	x3	0.72799594	0.806904412	0.37976988	-0.46149962
Segurança Pública	x4	0.06887207	0.193716698	-0.10008085	-0.77654694
Assistência Social	x5	0.56747082	0.345251440	0.51326212	-0.53797013
Previdência Social	x6	0.19303095	0.197517261	-0.05561072	-0.83305754
Saúde	x7	-0.07161585	-0.050072913	-0.53228030	-0.57564892
Trabalho	x8	0.67763674	0.486937393	0.33797579	-0.61438554
Educação	x9	0.51655000	0.507331065	0.28782144	-0.69819054
Cultura	x10	0.52075434	0.237254917	-0.02162168	-0.46795470
Direitos da Cidadania	x11	-0.15770615	-0.114726539	-0.51695483	-0.64922235
Urbanismo	x12	-0.38541728	-0.254338051	-0.58124921	-0.24725515

		x19	x20	x21	x22
Habitação	x13	0.40346960	0.250469842	0.69576282	0.61492369
Saneamento	x14	0.04682561	0.003379741	0.32905933	0.74846893
Gestão Ambiental	x15	-0.07230819	-0.062966254	-0.24969040	-0.58438808
Ciência e Tecnologia	x16	0.51413628	0.162475607	0.55238407	-0.34455324
Agricultura	x17	0.34435459	0.660541786	0.12456623	-0.04977397
Organização Agrária	x18	-0.30650042	-0.296523455	-0.24242349	0.36531454
Indústria	x19	100.000.000	0.744417532	0.55035341	-0.15707544
Comércio e Serviços	x20	0.74441753	1.000.000.000	0.31895323	-0.13141726
Comunicações	x21	0.55035341	0.318953226	100.000.000	0.05577019
Energia e minerais	x22	-0.15707544	-0.131417255	0.05577019	100.000.000
Transporte	x23	-0.14895830	-0.177747622	-0.29034717	-0.42541144
Desporto e Lazer	x24	0.14685305	0.156485057	-0.23026819	-0.58241846
PIB	y	0.36622905	0.301949294	0.26397300	-0.77129911

Quadro30: Matriz de correlação para o cenário 2

		y
Legislativa	x1	0.9418778
Judiciária	x2	0.9248756
Administração	x3	0.7217501
Segurança Pública	x4	0.8886266
Assistência Social	x5	0.7260916
Previdência Social	x6	0.9371743
Saúde	x7	0.5174338
Trabalho	x8	0.7647801
Educação	x9	0.9357547
Cultura	x10	0.5264469
Direitos da Cidadania	x11	0.4987259
Urbanismo	x12	0.2208854
Habitação	x13	-0.2286222
Saneamento	x14	-0.6739951
Gestão Ambiental	x15	0.4681166
Ciência e Tecnologia	x16	0.4162341
Agricultura	x17	0.2531429
Organização Agrária	x18	-0.6100410
Indústria	x19	0.3662290
Comércio e Serviços	x20	0.3019493
Comunicações	x21	0.2639730
Energia e minerais	x22	-0.7712991
Transporte	x23	0.2975800
Desporto e Lazer	x24	0.6177891
PIB	y	10.000.000

Quadro30: Matriz de correlação para o cenário 2

		x1	x2	x3	x4	Y
Pessoal e encargos sociais	x1	10.000.000	0.8273134	0.53121795	0.16926345	0.874253
Outras despesas correntes	x2	0.8273134	10.000.000	0.63756002	0.23884859	0.584113
Investimentos	x3	0.5312180	0.6375600	100.000.000	-0.09106841	0.332554
Inversões financeiras	x4	0.1692635	0.2388486	-0.09106841	100.000.000	0.356011
PIB per capita	y	0.8742535	0.5841131	0.33255434	0.35601124	1000000

Quadro 31: Matriz de correlação para o cenário 3

		x1	x2	x3	x4	x5	x6
Legislativa	x1	100.000	0.8601389	0.627561	0.959303	0.629639	0.993321
Judiciária	x2	0.86013892	1.000.000	0.809183	0.779513	0.648620	0.846324
Administração	x3	0.62756119	0.8091836	100.000	0.516301	0.645723	0.601466
Segurança Pública	x4	0.959303	0.7795137	0.516301	100.000	0.530928	0.959876
Assistência Social	x5	0.629639	0.6486206	0.645723	0.530928	100.000	0.629913
Previdência Social	x6	0.993321	0.8463248	0.601466	0.959876	0.629913	100.000
Saúde	x7	0.732172	0.4810637	0.243023	0.704214	0.217475	0.755150
Trabalho	x8	0.706082	0.8067867	0.783410	0.537665	0.824086	0.689017
Educação	x9	0.893242	0.9611048	0.806246	0.832007	0.745843	0.875395
Cultura	x10	0.578629	0.5026206	0.524763	0.425615	0.528426	0.600819
Direitos da Cid.	x11	0.709863	0.2898774	0.156295	0.717578	0.260061	0.726739
Urbanismo	x12	0.396055	-0.0069403	-0.144214	0.505654	-0.013973	0.406613
Habitação	x13	-0.452205	-0.1240496	0.109313	-0.471995	0.119923	-0.442181
Saneamento	x14	-0.820768	-0.6718944	-0.349046	-0.780392	-0.379027	-0.833062
Gestão Ambiental	x15	0.624746	0.2144998	0.137263	0.683122	0.466013	0.633458
Ciência e Tecnologia	x16	0.290993	0.3177612	0.423508	0.158395	0.593462	0.316009
Agricultura	x17	0.221918	0.4957248	0.578838	0.231017	0.20631	0.207944
Organização Agrária	x18	-0.506429	-0.5694153	-0.548926	-0.42390	-0.322674	-0.489114
Indústria	x19	0.245732	0.4524527	0.727995	0.068872	0.567470	0.193030
Comércio e Serviços	x20	0.246958	0.4469408	0.806904	0.193716	0.345251	0.197517
Comunicações	x21	-0.044640	0.2675233	0.379769	-0.100080	0.513262	-0.055610
Energia e minerais	x22	-0.840802	-0.6957532	-0.461499	-0.776546	-0.537970	-0.833057
Transporte	x23	0.469589	0.0951557	0.013982	0.504719	0.382609	0.514133
Desporto e Lazer	x24	0.756314	0.4100222	0.287389	0.804630	0.485409	0.741151
Pib Per Capita	y	0.889915	0.9211967	0.737162	0.832572	0.751449	0.886091

Quadro 32: Matriz de correlação para o cenário 4

		x7	x8	x9	x10	x11	x12
Legislativa	x1	0.732172	0.706082	0.893242	0.578629	0.709863	0.3960557
Judiciária	x2	0.481063	0.806786	0.961104	0.502620	0.289877	-0.0069403
Administração	x3	0.243023	0.783410	0.806246	0.524763	0.156295	-0.1442140
Segurança Pública	x4	0.704214	0.537666	0.832007	0.425615	0.71757	0.5056548
Assistência Social	x5	0.217475	0.824086	0.745843	0.528426	0.260061	-0.0139733
Previdência Social	x6	0.755150	0.689017	0.875395	0.600819	0.726739	0.4066134
Saúde	x7	100.000	0.371835	0.510797	0.668801	0.828820	0.4224371
Trabalho	x8	0.371835	100.000.0	0.823343	0.702141	0.288432	-0.0329401
Educação	x9	0.510797	0.823343	100.000.0	0.542339	0.362739	0.0437995
Cultura	x10	0.668801	0.702141	0.542339	100.000	0.542362	0.1066408
Direitos da Cidadania	x11	0.828820	0.288432	0.362739	0.54236	10.000	0.7157732
Urbanismo	x12	0.422437	-0.032940	0.043799	0.106640	0.715773	1.000.000
Habitação	x13	-0.477567	0.018158	-0.084149	-0.010355	-0.65993	-0.6457557
Saneamento	x14	-0.824983	-0.429582	-0.663158	-0.433651	-0.64068	-0.2453578
Gestão Ambiental	x15	0.603417	0.242064	0.365749	0.402051	0.861584	0.6394021
Ciência e Tecnologia	x16	0.148354	0.463505	0.357692	0.612573	0.180334	-0.3124523
Agricultura	x17	0.062922	0.243740	0.484651	0.021066	-0.24610	-0.3024338
Organização Agrária	x18	-0.127435	-0.400236	-0.548252	-0.130003	-0.10352	0.0735284
Indústria	x19	-0.071615	0.677636	0.516550	0.520754	-0.15770	-0.3854172
Comércio e Serviços	x20	-0.050072	0.486937	0.507331	0.237254	-0.11472	-0.2543380
Comunicações	x21	-0.532280	0.337975	0.287821	-0.021621	-0.51695	-0.5812492
Energia e minerais	x22	-0.575648	-0.614385	-0.698190	-0.467954	-0.64922	-0.2472551
Transporte	x23	0.695494	0.129355	0.249485	0.481864	0.767682	0.3685181
Desporto e Lazer	x24	0.587976	0.399860	0.575722	0.434886	0.763490	0.7031570
Pib Per Capita	y	0.420429	0.770276	0.928485	0.503508	0.400858	0.1299904

Quadro 32: Matriz de correlação para o cenário 4

		x13	x14	x15	x16	x17	x18
Legislativa	x1	-0.45220	-0.8207689	0.624746	0.290993	0.2219180	-0.50642
Judiciária	x2	-0.12404	-0.6718944	0.214499	0.317761	0.4957248	-0.56941
Administração	x3	0.109313	-0.3490461	0.137263	0.423508	0.5788381	-0.54892
Segurança Pública	x4	-0.47199	-0.7803929	0.683122	0.158395	0.2310173	-0.42390
Assistência Social	x5	0.119923	-0.3790277	0.466013	0.593462	0.2063153	-0.32267
Previdência Social	x6	-0.44218	-0.8330625	0.633458	0.316009	0.2079444	-0.48911
Saúde	x7	-0.47756	-0.8249837	0.603417	0.148354	0.0629228	-0.12743
Trabalho	x8	0.018158	-0.4295822	0.242064	0.463505	0.2437405	-0.40023
Educação	x9	-0.08414	-0.6631582	0.365749	0.357692	0.4846514	-0.54825
Cultura	x10	-0.01035	-0.4336515	0.402051	0.612573	0.0210668	-0.13000

		x13	x14	x15	x16	x17	x18
Direitos da Cidadania	x11	-0.65993	-0.6406874	0.861584	0.180334	-0.2461015	-0.10352
Urbanismo	x12	-0.64575	-0.2453578	0.639402	-0.31245	-0.3024338	0.073528
Habitação	x13	100.000	0.5800851	-0.46614	0.303586	0.1692365	0.127165
Saneamento	x14	0.580085	1.000.000	-0.49278	-0.13805	-0.2704839	0.382905
Gestão Ambiental	x15	-0.466141	-0.492788	100.000	0.284535	-0.1918776	0.048731
Ciência e Tecnologia	x16	0.303586	-0.138054	0.284535	100.000	-0.072989	-0.108475
Agricultura	x17	0.169236	-0.270483	-0.191877	-0.072989	1.000.000	-0.216478
Organização Agrária	x18	0.127165	0.3829051	0.048731	-0.108475	-0.2164786	100.000
Indústria	x19	0.403469	0.0468256	-0.072308	0.514136	0.3443545	-0.306500
Comércio e Serviços	x20	0.250469	0.0033797	-0.062966	0.162475	0.6605417	-0.296523
Comunicações	x21	0.695762	0.3290593	-0.249604	0.552384	0.1245662	-0.242423
Energia e minerais	x22	0.614923	0.7484689	-0.584388	-0.344553	-0.0497739	0.365314
Transporte	x23	-0.282281	-0.558582	0.850672	0.389269	-0.1411062	0.074979
Desporto e Lazer	x24	-0.468319	-0.512309	0.831111	0.073231	0.0059455	-0.212639
Pib Per Capita	y	-0.123325	-0.596244	0.401457	0.477224	0.2576714	-0.611547

Quadro 32: Matriz de correlação para o cenário 4

		x19	x20	x21	x22	x23	x24
Legislativa	x1	0.245732	0.2469581	-0.04464	-0.84080	0.469589	0.7563149
Judiciária	x2	0.452452	0.4469408	0.267523	-0.69575	0.095155	0.4100222
Administração	x3	0.727995	0.8069044	0.379769	-0.46149	0.013982	0.2873899
Segurança Pública	x4	0.068872	0.1937166	-0.10008	-0.77654	0.504719	0.8046309
Assistência Social	x5	0.567470	0.3452514	0.513262	-0.53797	0.382609	0.4854094
Previdência Social	x6	0.193030	0.1975172	-0.05561	-0.83305	0.514133	0.7411514
Saúde	x7	-0.07161	-0.0500729	-0.53228	-0.57564	0.695494	0.5879768
Trabalho	x8	0.677636	0.4869373	0.337975	-0.61438	0.129355	0.3998606
Educação	x9	0.516550	0.5073310	0.287821	-0.69819	0.249485	0.5757224
Cultura	x10	0.520754	0.2372549	-0.02162	-0.46795	0.481864	0.4348864
Direitos da Cidadania	x11	-0.15770	-0.1147265	-0.51695	-0.64922	0.767682	0.7634900
Urbanismo	x12	-0.38541	-0.254338	-0.58124	-0.24725	0.368518	0.7031570
Habitação	x13	0.403469	0.2504698	0.695762	0.614923	-0.28228	-0.4683190
Saneamento	x14	0.046825	0.0033797	0.329059	0.748468	-0.55858	-0.5123097
Gestão Ambiental	x15	-0.07230	-0.0629662	-0.24969	-0.58438	0.850672	0.8311111
Ciência e Tecnologia	x16	0.514136	0.1624756	0.552384	-0.34455	0.389269	0.0732312
Agricultura	x17	0.344354	0.6605417	0.124566	-0.04977	-0.14110	0.0059455
Organização Agrária	x18	-0.30650	-0.2965234	-0.24242	0.365314	0.074979	-0.2126398
Indústria	x19	100.000	0.7444175	0.550353	-0.15707	-0.14895	0.1468530
Comércio e	x20	0.744417	1.000.000	0.318953	-0.13141	-0.17774	0.1564850

		x19	x20	x21	x22	x23	x24
Serviços							
Comunicações	x21	0.550353	0.3189532	100.000	0.055770	-0.29034	-0.2302681
Energia e minerais	x22	-0.15707	-0.131417	0.055770	100.000	-0.42541	-0.5824184
Transporte	x23	-0.14895	-0.1777476	-0.29034	-0.42541	100.000	0.6055698
Desporto e Lazer	x24	0.146853	0.1564850	-0.23026	-0.58241	0.605569	1.000.000
Pib Per Capita	y	0.417366	0.3239037	0.388613	-0.72926	0.235530	0.5475186

Quadro 32: Matriz de correlação para o cenário 4

		y
Legislativa	x1	0.8899156
Judiciária	x2	0.9211967
Administração	x3	0.7371625
Segurança Pública	x4	0.8325728
Assistência Social	x5	0.7514495
Previdência Social	x6	0.8860913
Saúde	x7	0.4204297
Trabalho	x8	0.7702763
Educação	x9	0.9284852
Cultura	x10	0.5035083
Direitos da Cidadania	x11	0.4008584
Urbanismo	x12	0.1299905
Habitação	x13	-0.1233253
Saneamento	x14	-0.5962449
Gestão Ambiental	x15	0.4014571
Ciência e Tecnologia	x16	0.4772246
Agricultura	x17	0.2576714
Organização Agrária	x18	-0.6115472
Indústria	x19	0.4173667
Comércio e Serviços	x20	0.3239038
Comunicações	x21	0.3886136
Energia e minerais	x22	-0.7292644
Transporte	x23	0.2355302
Desporto e Lazer	x24	0.5475187
Pib Per Capita	y	10.000.000

Quadro 32: Matriz de correlação para o cenário 4

		x1	x2	x3	x4	y
Pessoal e encargos sociais	x1	10000000	0.827313	0.53121795	0.16926345	0.917659
Outras despesas correntes	x2	0.827313	10000000	0.63756002	0.23884859	0.931583
Investimentos	x3	0.531218	0.637560	100000000	-0.09106841	0.608229
Inversões financeiras	x4	0.169263	0.238848	-0.0910684	100000000	0.104539

		x1	x2	x3	x4	y
IDH	y	0.917659	0.931583	0.60822961	0.10453933	10000000

Quadro 33: Matriz de correlação para o cenário 5

		x1	x2	x3	x4	x5	x6
Legislativa	x1	100.000	0.8601389	0.627561	0.959303	0.629639	0.993321
Judiciária	x2	0.860138	1.000.000	0.809183	0.779513	0.648620	0.846324
Administração	x3	0.627561	0.8091836	100.000	0.516301	0.645723	0.601466
Segurança Pública	x4	0.959303	0.7795137	0.516301	100.000	0.530928	0.959876
Assistência Social	x5	0.629639	0.6486206	0.645723	0.530928	100.000.0	0.629913
Previdência Social	x6	0.993321	0.8463248	0.601466	0.959876	0.629913	100.000
Saúde	x7	0.732172	0.4810637	0.243023	0.704214	0.217475	0.755150
Trabalho	x8	0.706082	0.8067867	0.783410	0.537666	0.824086	0.689017
Educação	x9	0.89324	0.9611048	0.80624	0.832007	0.745843	0.875395
Cultura	x10	0.578629	0.5026206	0.524763	0.425615	0.528426	0.600819
Direitos da Cidadania	x11	0.709863	0.2898774	0.156295	0.717578	0.260061	0.726739
Urbanismo	x12	0.396055	-0.006940	-0.144214	0.505654	-0.013973	0.406613
Habitação	x13	-0.452205	-0.124049	0.109313	-0.471995	0.119923	-0.442181
Saneamento	x14	-0.820796	-0.671828	-0.349046	-0.780392	-0.379027	-0.833062
Gestão Ambiental	x15	0.624746	0.2144998	0.137263	0.683122	0.466013	0.633458
Ciência e Tecnologia	x16	0.290993	0.3177612	0.423508	0.158395	0.593462	0.316009
Agricultura	x17	0.221918	0.4957248	0.578838	0.231017	0.206315	0.207944
Organização Agrária	x18	-0.506429	-0.569415	-0.54892	-0.423909	-0.322674	-0.489114
Indústria	x19	0.245732	0.4524527	0.727995	0.068872	0.567470	0.193030
Comércio e Serviços	x20	0.246958	0.4469408	0.806904	0.193716	0.345251	0.197517
Comunicações	x21	-0.044640	0.2675233	0.379769	-0.100080	0.513262	-0.055610
Energia e minerais	x22	-0.840802	-0.695753	-0.46149	-0.776546	-0.537970	-0.833057
Transporte	x23	0.469589	0.0951557	0.013982	0.504719	0.382609	0.514133
Desporto e Lazer	x24	0.756314	0.4100222	0.287389	0.804630	0.485409	0.741151
IDH	y	0.919787	0.6607540	0.410740	0.927323	0.431271	0.928366

Quadro 34: Matriz de correlação para o cenário 6

		x7	x8	x9	x10	x11	x12
Legislativa	x1	0.732172	0.706082	0.893242	0.578629	0.709863	0.3960557
Judiciária	x2	0.481063	0.806786	0.961104	0.502620	0.289877	-0.0069403
Administração	x3	0.243023	0.783410	0.806246	0.524763	0.156295	-0.1442140
Segurança Pública	x4	0.704214	0.537666	0.832007	0.425615	0.717578	0.5056548
Assistência Social	x5	0.217475	0.824086	0.745843	0.528426	0.260061	-0.0139733

		x7	x8	x9	x10	x11	x12
Previdência Social	x6	0.755150	0.689017	0.875395	0.600819	0.726739	0.4066134
Saúde	x7	100.000	0.371835	0.510797	0.668801	0.828820	0.4224371
Trabalho	x8	0.371835	100.000.0	0.823343	0.702141	0.288432	-0.032940
Educação	x9	0.510797	0.823343	100.000.0	0.542339	0.362739	0.0437995
Cultura	x10	0.668801	0.702141	0.542339	100.000	0.542362	0.1066408
Direitos da Cidadania	x11	0.828820	0.288432	0.362739	0.542362	10.000	0.715773
Urbanismo	x12	0.422437	-0.032940	0.043799	0.106640	0.71577	1.000.000
Habitação	x13	-0.477567	0.018158	-0.084149	-0.010355	-0.65993	-0.645755
Saneamento	x14	-0.824983	-0.429582	-0.663158	-0.433651	-0.64068	-0.2453578
Gestão Ambiental	x15	0.603417	0.242064	0.365749	0.402051	0.861584	0.6394021
Ciência e Tecnologia	x16	0.148354	0.463505	0.357692	0.612573	0.180334	-0.3124523
Agricultura	x17	0.062922	0.243740	0.484651	0.021066	-0.24610	-0.3024338
Organização Agrária	x18	-0.127435	-0.400236	-0.548252	-0.130003	-0.10352	0.0735284
Indústria	x19	-0.071615	0.677636	0.516550	0.520754	-0.15770	-0.3854172
Comércio e Serviços	x20	-0.050072	0.486937	0.507331	0.237254	-0.11472	-0.2543380
Comunicações	x21	-0.53228	0.337975	0.287821	-0.021621	-0.51695	-0.5812492
Energia e minerais	x22	-0.575648	-0.614385	-0.69819	-0.467954	-0.64222	-0.247255
Transporte	x23	0.695494	0.129355	0.249485	0.481864	0.767682	0.3685181
Desporto e Lazer	x24	0.587976	0.399860	0.575722	0.434886	0.763490	0.7031570
IDH	y	0.827488	0.491384	0.696482	0.496708	0.831971	0.6406146

Quadro 34: Matriz de correlação para o cenário 6

		x13	x14	x15	x16	x17	x18
Legislativa	x1	-0.45220	-0.820768	0.62474	0.29099	0.2219180	-0.50642
Judiciária	x2	-0.12404	-0.671894	0.21449	0.31776	0.4957248	-0.56941
Administração	x3	0.10931	-0.349046	0.13726	0.42350	0.5788381	-0.54892
Segurança Pública	x4	-0.47199	-0.780392	0.68312	0.15839	0.2310173	-0.42390
Assistência Social	x5	0.11992	-0.379027	0.46601	0.59346	0.2063153	-0.32267
Previdência Social	x6	-0.44218	-0.833062	0.63345	0.31600	0.2079444	-0.48911
Saúde	x7	-0.47756	-0.824983	0.60341	0.14835	0.0629228	-0.12743
Trabalho	x8	0.01815	-0.429582	0.24206	0.46350	0.2437405	-0.40023
Educação	x9	-0.08414	-0.663158	0.36574	0.35769	0.4846514	-0.54825
Cultura	x10	-0.01035	-0.433651	0.40205	0.61257	0.0210668	-0.13000
Direitos da Cidadania	x11	-0.65993	-0.640687	0.86158	0.18033	-0.246101	-0.10352
Urbanismo	x12	-0.64575	-0.245357	0.63940	-0.31245	-0.302433	0.07352
Habitação	x13	100.000	0.5800851	-0.46614	0.30358	0.1692365	0.12716
Saneamento	x14	0.58008	1.000.000	-0.49278	-0.13805	-0.270483	0.38290
Gestão Ambiental	x15	-0.46614	-0.492788	100.000	0.28453	-0.191877	0.04873
Ciência e Tecnologia	x16	0.30358	-0.138054	0.2845	100.000	-0.072989	-0.10847
Agricultura	x17	0.16923	-0.270483	-0.19187	-0.07298	1.000.000	-0.21647
Organização Agrária	x18	0.12716	0.3829051	0.04873	-0.10847	-0.216478	100.000
Indústria	x19	0.40346	0.0468256	-0.07230	0.51413	0.3443545	-0.30650

		x13	x14	x15	x16	x17	x18
Comércio e Serviços	x20	0.25046	0.0033797	-0.06296	0.16247	0.6605417	-0.29652
Comunicações	x21	0.69576	0.3290593	-0.24969	0.55238	0.1245662	-0.24242
Energia e minerais	x22	0.61492	0.7484689	-0.58438	-0.34455	-0.049773	0.36531
Transporte	x23	-0.28228	-0.558582	0.85067	0.38926	-0.141106	0.07497
Desporto e Lazer	x24	-0.46831	-0.512309	0.83111	0.07323	0.0059455	-0.21263
IDH	y	-0.64468	-0.853607	0.69744	0.05746	0.1766127	-0.35045

Quadro 34: Matriz de correlação para o cenário 6

		x19	x20	x21	x22	x23	x24
Legislativa	x1	0.245732	0.2469581	-0.04464	-0.84080	0.469589	0.7563149
Judiciária	x2	0.452452	0.4469408	0.267523	-0.69575	0.095155	0.4100222
Administração	x3	0.727995	0.8069044	0.379769	-0.46149	0.013982	0.2873899
Segurança Pública	x4	0.068872	0.1937166	-0.10008	-0.77654	0.504719	0.8046309
Assistência Social	x5	0.567470	0.3452514	0.513262	-0.53797	0.382609	0.4854094
Previdência Social	x6	0.193030	0.1975172	-0.05561	-0.83305	0.514133	0.7411514
Saúde	x7	-0.07161	-0.0500729	-0.53228	-0.57564	0.695494	0.5879768
Trabalho	x8	0.677636	0.4869373	0.337975	-0.61438	0.129355	0.3998606
Educação	x9	0.516550	0.5073310	0.287821	-0.69819	0.249485	0.5757224
Cultura	x10	0.520754	0.2372549	-0.02162	-0.46795	0.481864	0.4348864
Direitos da Cidadania	x11	-0.15770	-0.114726	-0.51695	-0.64922	0.76768	0.763490
Urbanismo	x12	-0.38541	-0.2543380	-0.58124	-0.24725	0.368518	0.7031570
Habitação	x13	0.403469	0.2504698	0.695762	0.614923	-0.28228	-0.468319
Saneamento	x14	0.046825	0.0033797	0.329059	0.748468	-0.55858	-0.512309
Gestão Ambiental	x15	-0.07230	-0.0629662	-0.24969	-0.58438	0.850672	0.8311111
Ciência e Tecnologia	x16	0.514136	0.1624756	0.55238	-0.34455	0.389269	0.0732312
Agricultura	x17	0.344354	0.6605417	0.124566	-0.04977	-0.14110	0.0059455
Organização Agrária	x18	-0.30650	-0.2965234	-0.24242	0.365314	0.07497	-0.2126398
Indústria	x19	100.000	0.7444175	0.550353	-0.15707	-0.14895	0.1468530
Comércio e Serviços	x20	0.744417	1.000.000	0.318953	-0.13141	-0.17774	0.1564850
Comunicações	x21	0.550353	0.3189532	100.000.0	0.055770	-0.29034	-0.2302681
Energia e minerais	x22	-0.15707	-0.1314172	0.055770	100.000	-0.42541	-0.5824184
Transporte	x23	-0.14895	-0.1777476	-0.29034	-0.42541	100.000	0.6055698
Desporto e Lazer	x24	0.146853	0.1564850	-0.23026	-0.58241	0.605569	1.000.000
IDH	y	-0.02409	0.0841552	-0.38443	-0.73876	0.571715	0.8067143

Quadro 34: Matriz de correlação para o cenário 6

		y
Legislativa	x1	0.91978703
Judiciária	x2	0.66075405
Administração	x3	0.41074099

		y
Segurança Pública	x4	0.92732366
Assistência Social	x5	0.43127154
Previdência Social	x6	0.92836624
Saúde	x7	0.82748899
Trabalho	x8	0.49138478
Educação	x9	0.69648296
Cultura	x10	0.49670895
Direitos da Cidadania	x11	0.83197190
Urbanismo	x12	0.64061470
Habitação	x13	-0.64468203
Saneamento	x14	-0.85360722
Gestão Ambiental	x15	0.69744781
Ciência e Tecnologia	x16	0.05746899
Agricultura	x17	0.17661272
Organização Agrária	x18	-0.35045010
Indústria	x19	-0.02409683
Comércio e Serviços	x20	0.08415523
Comunicações	x21	-0.38443000
Energia e minerais	x22	-0.73876621
Transporte	x23	0.57171539
Desporto e Lazer	x24	0.80671433
IDH	y	100.000.000

Quadro 34: Matriz de correlação para o cenário 6

		x1	x2	x3	x4	y
Pessoal e encargos sociais	x1	100000000	0.827313	0.5312179	0.16926345	-0.0163039
Outras despesas correntes	x2	0.82731337	10000000	0.6375600	0.23884859	0.1967443
Investimentos	x3	0.53121795	0.637560	100000000	-0.0910681	0.4383196
Inversões financeiras	x4	0.16926345	0.238848	-0.0910684	100000000	0.0224617
GINI	y	-0.0163039	0.196744	0.4383196	0.02246179	10000000

Quadro 35: Matriz de correlação para o cenário 7

		x1	x2	x3	x4	x5	x6
Legislativa	x1	100.000.0	0.8601389	0.6275611	0.959303	0.629639	0.9933219
Judiciária	x2	0.860138	1.000.000	0.8091836	0.779513	0.648620	0.8463248
Administração	x3	0.627561	0.8091836	1.000.000	0.516301	0.645723	0.6014663
Segurança Pública	x4	0.959303	0.7795137	0.5163016	100.000.0	0.530928	0.9598769
Assistência Social	x5	0.629639	0.6486206	0.6457234	0.530928	100.000	0.6299139
Previdência Social	x6	0.993321	0.8463248	0.6014663	0.959876	0.629913	1.000.000
Saúde	x7	0.732172	0.4810637	0.2430232	0.704214	0.217475	0.7551501
Trabalho	x8	0.706082	0.8067867	0.7834108	0.537666	0.824086	0.6890179

		x1	x2	x3	x4	x5	x6
Educação	x9	0.893242	0.9611048	0.8062469	0.832007	0.745843	0.8753954
Cultura	x10	0.578629	0.5026206	0.5247635	0.425615	0.528426	0.6008190
Direitos da Cidadania	x11	0.709863	0.2898774	0.1562950	0.717578	0.260061	0.7267390
Urbanismo	x12	0.396055	-0.006940	-0.144214	0.505654	-0.01397	0.4066134
Habitação	x13	-0.45220	-0.124049	0.1093139	-0.47199	0.119923	-0.442181
Saneamento	x14	-0.82076	-0.671894	-0.349046	-0.78039	-0.37902	-0.833062
Gestão Ambiental	x15	0.62474679	0.214499865	0.137263018	0.68312225	0.46601396	0.633458180
Ciência e Tecnologia	x16	0.29099343	0.317761223	0.423508379	0.15839535	0.59346225	0.316009666
Agricultura	x17	0.221918	0.4957248	0.5788381	0.231017	0.206315	0.2079444
Organização Agrária	x18	-0.50642	-0.569415	-0.548926	-0.42390	-0.32267	-0.489114
Indústria	x19	0.245732	0.4524527	0.7279959	0.068872	0.56747	0.1930309
Comércio e Serviços	x20	0.246958	0.4469408	0.8069044	0.193716	0.345251	0.1975172
Comunicações	x21	-0.04464	0.2675233	0.3797698	-0.10008	0.513262	-0.055610
Energia e minerais	x22	-0.84080	-0.695753	-0.461499	-0.77654	-0.53797	-0.833057
Transporte	x23	0.469589	0.0951557	0.0139823	0.504719	0.382609	0.5141334
Desporto e Lazer	x24	0.756314	0.4100222	0.2873899	0.804630	0.485409	0.7411514
GINI	y	-0.01792	-0.141499	0.0014527	0.046845	0.050073	-0.008848

Quadro 36: Matriz de correlação para o cenário 8

		x7	x8	x9	x10	x11	x12
Legislativa	x1	0.732172	0.706082	0.893242	0.578629	0.709863	0.3960557
Judiciária	x2	0.481063	0.806786	0.961104	0.502620	0.289877	-0.0069403
Administração	x3	0.243023	0.783410	0.806246	0.524763	0.156295	-0.1442140
Segurança Pública	x4	0.704214	0.537666	0.832007	0.425615	0.717578	0.5056548
Assistência Social	x5	0.217475	0.824086	0.745843	0.528426	0.260061	-0.0139733
Previdência Social	x6	0.755150	0.689017	0.875395	0.600819	0.726739	0.4066134
Saúde	x7	100.000	0.371835	0.510797	0.668801	0.828820	0.4224371
Trabalho	x8	0.371835	100.000	0.823343	0.702141	0.288432	-0.0329401
Educação	x9	0.510797	0.823343	100.000	0.542339	0.362739	0.0437995
Cultura	x10	0.668801	0.702141	0.542339	100.000	0.542362	0.1066408
Direitos da Cidadania	x11	0.828820	0.288432	0.362739	0.542362	10.000	0.7157732
Urbanismo	x12	0.422437	-0.032940	0.043799	0.106640	0.715773	1.000.000
Habitação	x13	-0.477567	0.018158	-0.084149	-0.010355	-0.65993	-0.6457557
Saneamento	x14	-0.824983	-0.429582	-0.663158	-0.433651	-0.64068	-0.2453578
Gestão Ambiental	x15	0.603417	0.242064	0.365749	0.402051	0.861584	0.6394021
Ciência e Tecnologia	x16	0.148354	0.463505	0.357692	0.612573	0.180334	-0.312452
Agricultura	x17	0.062922	0.243740	0.484651	0.021066	-0.24610	-0.3024338
Organização Agrária	x18	-0.127435	-0.400236	-0.548252	-0.130003	-0.10352	0.0735284

		x7	x8	x9	x10	x11	x12
Indústria	x19	-0.071615	0.677636	0.516550	0.520754	-0.15770	-0.3854172
Comércio e Serviços	x20	-0.050072	0.486937	0.507331	0.237254	-0.11472	-0.2543380
Comunicações	x21	-0.532280	0.337975	0.287821	-0.021621	-0.51695	-0.5812492
Energia e minerais	x22	-0.575648	-0.614385	-0.698190	-0.467954	-0.64922	-0.2472551
Transporte	x23	0.695494	0.129355	0.249485	0.481864	0.767682	0.3685181
Desporto e Lazer	x24	0.587976	0.399860	0.575722	0.434886	0.763490	0.7031570
GINI	y	-0.064655	-0.221236	-0.120493	-0.184461	0.130110	0.2636768

Quadro 36: Matriz de correlação para o cenário 8

		x13	x14	x15	x16	x17	x18
Legislativa	x1	-0.45220	-0.8207689	0.624746	0.290993	0.2219180	-0.50642
Judiciária	x2	-0.12404	-0.6718944	0.214499	0.317761	0.4957248	-0.56941
Administração	x3	0.109313	-0.3490461	0.137263	0.423508	0.5788381	-0.54892
Segurança Pública	x4	-0.47199	-0.7803929	0.683122	0.158395	0.2310173	-0.42390
Assistência Social	x5	0.119923	-0.3790277	0.466013	0.593462	0.2063153	-0.32267
Previdência Social	x6	-0.44218	-0.8330625	0.633458	0.316009	0.2079444	-0.48911
Saúde	x7	-0.47756	-0.8249837	0.603417	0.148354	0.0629228	-0.12743
Trabalho	x8	0.018158	-0.4295822	0.242064	0.463505	0.2437405	-0.40023
Educação	x9	-0.08414	-0.6631582	0.365749	0.357692	0.4846514	-0.54825
Cultura	x10	-0.01035	-0.4336515	0.402051	0.612573	0.0210668	-0.13000
Direitos da Cidadania	x11	-0.65993	-0.6406874	0.861584	0.180334	-0.2461015	-0.10352
Urbanismo	x12	-0.64575	-0.2453578	0.639402	-0.31245	-0.3024338	0.073528
Habitação	x13	100.000	0.5800851	-0.46614	0.303586	0.1692365	0.127165
Saneamento	x14	0.580085	1.000.000	-0.49278	-0.13805	-0.2704839	0.382905
Gestão Ambiental	x15	-0.46614	-0.4927885	100.000	0.284535	-0.1918776	0.048731
Ciência e Tecnologia	x16	0.303586	-0.1380547	0.284535	100.000	-0.0729899	-0.10847
Agricultura	x17	0.169236	-0.2704839	-0.19187	-0.07298	1.000.000	-0.21647
Organização Agrária	x18	0.127165	0.3829051	0.048731	-0.10847	-0.2164786	100.000
Indústria	x19	0.403469	0.0468256	-0.07230	0.514136	0.3443545	-0.30650
Comércio e Serviços	x20	0.250469	0.0033797	-0.06296	0.162475	0.6605417	-0.29652
Comunicações	x21	0.695762	0.3290593	-0.24969	0.552384	0.1245662	-0.24242
Energia e minerais	x22	0.614923	0.7484689	-0.58438	-0.34455	-0.0497739	0.365314
Transporte	x23	-0.28228	-0.5585824	0.850672	0.389269	-0.1411062	0.074979
Desporto e Lazer	x24	-0.46831	-0.5123097	0.831111	0.073231	0.0059455	-0.21263
GINI	y	-0.31925	-0.0543157	0.301512	-0.18280	0.2449395	-0.01094

Quadro 36: Matriz de correlação para o cenário 8

		x19	x20	x21	x22	x23	x24
--	--	-----	-----	-----	-----	-----	-----

		x19	x20	x21	x22	x23	x24
Legislativa	x1	0.245732	0.2469581	-0.04464	-0.84080	0.469589	0.7563149
Judiciária	x2	0.452452	0.4469408	0.267523	-0.69575	0.095155	0.4100222
Administração	x3	0.727995	0.8069044	0.379769	-0.46149	0.013982	0.2873899
Segurança Pública	x4	0.068872	0.1937166	-0.10008	-0.77654	0.504719	0.8046309
Assistência Social	x5	0.567470	0.3452514	0.513262	-0.53797	0.382609	0.4854094
Previdência Social	x6	0.193030	0.1975172	-0.05561	-0.83305	0.514133	0.7411514
Saúde	x7	-0.07161	-0.050072	-0.53228	-0.57564	0.695494	0.5879768
Trabalho	x8	0.677636	0.4869373	0.337975	-0.61438	0.129355	0.3998606
Educação	x9	0.516550	0.5073310	0.287821	-0.69819	0.249485	0.5757224
Cultura	x10	0.520754	0.2372549	-0.02162	-0.46795	0.481864	0.4348864
Direitos da Cidadania	x11	-0.15770	-0.114726	-0.51695	-0.64922	0.76768	0.7634900
Urbanismo	x12	-0.38541	-0.2543380	-0.58124	-0.24725	0.368518	0.7031570
Habitação	x13	0.403469	0.2504698	0.695762	0.614923	-0.28228	-0.4683190
Saneamento	x14	0.046825	0.0033797	0.329059	0.748468	-0.55858	-0.5123097
Gestão Ambiental	x15	-0.07230	-0.0629662	-0.24969	-0.58438	0.850672	0.8311111
Ciência e Tecnologia	x16	0.514136	0.1624756	0.552384	-0.34455	0.389269	0.0732312
Agricultura	x17	0.344354	0.6605417	0.124566	-0.04977	-0.14110	0.0059455
Organização Agrária	x18	-0.30650	-0.2965234	-0.24242	0.365314	0.074979	-0.2126398
Indústria	x19	100.000	0.7444175	0.550353	-0.15707	-0.14895	0.1468530
Comércio e Serviços	x20	0.744417	1.000.000	0.318953	-0.13141	-0.17774	0.1564850
Comunicações	x21	0.550353	0.3189532	100.000	0.055770	-0.29034	-0.2302681
Energia e minerais	x22	-0.15707	-0.1314172	0.055770	100.000	-0.42541	-0.5824184
Transporte	x23	-0.14895	-0.1777476	-0.29034	-0.42541	100.000	0.6055698
Desporto e Lazer	x24	0.146853	0.1564850	-0.23026	-0.58241	0.605569	1.000.000
GINI	y	-0.19573	-0.0335676	-0.25898	-0.05932	0.215228	0.1898260

Quadro 36: Matriz de correlação para o cenário 8

		y
Legislativa	x1	-0.017923660
Judiciária	x2	-0.141499429
Administração	x3	0.001452772
Segurança Pública	x4	0.046845717
Assistência Social	x5	0.050073558
Previdência Social	x6	-0.008848701
Saúde	x7	-0.064655025
Trabalho	x8	-0.221236771
Educação	x9	-0.120493392
Cultura	x10	-0.184461973
Direitos da Cidadania	x11	0.130110269
Urbanismo	x12	0.263676874
Habitação	x13	-0.319250813

		y
Saneamento	x14	-0.054315744
Gestão Ambiental	x15	0.301512427
Ciência e Tecnologia	x16	-0.182804350
Agricultura	x17	0.244939584
Organização Agrária	x18	-0.010945128
Indústria	x19	-0.195730460
Comércio e Serviços	x20	-0.033567688
Comunicações	x21	-0.258981857
Energia e minerais	x22	-0.059321956
Transporte	x23	0.215228158
Desporto e Lazer	x24	0.189826063
GINI	y	1.000.000.000

Quadro 36: Matriz de correlação para o cenário 8

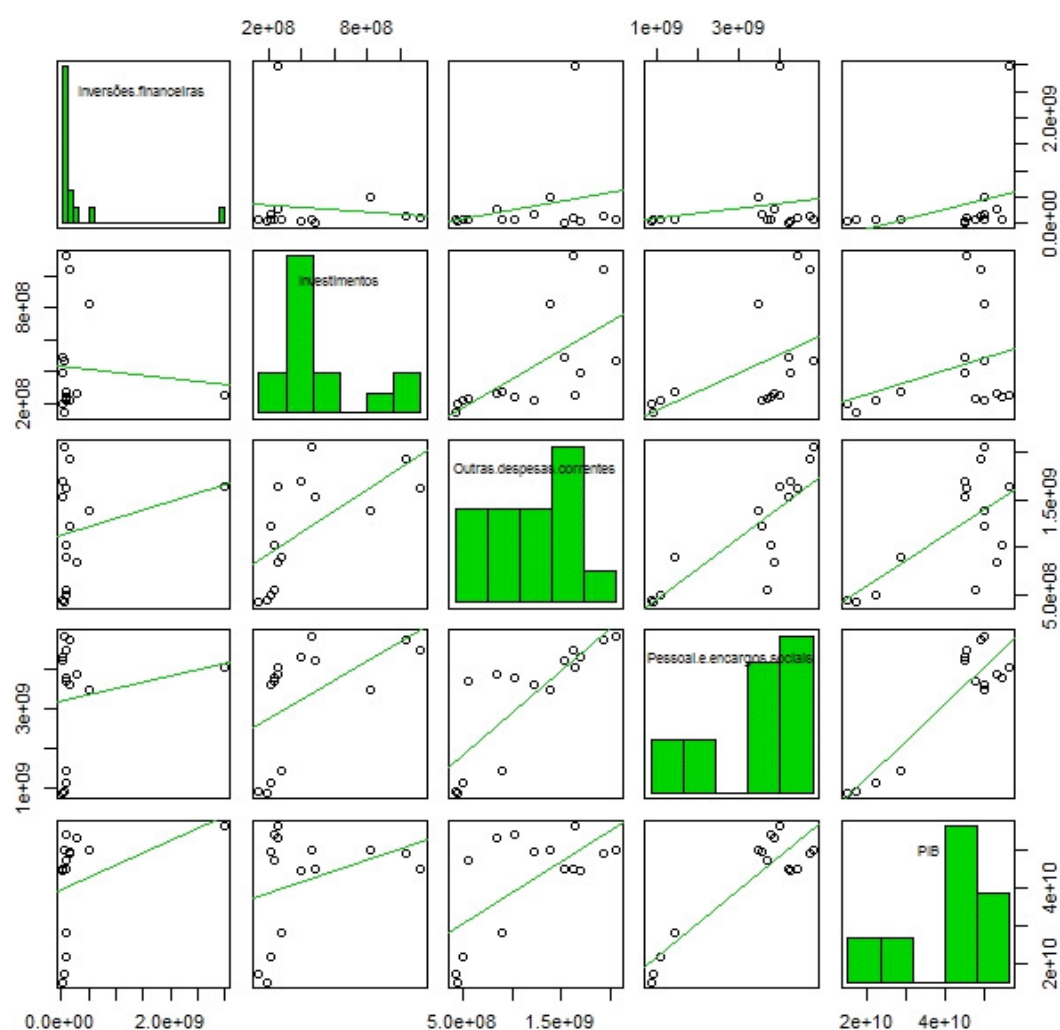


Figura 4: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 1

Fonte: Quadro 29

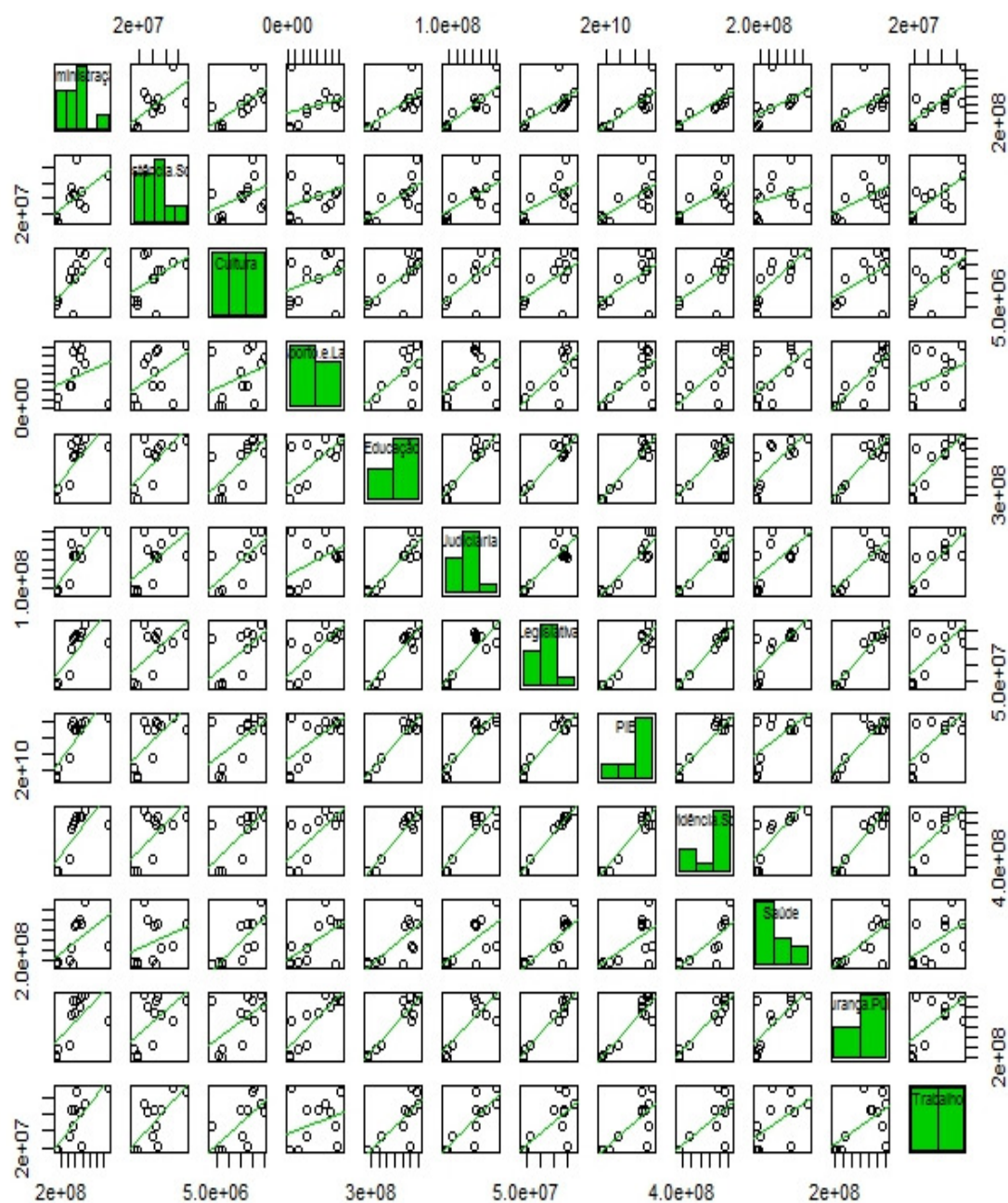


Figura 5: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 2

Fonte: Quadro30

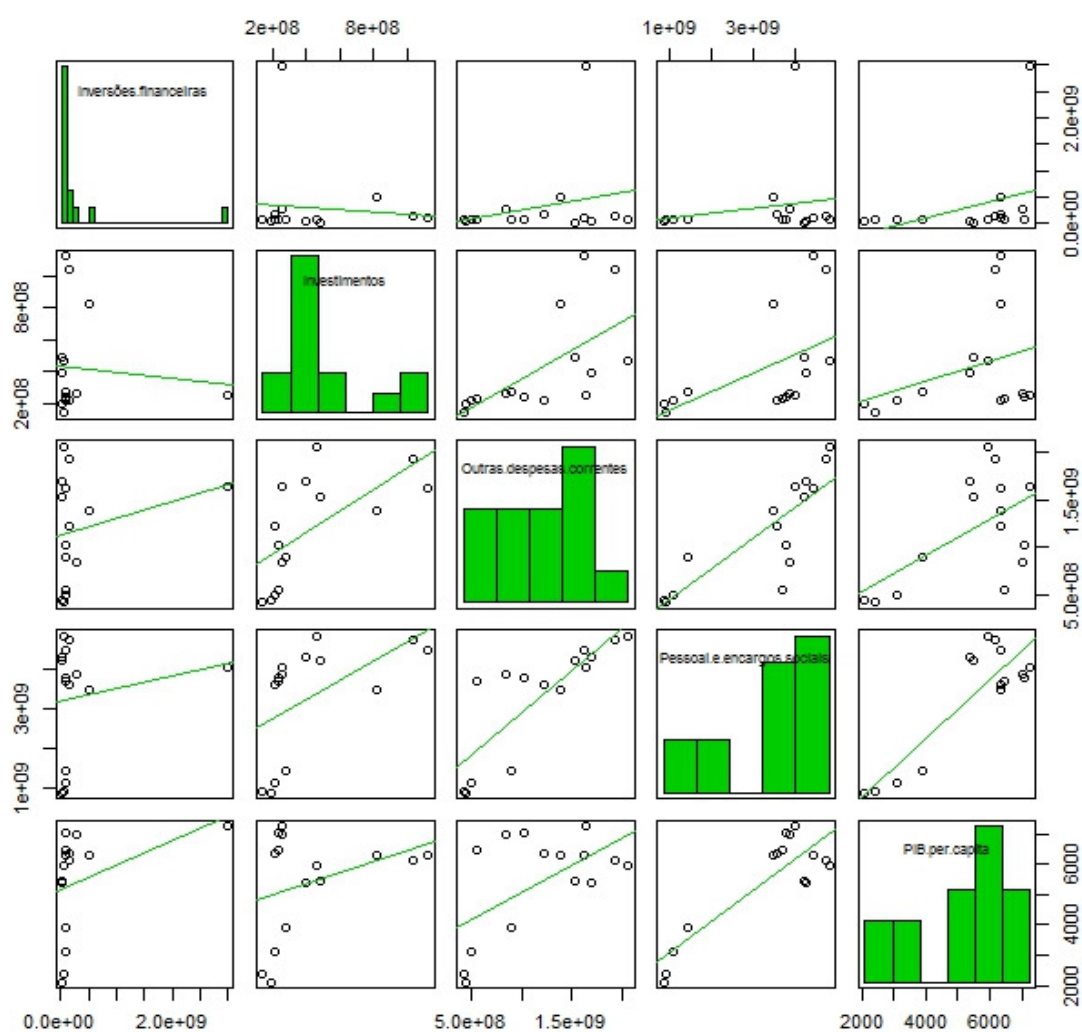


Figura 6: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 3

Fonte: Quadro 31

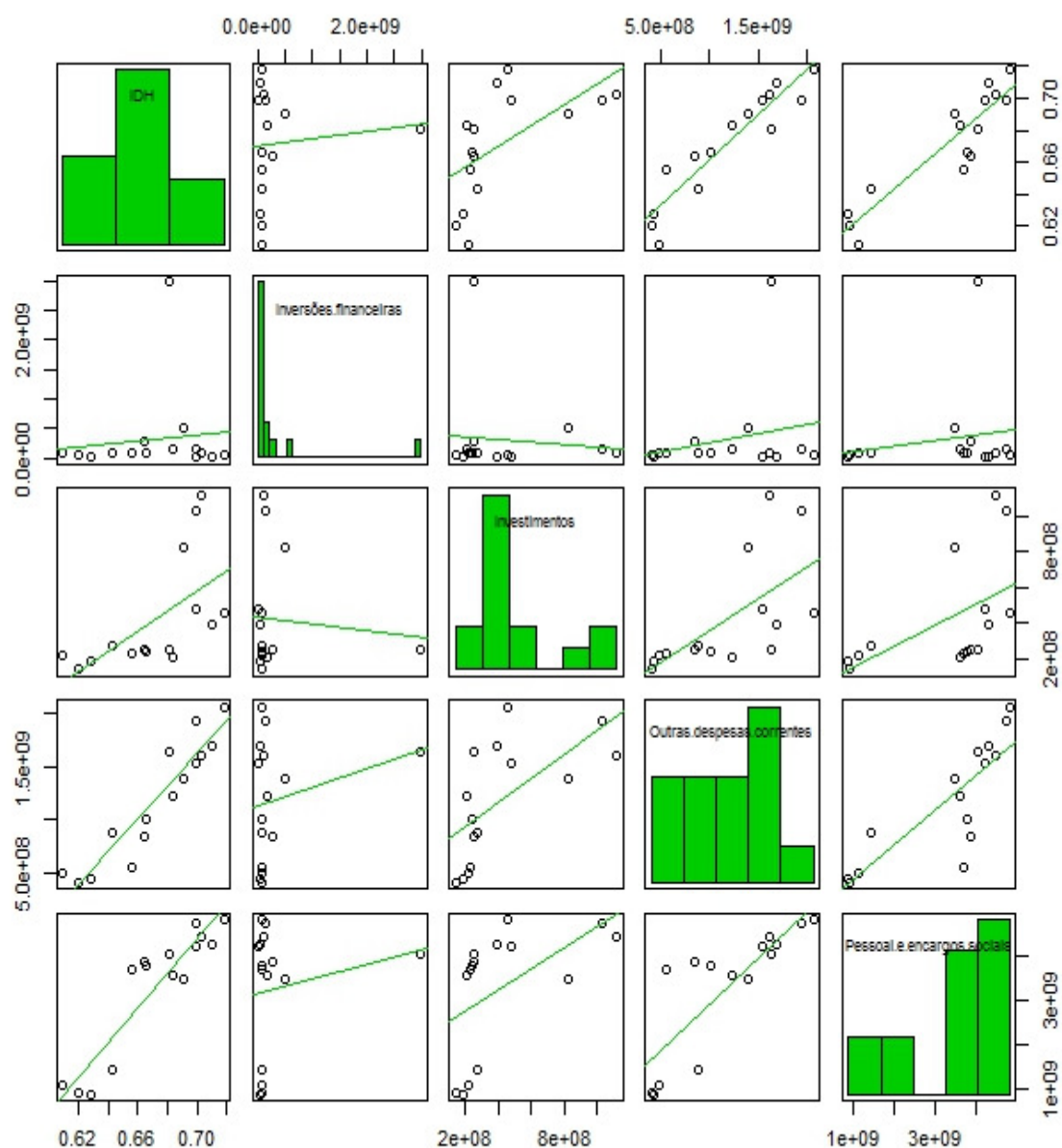


Figura 8: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 5

Fonte: Quadro 33

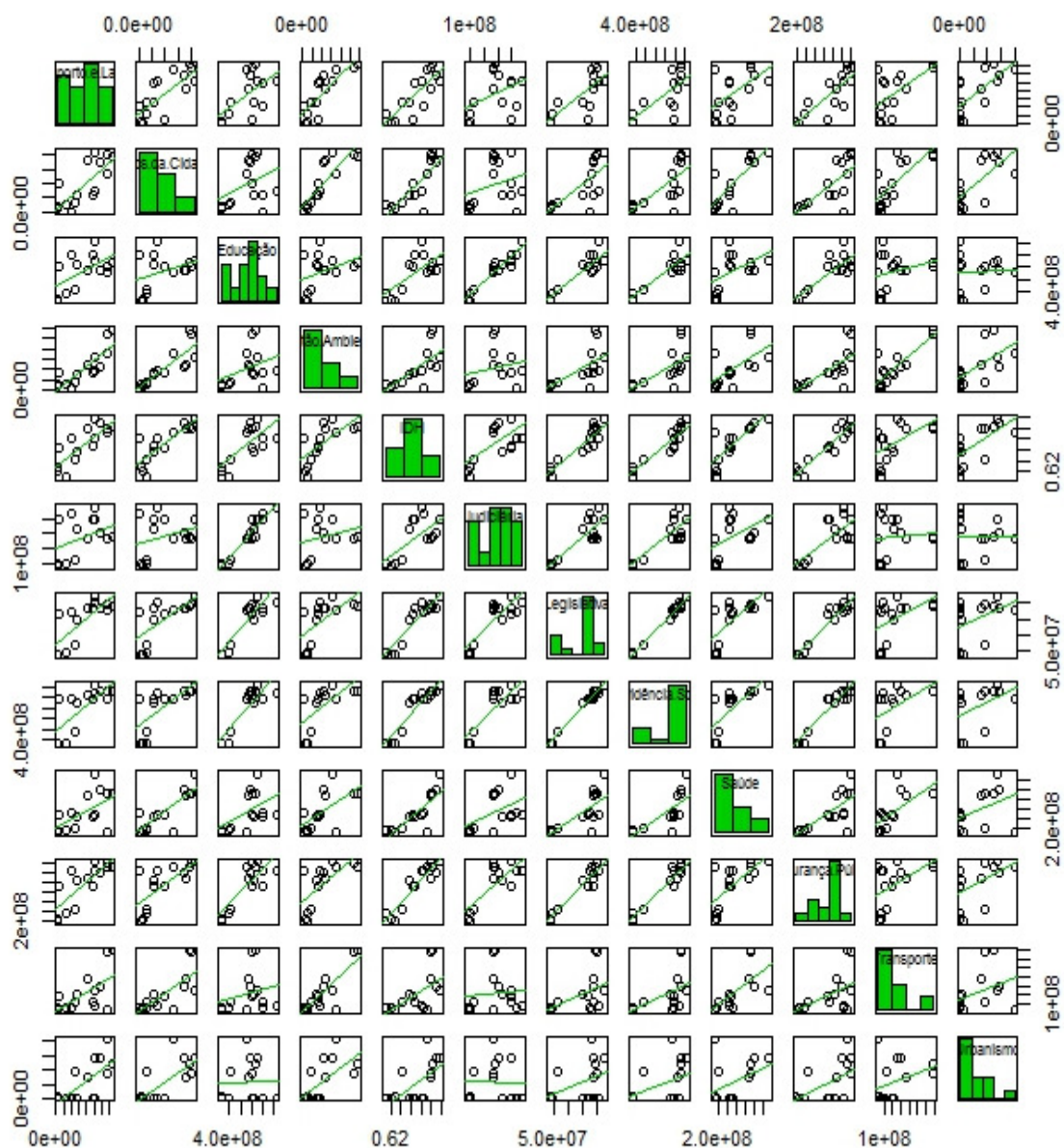


Figura 9: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 6
Fonte: Quadro 34

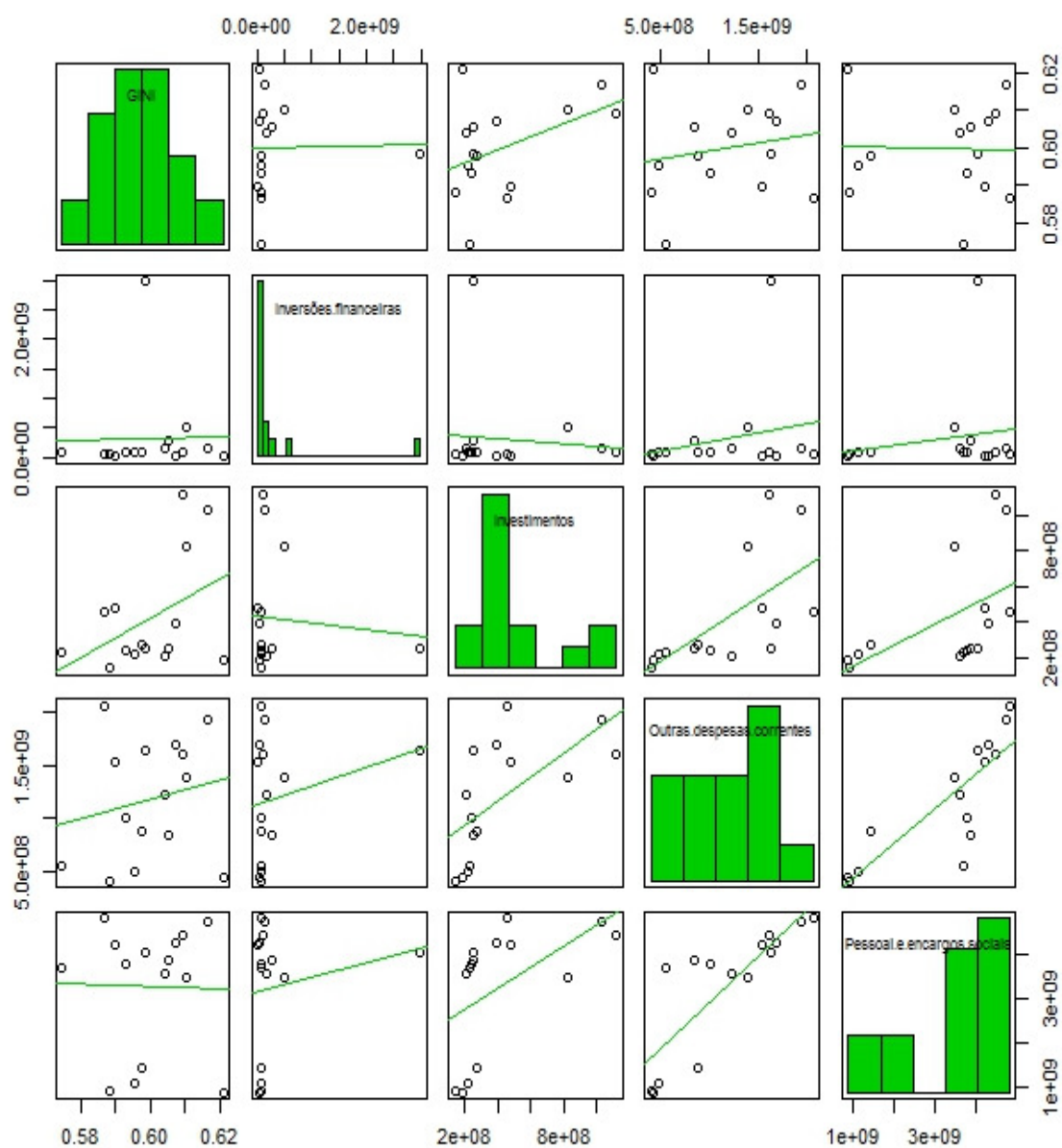


Figura 10: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 7
 Fonte: Quadro 35

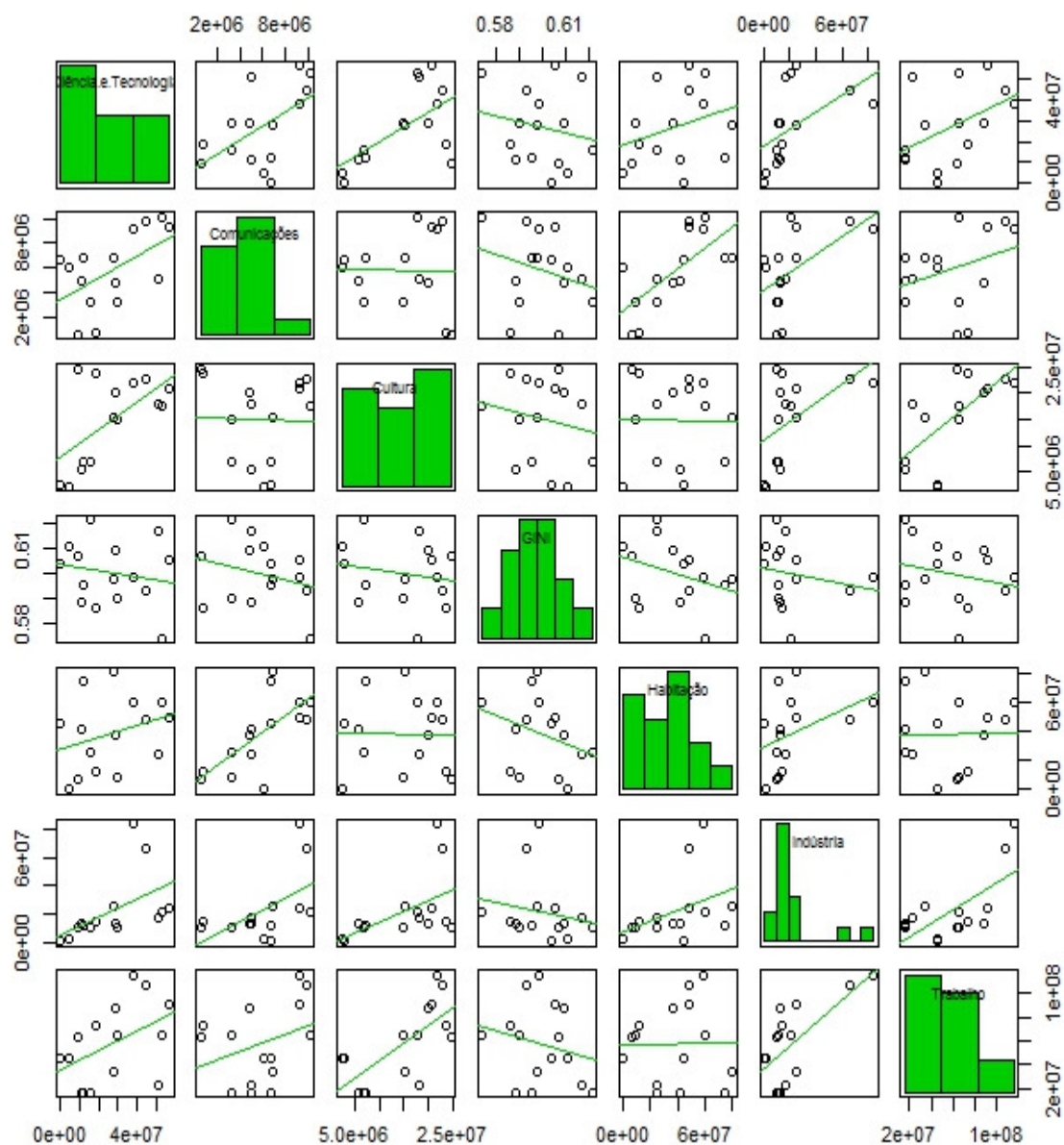


Figura 11: Matriz de dispersão com histograma para o cenário 8
 Fonte: Quadro 36